

PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

GUIA PASSO-A-PASSO

PARA IMPLEMENTAÇÃO DE
PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL
DE ADAPTAÇÃO

Grupo de Especialistas dos PMDs, GEF e suas Agências 2009

CQNUMC

CQNUMC

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

GUIA PASSO A PASSO

PARA IMPLEMENTAÇÃO DE
PROGRAMAS DE AÇÃO NACIONAL
DE ADAPTAÇÃO

Grupo de Especialistas dos PMDs 2009
em colaboração com o GEF e suas Agências

PREFÁCIO

O desafio da adaptação às mudanças climáticas, especialmente no contexto dos países vulneráveis e dos países menos desenvolvidos (PMDs), é uma questão que sempre teve grande reconhecimento dentro do processo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e em deliberações subsequentes sobre o assunto. Os programas de ação nacional para adaptação (NAPAs) refletem essa preocupação, reconhecendo as necessidades urgentes e imediatas dos PMDs de se adaptar às mudanças climáticas ao proporcionar uma oportunidade especial de financiamento. Os NAPAs, e os projetos neles identificados, foram as medidas tomadas para abordar essa preocupação na sétima sessão da Conferência das Partes, realizada em 2001.

Quarenta e dois NAPAs já foram elaborados, e o foco agora é o desenvolvimento de propostas de projetos com base nas necessidades apresentadas naqueles NAPAs, a serem financiadas pelo Fundo para Países Menos Desenvolvidos (LDCF), que é administrado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Um dos desafios enfrentados pelos desenvolvedores de projeto é como transformar as necessidades urgentes e imediatas de adaptação em boas propostas de projetos para submissão ao GEF e a outras agências. Essa transição do estágio de elaboração de um NAPA para a implementação dos projetos requer um esforço conjunto para a formação da capacidade necessária nos PMDs, de modo a assegurar uma implementação bem sucedida das atividades de adaptação.

Em reconhecimento a essa necessidade, o Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG) desenvolveu este Guia Passo a Passo para a Implementação dos Programas de Ação Nacional para Adaptação de modo a ajudar os especialistas na elaboração de projetos em PMDs e outros atores a elaborar propostas de financiamento para os NAPAs que atenderão os padrões do LDCF, assim como os de outras oportunidades de financiamento. Esperamos que, por meio das etapas e ferramentas simplificadas apresentadas neste guia, sejam produzidos documentos de alta qualidade, o que resultará em ciclos de financiamento e um tempo de transação reduzidos, melhorando assim a implementação dos NAPAs. Gostaria de parabenizar o LEG por tomar essa iniciativa, que acredito também proporcionar subsídios valiosos para as discussões sobre adaptação realizadas pelo Grupo de Trabalho Ad-hoc sobre Ações de Cooperação a Longo Prazo no âmbito da Convenção.



A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'Yvo de Boer', written in a cursive style.

Yvo de Boer, *Secretário Executivo*

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Setembro de 2009

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I. CONTEXTO	1
1.1. Porque o Guia Passo a Passo é necessário	1
1.2. Definição da adaptação	3
1.3. Estruturação da adaptação nos PMDs e no NAPA	4
II. O PROGRAMA DE TRABALHO PARA OS PMDs	5
2.1. Histórico	5
2.2. O Grupo de Especialistas de Países Menos Desenvolvidos (LEG)	8
2.3. O Fundo para os Países Menos Desenvolvidos	8

PLANEJANDO A IMPLEMENTAÇÃO

III. ETAPA 1: ELABORAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO	9
3.1. Síntese e revisão do NAPA para facilitar o planejamento da implementação	9
3.1.1. Quais são as principais vulnerabilidades à mudança climática?	9
3.1.2. Revisões e atualizações relativas aos projetos e descrições de projetos no âmbito do NAPA	9
3.1.3. Quais são as atividades prioritárias atuais do NAPA que necessitam ser implementadas?	15
3.1.4. Quais são os principais planos, programas e atividades nacionais de desenvolvimento?	15
IV. ETAPA 2: ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO PARA O NAPA	17
4.1.1. Definição de uma estratégia geral: um único projeto ou todo o NAPA?	17
4.1.2. Alinhamento dos critérios usados para classificar as necessidades prioritárias de adaptação no NAPA com metas de implementação	17
4.1.3. Estratégia de implementação	18
V. ETAPA 3-A: OPÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM ÚNICO PROJETO – ABORDAGEM DE PROJETO	19
5.1. Seleção de uma ou mais prioridades do NAPA a serem contempladas pelo LDCF	19
5.2. Seleção da Agência do GEF e identificação das agências executoras	21
5.3. Alinhamento das prioridades do NAPA com as metas de adaptação e seleção das estratégias e atividades de adaptação	21
5.4. Descrição das atividades de referência para a adaptação	22
5.5. Definição das necessidades de adaptação e estimativa dos custos	22
5.6. Elaboração da nota conceitual de projeto com base nos modelos de proposta do GEF	22

ÍNDICE

VI. ETAPA 3-B: OPÇÃO DE ELABORAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TODO O NAPA – UMA ABORDAGEM PROGRAMÁTICA	29
6.1. Alinhamento das prioridades do NAPA com as metas de adaptação e seleção das estratégias e atividades de adaptação	29
6.2. Descrição das atividades de desenvolvimento referenciais no nível nacional	29
6.3. Definição da adicionalidade da adaptação e estimativa dos custos no nível nacional	29
6.4. Elaboração da estratégia de implementação	30
6.5. Elaboração da nota conceitual do projeto com base em modelos de fontes de financiamento	30
ANEXO I DEFINIÇÃO DAS METAS DE ADAPTAÇÃO E QUESTÕES RELATIVAS À ESCALA	33
Questões relativas à escala	34
Principais componentes de cada Meta de Adaptação	34
Definição das Metodologias para cada Estratégia e Atividade de Adaptação	35
GUIA RÁPIDO DO LDCF	
VII. DETALHES OPERACIONAIS DO LDCF PARA PROJETOS NO ÂMBITO DO NAPA	43
7.1. O LDCF	43
7.2. Estimativa dos Custos dos Projetos	43
7.2.1. Cofinanciamento e a escala móvel	43
7.2.2. Acesso equilibrado e recursos disponíveis por país	44
7.3. Agências do GEF	44
VIII. CICLO DE PROJETO DO GEF PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS NAPAS NO ÂMBITO DO LDCF	47
IX. ETAPA 4: PROCESSAMENTO DO PIF – PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO DO PIF	49
9.1. Modelo do PIF	49
9.1.1. Estruturação e orçamento do projeto	49
9.1.2. Justificativa do projeto	49
9.2. Critérios do PIF para aprovação	49
9.2.1. Idéia básica do projeto (argumentação de custos adicionais)	49
9.2.2. Conformidade com as prioridades do NAPA	50
9.2.3. Implementação	50
9.2.4. Cofinanciamento e orçamento indicativo	50
9.3. Procedimentos e processamento do PIF	50

ÍNDICE

X. ETAPA 5: AUXÍLIO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO (PPG)	53
10.1. Desenvolvimento de uma proposta completa de projeto	53
10.1.1. Cronograma das atividades preparatórias	53
XI. ETAPA 6: APROVAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO GEF	55
11.1. Modelo	55
11.2. Critérios para a aprovação do Diretor Geral	55
11.2.1. Idéia do projeto e argumentação de custos adicionais	55
11.2.2. Implementação	56
11.2.3. Orçamento indicativo e cofinanciamento	56
11.2.4. Estrutura de monitoramento e avaliação	56
11.3. Estrutura de resultados estratégicos/Matriz Lógica	56
11.4. Procedimentos de aprovação do Diretor Geral e Processamento da solicitação	56
11.4.1. Submissão	56

ANEXOS

ANEXO I	DEFININDO AS METAS DE ADAPTAÇÃO E QUESTÕES RELATIVAS À ESCALA	33
ANEXO II	MODELOS DE PROJETOS NO ÂMBITO DO LDCF/ GEF	59

LISTA DE QUADROS

Quadro		Página
Quadro I-1.	Síntese dos obstáculos enfrentados pelas Partes PMDs durante a implementação dos NAPAs	2
Quadro III-2.	Orientação do LEG sobre como submeter revisões nos NAPAs	10
Quadro AI-3.	Metas de Adaptação	33
Quadro AI-4.	Escalas de implementação das atividades de adaptação	34

LISTA DE FIGURAS

Figura		Página
Figura I-1.	Implementação do NAPA e a integração entre o financiamento e o planejamento	1
Figura II-2.	A evolução das decisões sobre questões relativas aos PMDs	7
Figura III-3.	Exemplo de estratégias e planos nacionais entre 1997 e 2011 para o Maláui	16
Figura V-4.	Ferramenta para determinar uma linha de base de desenvolvimento para uma atividade de adaptação para um projeto individual no âmbito do LDCF	26
Figura V-5.	Ferramenta para determinar os custos adicionais de adaptação para uma atividade individual de projeto	27
Figura VI-6.	Ferramenta para determinar os investimentos de referência do desenvolvimento correspondentes às atividades de adaptação em todo o NAPA (linha de base do desenvolvimento no nível nacional)	31
Figura AI-7a.	As dez metas de adaptação compreendendo as prioridades identificadas nos NAPAs	36
Figura AI-7b.	Exemplo da Meta de Adaptação de Agricultura e Segurança Alimentar e seus principais componentes	35
Figura AI-7c.	Exemplo da Meta de Adaptação de Agricultura e Segurança Alimentar e seus principais componentes	38
Figura AI-7d.	Exemplos de estratégias de adaptação no nível regional e multinacional	37
Figura AI-8.	Exemplo de estratégias comuns de adaptação para a produção agrícola e questões a considerar	40
Figura AI-9a.	Tipologia das escalas de implementação das estratégias e atividades de adaptação	39
Figura AI-9b.	Exemplos de estratégias de adaptação no nível local e comunitário	42
Figura AI-9c.	Exemplos de estratégias de adaptação no nível nacional, incluindo abordagens programáticas e setoriais	41
Figura IX-10.	Procedimentos e processamento do formulário de identificação do projeto (PIF) para projetos no âmbito do LDCF	51
Figura XI-11.	Procedimento e processamento para aprovação do Diretor Geral de projetos no âmbito LDCF	57
Figura AII-12.	Visão geral das principais etapas de elaboração do projeto entre o país, o secretariado do GEF e a agência do GEF, mostrando o fluxo de contribuições e o processamento	60
Figura AII-13.	Concepção básica dos projetos do LDCF no âmbito do PNUMA com base nos projetos em implementação até março de 2009	60
Figura AII-14.	Categorização dos projetos do NAPA em implementação no âmbito do LDCF (em junho de 2009)	59

LISTA DE TABELAS

Tabela		Página
Tabela III-1.	Principais vulnerabilidades nos PMDs e estratégias de adaptação comumente propostas	11
Tabela V-2.	Agrupamento das prioridades dos NAPAs em projetos para implementação em alguns PMDs	19
Tabela V-3.	Principais vulnerabilidades e estratégias de adaptação para cada uma das dez metas de adaptação	23
Tabela AII-4.	Dados e conhecimento: Caracterização de dados e avaliações necessárias para o efetivo planejamento, design e implementação da adaptação	61
Tabela AII-5.	Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz lógica do GEF): Bangladesh	63



CQNUMC GUIA PASSO-A-PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO

Capítulo A

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

I. CONTEXTO

1.1. PORQUE O GUIA PASSO A PASSO É NECESSÁRIO

Este guia foi escrito com a finalidade de assistir os países menos desenvolvidos (PMDs) na elaboração da implementação de programas de ação nacional para adaptação (NAPAs na sigla em inglês), e orientar as equipes responsáveis em nível nacional sobre como acessar o financiamento existente no âmbito do Fundo para Países Menos Desenvolvidos (LDCF) para a implementação dos seus NAPAs.

O guia foi elaborado pelo grupo de especialistas dos países menos desenvolvidos (LEG), em colaboração com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e suas agências.

Grande parte do guia é dedicada a como acessar os recursos do LDCF, que é administrado pelo GEF.

As Partes informaram encontrar dificuldades em acessar o Fundo e o LEG conduziu um levantamento sobre o assunto em uma reunião de avaliação da situação realizada em setembro de 2007¹, durante as reuniões dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), e também por meio de consultas às Partes

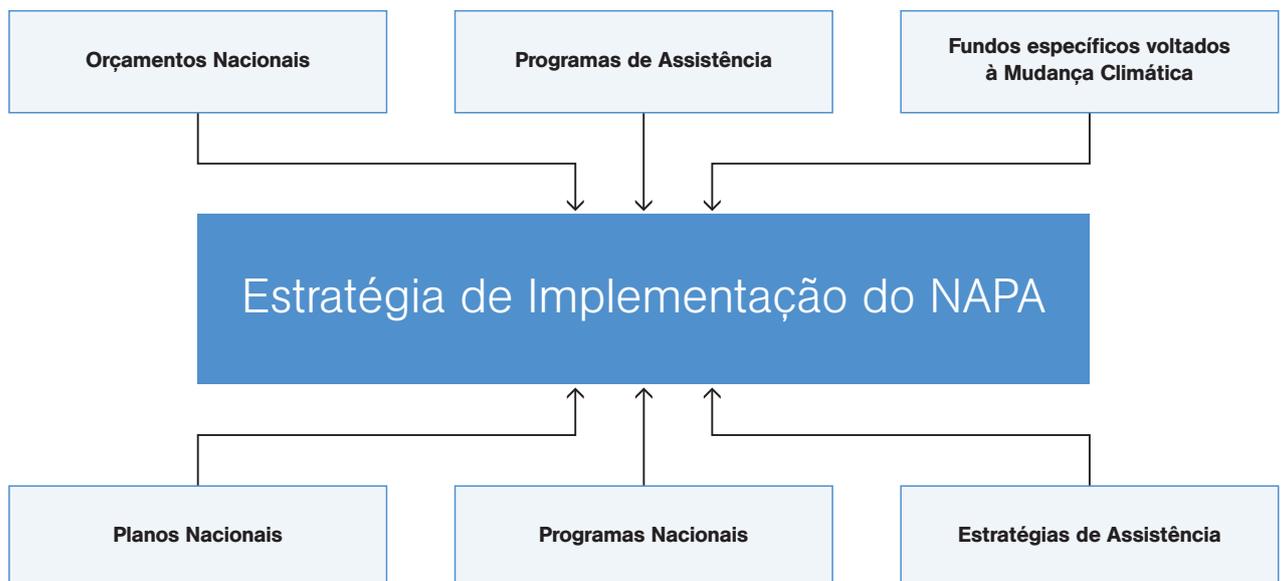
e agências durante suas reuniões em diferentes partes do mundo. O QUADRO I-1 sintetiza os principais obstáculos enfrentados pelas Partes PMDs, com base em um relatório recente do LEG. **Este guia foi elaborado com o intuito de superar esses obstáculos.**

Existe uma multiplicidade de atores relacionados à questão da adaptação à mudança climática, e espera-se que a implementação dos NAPAs aproxime vários deles e se torne uma referência para o planejamento futuro para adaptação, para a replicação dos esforços em âmbito nacional e para o desenvolvimento de estratégias e práticas bem sucedidas a médio e longo prazo. A implementação dos NAPAs também pode servir à integração entre o planejamento e programas nacionais e as modalidades e oportunidades de financiamento (ver a FIGURA I-1).

Este guia visa um público muito específico, em especial as equipes responsáveis pelos NAPAs nos PMDs, incluindo funcionários de órgãos governamentais e de organismos não-governamentais, ao planejarem a implementação dos programas, e os membros das agências do GEF responsáveis por esses projetos nos países.

¹ FCCC/SBI/2007/32.

Figura I-1. Implementação do NAPA e a integração entre o financiamento e o planejamento nacional



Quadro I-1. Síntese dos obstáculos enfrentados pelas Partes PMDs durante a implementação dos NAPAs

Os desafios específicos listados abaixo baseiam-se em um levantamento conduzido durante a vigésima oitava sessão do Órgão Subsidiário de Implementação (fonte: FCCC/SBI/_008/14):

- Falta de capacidade humana nas agências, órgãos governamentais e em outras organizações no país que possam participar da implementação dos programas de ação nacional para adaptação (NAPAs) e para a elaboração e desenvolvimento dos projetos;
- Longos atrasos na liberação dos fundos para a implementação dos projetos após a aprovação formal do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) nos vários estágios (identificação do projeto, elaboração do documento do projeto, etc.);
- Para Partes dos países menos desenvolvidos (PMDs) que completaram os seus NAPAs com antecedência, a introdução de novos procedimentos para acesso ao financiamento do GEF causou atrasos adicionais – os procedimentos e formulários do fundo para a elaboração do projeto (PDF) foram substituídos pelo formulário de identificação do projeto (PIF) e pelo auxílio para a elaboração do projeto (PPG). Uma vez que as diretrizes do NAPA explicavam como as descrições dos projetos deveriam ser elaboradas com base nas informações requisitadas pelo antigo PDF – o formulário de auxílio, a reformulação das propostas de projeto utilizando o PIF (inclusive para projetos previamente aprovados), resultou em atrasos excessivos;
- Outras questões específicas levantadas em relação ao ciclo de projeto do GEF para o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos (LDCF) incluem:
 - (i) Aspectos práticos relacionados à escolha ou troca de agência de implementação;
 - (ii) O número de projetos que uma Parte pode submeter ao LDCF para financiamento;
 - (iii) A elegibilidade de diferentes fontes de financiamento no cumprimento dos requisitos de cofinanciamento, incluindo fontes não relacionadas aos projetos, como recursos do orçamento nacional para um setor específico;
 - (iv) A natureza e o escopo de avaliações adicionais necessárias para a implementação dos projetos de um NAPA;
 - (v) O grau de acesso a outros fundos administrados pelo GEF (além do LDCF) para apoiar a adaptação e a implementação do NAPA;
 - (vi) A melhor forma para que as agências do GEF possam envolver as instituições setoriais em âmbito nacional na implementação dos projetos;
 - (vii) Coordenação da elaboração de orçamentos e implementação dos projetos financiados pelo LDCF com aqueles financiados por outros fundos do GEF, tais como atividades de viabilização ou projetos de grande porte;
 - (viii) Como o acesso de uma Parte ao LDCF para a implementação do NAPA é afetado quando o país não é mais considerado um PMD.

1.2. DEFINIÇÃO DA ADAPTAÇÃO

Existem várias definições para adaptação. Neste guia, adotamos uma abordagem prática e definimos a adaptação no contexto de cada sistema considerado. A maioria das atividades a serem implementadas está relacionada a sistemas humanos ou sistemas gerenciados por seres humanos. Em alguns casos, como no dos ecossistemas, é feito um reconhecimento de como o sistema se ajustaria sem a intervenção humana, muito embora as ações humanas possam facilitar os processos, ou proporcionar espaço suficiente para que os processos naturais de adaptação e mudança dos ecossistemas ocorram.

A elaboração dos NAPAs permite a seleção do sistema ou sistemas visados e a escala em que se fará a intervenção, como uma região, comunidade ou um setor em particular. Em alguns casos, especialmente em países menores, os NAPAs podem compreender todo o território nacional, abordando uma questão transversal a todos os setores. Os NAPAs também levam em consideração o processo de aprendizado necessário para combater novas ameaças, onde a resposta inicial é lidar com a situação, e então gradualmente conceber e implementar planos direcionados a fortalecer a resiliência dos setores abordados e a capacidade de lidar com o problema no longo prazo, incluindo a possibilidade de mudar completamente o modo geral de abordar a situação.

Por exemplo, no caso da intensificação das secas, uma comunidade primeiro lida com a situação para sobreviver à seca, o que pode incluir um aumento no uso da água para melhorar a produtividade agrícola. No médio prazo, a comunidade pode então implementar medidas direcionadas a um uso mais eficiente dos recursos hídricos, ou usar outras espécies com melhor tolerância às secas. No longo prazo, a comunidade pode desenvolver novos cultivares agrícolas ou usar espécies mais resistentes à seca. Essa progressão das atividades de adaptação ao longo do tempo depende do nível de investimentos e do tempo empreendido no desenvolvimento de soluções de longo prazo. Por exemplo, pode ser que o desenvolvimento de novos cultivares leve de 20 a 30 anos antes que haja um retorno do investimento.

O principal foco dos NAPAs são as atividades que visam lidar com as necessidades urgentes e imediatas em decorrência das alterações climáticas, desenvolvidas de tal modo que possam solucionar as necessidades imediatas, enquanto constroem os alicerces para uma adaptação de médio a longo prazo. É preciso, portanto, uma combinação cuidadosa de investimentos de modo a satisfazer as necessidades imediatas, e ao mesmo tempo consolidar a capacidade e o planejamento necessários para se lidar com as questões de forma sustentável.

Usamos a seguinte definição de adaptação:²

A adaptação à mudança climática é entendida como os ajustes empreendidos pelas sociedades humanas em sistemas ecológicos, sociais ou econômicos em resposta aos estímulos climáticos reais ou esperados e seus efeitos ou impactos.

Cada um desses sistemas compreende vários níveis e componentes que se multiplicam em escalas temporais e espaciais, frequentemente interagindo entre si de forma complexa. Os ajustes e intervenções podem assim se inserir em qualquer ponto adequado desses sistemas interagentes multidisciplinares e multi-escalados.

A capacidade adaptativa, então, refere-se ao potencial ou à habilidade de um sistema (social, ecológico, econômico, ou um sistema integrado, tal como uma região ou comunidade) de minimizar os efeitos ou impactos da mudança climática, ou maximizar os benefícios advindos dos efeitos positivos da mudança climática.

A adaptação pode tomar a forma de atividades elaboradas de modo a melhorar a capacidade adaptativa do respectivo sistema, ou ações direcionadas a modificar os sistemas socioeconômicos e ambientais de modo a evitar ou minimizar os danos causados pela mudança climática. Os métodos para se alcançar esse objetivo incluem a implementação de novas atividades exclusivamente em resposta à mudança climática, ou uma modificação das atividades existentes para torná-las mais resistentes aos riscos futuros da mudança climática.

² Adaptado de Smit *et al.* (1999).

O planejamento e a elaboração da adaptação estão estreitamente ligados ao planejamento do desenvolvimento.

Na prática, na maioria dos casos a adaptação à mudança climática está naturalmente inserida no contexto do desenvolvimento, já que todos os países têm buscado gerir os principais sistemas sociais, ecológicos e econômicos de uma maneira ou de outra visando o desenvolvimento sustentável. No entanto, normalmente essas questões são tratadas em separado, principalmente porque o financiamento para a elaboração dos planos e para a implementação das atividades planejadas vem de fontes diferentes. Se o enfoque for dado aos beneficiários da adaptação ou do desenvolvimento, fica claro que a implementação dos projetos deve ser integrada aos esforços voltados ao desenvolvimento e coordenada juntamente com eles.

1.3. ESTRUTURAÇÃO DA ADAPTAÇÃO NOS PMDS E NO NAPA

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) sintetiza as questões relativas aos impactos da mudança climática, à vulnerabilidade e à adaptação a ela. Esses três conceitos estão interligados e, sem entrar no rico histórico existente sobre eles, pode-se dizer que as atividades de adaptação podem ser elaboradas de modo a minimizar os impactos ou a reduzir a vulnerabilidade e a atenuar os riscos das mudanças climáticas. O IPCC define a vulnerabilidade como uma função da exposição a riscos climáticos, potencial de impacto e capacidade adaptativa. Portanto, a adaptação também incluiria quaisquer esforços voltados a esses componentes.

A elaboração dos NAPAs levou em consideração todos esses fatores, e foram definidas as necessidades de adaptação prioritárias que devem ser abordadas imediatamente, com ênfase no enfrentamento e no aperfeiçoamento da capacidade adaptativa e com o entendimento de que haveria um planejamento da adaptação a médio a longo prazo no futuro.

Neste guia, adotou-se uma abordagem ampla à implementação, compreendendo qualquer estrutura que possa vir a ser escolhida pelos países, ou a que melhor se adapte à questão abordada. Não existe nenhuma abordagem especificamente recomendada ou considerada a mais correta, já que isso depende do ponto de partida e do foco proposto. **Existem duas abordagens distintas: considerar a implementação de uma atividade para enfrentar os desafios de uma área ou comunidade em particular, ou implementar uma abordagem nacional e visar o crescimento econômico e o desenvolvimento em um nível mais amplo. A estruturação das questões é de certo modo teórica, e o importante é que os objetivos e metas das medidas voltadas à adaptação sejam claros, e que tais medidas se traduzam em resultados reais – e, se possível, quantificáveis** – relativos à uma menor vulnerabilidade no presente e uma melhor capacidade adaptativa no futuro.

II. O PROGRAMA DE TRABALHO PARA OS PMDS

2.1. HISTÓRICO

Durante a implementação dos NAPAs, é possível que os países queiram incorporar elementos do programa de trabalho dos PMDs aos seus projetos, assim como os elementos do escopo para a capacitação na elaboração dos projetos. Nesse caso, os relatórios produzidos devem refletir isso, e deve-se submeter as informações adequadas ao monitoramento regular da capacitação, conforme definido na decisão 4/CP.12 da Conferência das Partes (COP).

Além disso, os PMDs também podem submeter propostas de projetos solicitando financiamento do LDCF para implementar elementos do programa de trabalho dos PMDs, usando modalidades que serão preparadas pelo GEF em resposta à decisão recente 5/CP.14 referente a orientação adicional sobre o Fundo para os PMDs.

Os NAPAs fazem parte das medidas previstas no programa de trabalho dos PMDs que foi definido por meio da decisão 5/CP.7, resultante da sétima sessão da Conferência das Partes (COP 7), realizada em 2001. Nesta decisão, a COP reconheceu as necessidades específicas e situação especial dos PMDs, que têm uma capacidade menor de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, e estabeleceu um programa de trabalho para os PMDs com os seguintes elementos:

- (i) fortalecimento de secretarias e/ ou pontos focais nacionais existentes voltados à mudança do clima e, quando necessário, estabelecimento dos mesmos;
- (ii) oferta de treinamento contínuo em linguagem e técnicas de negociação;
- (iii) apoio à elaboração e implementação dos NAPAs;
- (iv) promoção de programas de conscientização pública;
- (v) desenvolvimento e transferência de tecnologias, especialmente aquelas voltada à adaptação;
- (vi) fortalecimento da capacidade de serviços meteorológicos e hidrológicos.

Quando o programa de trabalho para os PMDs foi estabelecido, também foram criados o Fundo para os PMDs (LDCF), para apoiar a sua implementação, e o grupo de especialistas dos PMDs (LEG), para apoiar a elaboração e a estratégia de implementação dos NAPAs, e as diretrizes para a elaboração deles.

Quando completados, os NAPAs devem ser submetidos ao secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), que os disponibiliza em um website. Uma cópia do NAPA também é enviada ao GEF. Desde junho de 2006, os PMDs podem se candidatar a um financiamento do LDCF para a implementação dos NAPAs.

Um histórico completo do programa de trabalho para os PMDs pode ser encontrado em publicações recentes do LEG³. A FIGURA II-2 mostra a evolução das decisões sobre questões relativas aos PMDs.

³ O programa de trabalho para os PMDs, um folheto sobre o assunto e o informe técnico do LEG intitulado 'NAPA: visão geral da preparação, elaboração das estratégias de implementação e revisão das listas e descrições dos projetos' encontram-se disponíveis no Portal dos Países Menos Desenvolvidos em: <www.unfccc.int/ldc> (versão apenas em inglês).

Os elementos para a estruturação da capacitação em países em desenvolvimento oferecem uma avaliação inicial das necessidades e áreas prioritárias para a capacitação em PMDs e nos pequenos estados insulares em desenvolvimento. Esses elementos, intimamente interligados aos componentes do programa de trabalho para os PMDs, são apresentados abaixo, conforme estabelecido no parágrafo 17 do anexo da decisão 2/CP.7 (ênfase nossa):

- (a) *Fortalecimento de secretarias ou pontos focais existentes voltados à mudança do clima e o estabelecimento dos mesmos quando necessário, de modo a possibilitar a efetiva implementação da Convenção e a participação dos países no processo do Protocolo de Quioto, incluindo a elaboração das comunicações nacionais;*
- (b) *Desenvolvimento de um programa de implementação integrado, que leve em consideração o papel da pesquisa e do treinamento na capacitação;*
- (c) *Desenvolvimento e aperfeiçoamento das capacidades e aptidões técnicas para realizar e integrar, de forma efetiva, uma avaliação das vulnerabilidades e da adaptação a programas voltados ao desenvolvimento sustentável e desenvolver programas de ação nacional para adaptação;*
- (d) *Fortalecimento de instituições nacionais de pesquisa e treinamento existentes e, quando necessário, criação de instituições dessa natureza com o intuito de assegurar a sustentabilidade dos programas de capacitação;*
- (e) *Fortalecimento da capacidade dos serviços meteorológicos para a coleta, análise, interpretação e difusão de informações sobre o tempo e o clima, de modo a apoiar a implementação de programas de ação nacional para adaptação;*
- (f) *Ampliação da conscientização pública sobre o assunto (nível de compreensão e desenvolvimento das capacidades humanas).*

Figura II-2. **A evolução das decisões sobre questões relativas aos PMDs**



2.2. O GRUPO DE ESPECIALISTAS DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS (LEG)

A Conferência das Partes (COP), em sua sétima sessão, decidiu criar o LEG, cujos membros são nomeados pelas Partes, com o objetivo de apoiar a elaboração e estratégia de implementação dos NAPAs. O mandato atual do LEG baseia-se em uma decisão da COP em sua décima terceira sessão (decisão 8/CP.13), realizada em 2007.

As atribuições do LEG são as seguintes (com base nas decisões 29/CP.7, 4/CP.11 e 8/CP.13):

- (a) Prestar orientação e assessoria técnica para a elaboração e a estratégia de implementação dos NAPAs, incluindo a identificação de possíveis fontes de dados e sua subsequente aplicação e interpretação, mediante solicitação das Partes PMDs;
- (b) Elaborar um programa de trabalho que inclua a implementação dos NAPAs;
- (c) Atuar em capacidade consultiva para a elaboração e estratégia de implementação dos NAPAs por meio de oficinas de trabalho, entre outros recursos, mediante solicitação das Partes PMDs;
- (d) Prestar assessoria em relação às necessidades de capacitação para a elaboração e implementação dos NAPAs e fazer recomendações, conforme o caso, levando em consideração a Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades do GEF e outras iniciativas de capacitação relevantes;
- (e) Facilitar o intercâmbio de informações e promover sinergias regionais, além de sinergias com outras convenções multilaterais relativas ao meio ambiente, na elaboração e estratégia de implementação dos NAPAs;
- (f) Prestar assessoria na integração dos NAPAs no planejamento regular do desenvolvimento no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável;
- (g) Elaborar um programa de trabalho que leve em consideração o programa de trabalho de Nairóbi.

PROGRAMA DE TRABALHO DO LEG

As principais atividades prioritárias do programa de trabalho do LEG para o período de 2008–2010 encontram-se no documento FCCC/SBI/2008/14, e o programa de trabalho completo está disponível no documento FCCC/SBI/2008/6.

2.3. O FUNDO PARA OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

O GEF, na qualidade de entidade operadora do mecanismo financeiro da Convenção, foi encarregado da operação deste fundo, em conformidade com a decisão 27/CP.7. Segundo esta decisão, o GEF recebeu orientação para a operação do fundo com um foco inicial no apoio para a elaboração dos NAPAs.

O GEF lançou o documento *“Operational Guidelines for Expedited Funding for the Preparation of National Adaptation Programs of Action by Least Developed Countries”* (Diretrizes operacionais para a obtenção de um financiamento mais expedito para a elaboração de Programas de Ação Nacional para Adaptação por parte dos Países Menos Desenvolvidos) em abril de 2002, de modo que as agências do GEF puderam submeter propostas em nome das Partes PMDs para a elaboração de NAPAs. Em maio de 2009, todos os 48 PMDs já haviam recebido verbas para a elaboração dos NAPAs, incluindo Cabo Verde, que saiu do grupo em dezembro de 2007.

A COP, em sua décima primeira sessão (dezembro de 2005), acordou algumas disposições para operacionalizar o LDCF de modo a apoiar a implementação dos NAPAs. A COP ofereceu orientação adicional em relação às áreas prioritárias e disposições para o financiamento total e uma escala (móvel) de cofinanciamento na decisão 3/CP.11. Quase todas as Partes PMDs que completaram um NAPA encontram-se atualmente em algum estágio de implementação do programa; alguns países conseguiram concluir o ciclo de projeto do LDCF e agora estão em plena fase de implementação.

A COP, em sua décima quarta sessão, realizada em dezembro de 2008, acordou algumas disposições para operacionalizar o LDCF de modo a apoiar a implementação dos componentes restantes do programa de trabalho para os PMDs.



CQNUMC GUIA PASSO-A-PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO

Capítulo B

PLANEJANDO A IMPLEMENTAÇÃO

PLANEJANDO A IMPLEMENTAÇÃO

III. ETAPA 1

ELABORAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO

3.1. SÍNTESE E REVISÃO DO NAPA PARA FACILITAR O PLANEJAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO

3.1.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS VULNERABILIDADES À MUDANÇA CLIMÁTICA?

Uma síntese concisa dos principais elementos observados nos NAPAs é uma maneira útil de avaliar rapidamente as necessidades durante o planejamento de uma estratégia de implementação e a elaboração de propostas de projeto. Para demonstrar que as atividades propostas lidam com a questão da adaptação às mudanças climáticas, é necessário resumir as principais vulnerabilidades do país e da região ou sistema visado à mudança climática.

As diretrizes do NAPA mencionam a limitação dos PMDs em relação ao conhecimento, dados e capacidade de obter informações detalhadas sobre os impactos da mudança do clima. Assim, ao elaborar a justificativa dos impactos, tendências e vulnerabilidades relativos à mudança do clima deve-se levar em consideração essa limitação da capacidade. Na ausência de dados locais, devem ser usados os dados do IPCC sobre as tendências regionais e globais, assim como as noções convencionais universalmente aceitas sobre impactos comuns nos principais setores. Por exemplo, não é necessário demonstrar os mecanismos exatos por meio dos quais as secas impactam sobre os recursos hídricos e a produção agrícola e, conseqüentemente, sobre a segurança alimentar.

Uma síntese dos NAPAs submetidos mostrou que a maior parte dos efeitos da mudança climática está relacionada a inundações, secas, tempestades tropicais, alterações nas estações de cultivo e impactos relacionados. A TABELA III-1 mostra um resumo dessas vulnerabilidades.

Ao planejar a estratégia de implementação, a equipe responsável pelo NAPA deve ter uma noção clara das principais vulnerabilidades do país à mudança climática, incluindo informações que possam ajudar a identificar e classificar os sistemas e as comunidades mais vulneráveis. Nos casos em que as atividades prioritárias do NAPA já tiverem sido implementadas, ou onde as alterações no clima tiverem se intensificado ou enfraquecido desde a elaboração do NAPA, a lista das principais vulnerabilidades deve ser atualizada. Também deve-se considerar a limitação do financiamento atualmente disponível no âmbito do LDCF para a implementação dos NAPAs: algumas prioridades podem não ser implementadas na íntegra, como inicialmente estimado. Portanto, é possível que as necessidades urgentes e imediatas que se planejava abordar não tenham sido completamente satisfeitas e necessitem ainda ser levadas em consideração.

3.1.2. REVISÕES E ATUALIZAÇÕES RELATIVAS AOS PROJETOS E DESCRIÇÕES DE PROJETOS NO ÂMBITO DO NAPA

Um dos critérios de elegibilidade do LDCF é que uma atividade de projeto seja identificada como uma necessidade prioritária na classificação do NAPA. Conforme mencionado na seção anterior, **pode ser necessário rever os projetos e descrições de projetos no âmbito do NAPA, em vista dos novos riscos e vulnerabilidades surgidos em decorrência das alterações no clima desde a submissão do programa. Outro motivo para uma revisão seria um melhor conhecimento e acesso a novas informações, além das lições aprendidas com projetos implementados em outros países.** Essa atualização deve incluir uma revisão da lista de projetos prioritários e dos principais elementos das descrições do projetos, como os custos. Se um país decidir revisar o seu NAPA, é importante que as alterações sejam formalmente submetidas ao secretariado da CQNUMC para que elas sejam incorporadas ao NAPA apresentado.

Em um informe técnico recente, o LEG descreveu os passos que podem ser seguidos pelos PMDs para submeter as revisões dos seus NAPAs ao secretariado da CQNUMC. Depois de recebidas, as revisões são processadas e incorporadas oficialmente ao NAPA, que pode então se candidatar ao financiamento do LDCF. O QUADRO III-2 abaixo apresenta os passos para a revisão dos NAPAs.

Quadro III-2. Orientação do LEG sobre como submeter revisões nos NAPAs

1. *As diretrizes comentadas para a elaboração dos programas de ação nacional para adaptação, concebidas pelo LEG, listam os principais passos para a elaboração dos NAPAs, e incluem uma revisão periódica dos riscos e da priorização das atividades. Considerando o tempo decorrido desde a elaboração dos primeiros NAPAs, o LEG identificou as razões abaixo para atualizar ou revisar um NAPA, incluindo, entre outros,*
 - (a) As atividades prioritárias declaradas no NAPA podem ter sido implementadas por meio de cooperação bilateral, ou de outras fontes de financiamento e cooperação técnica, e é necessário que haja uma revisão das prioridades restantes que poderiam ser financiadas pelo LDCF;
 - (b) Em casos onde foram fornecidas apenas informações sucintas sobre custos e detalhes da implementação, uma Parte PMD pode decidir rever as informações sobre os custos e/ ou adicionar informações sobre a descrição do projeto;
 - (c) Em alguns casos, pode ser necessário rever a classificação das prioridades urgentes e imediatas do NAPA em decorrência do surgimento de novos riscos e vulnerabilidades, especialmente nos casos em que o NAPA foi finalizado um ano antes ou mais;
 - (d) A necessidade de incorporar as lições aprendidas na implementação dos NAPAs em outros PMDs;
 - (e) A necessidade de se fornecer informações adicionais, como exigido pelas novas diretrizes para a elaboração de projetos (uso do formulário de identificação do projeto, em substituição ao método anterior, em uso quando alguns dos primeiros NAPAs foram elaborados, por meio do fundo para a elaboração de projeto);
 - (f) A necessidade de se fazer revisões simples no NAPA, como o detalhamento da revisão dos custos das atividades de projeto, levando-se em consideração novas informações. Também podem ser adicionadas informações que facilitem a elaboração dos PIFs para a implementação. Alguns países também podem decidir especificar como uma importante atividade de projeto seria integrada a planos setoriais.

2. O LEG propõe aos PMDs que sigam os seguintes passos simplificados na submissão das revisões dos seus NAPAs:
 - (a) **Revisão do NAPA e identificação da necessidade e do ponto de partida para a atualização do NAPA:** os PMDs podem rever seus NAPAs e avaliar se é necessário atualizá-lo com base nas razões acima. Os países interessados em atualizar ou revisar seus NAPAs devem identificar um ponto de partida para o processo de atualização;
 - (b) **Reconvoar um grupo de coordenação composto de vários representantes dos grupos de interesse para elaborar as atualizações:** é provável que a maioria dos países reconvoque o comitê de coordenação do NAPA para atualizar as informações sobre os riscos e a situação da implementação das prioridades existentes no âmbito do NAPA. Independentemente da composição do comitê, ele seria responsável por re-classificar as prioridades e elaborar uma nova lista de atividades prioritárias e descrições atualizadas dos projetos, conforme o caso. A equipe responsável pelo NAPA definiria então uma estratégia de implementação.
 - (c) **Aprovação do NAPA e submissão da atualização ao secretariado:** Uma vez feitas as atualizações necessárias, é preciso que um documento formal seja aprovado pelas autoridades relevantes no nível nacional, como o comitê nacional de coordenação sobre mudanças climáticas. Depois de aprovadas, as atualizações devem ser submetidas ao secretariado por meio do ponto focal da CQNUMC no país, com uma indicação clara da natureza das atualizações na carta de submissão. Essa carta e o documento com as atualizações serão então incorporados ao NAPA na forma de um adendo;
 - (d) **Encaminhamento da atualização no secretariado** Ao receber essa documentação, o secretariado atualizará o registro no seu website e informará o GEF e suas agências sobre as atualizações submetidas. O secretariado então atualizará o banco de dados eletrônico sobre os projetos do NAPA, refletindo as alterações ou remoções de atividades e projetos.
 - (e) **Análise dos NAPAs pelo LEG:** O LEG analisará as informações submetidas pelas Partes nos NAPAs, os bancos de dados dos projetos implementados e subsequentes atualizações, e submeterá relatórios ao Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) de modo a orientar as discussões entre todas as Partes sobre o progresso alcançado no âmbito dos NAPAs.

→
Encarte para
a Tabela III-1.

Tabela III-1. Principais vulnerabilidades nos PMDs e estratégias de adaptação comumente propostas

Vulnerabilidade	Impactos	Amplificadores antrópicos	Estratégias de Adaptação	Comentários sob o ponto de vista dos projetos	Exemplos dos projetos
Secas e imprevisibilidade pluviométrica	Redução na produção agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • uso insustentável dos recursos hídricos subterrâneos 	<ul style="list-style-type: none"> → Introdução de cepas resistentes à seca → Irrigação comunitária → Irrigação com economia de água → Aumento das terras destinadas à produção agrícola 	Efeitos mais relevantes no nível local; é necessário uma resposta combinada que seja voltada à prevenção e ao enfrentamento; envolvimento de componentes significativos de pesquisa e gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Adaptação dos Modos de Subsistência à Mudança Climática, Bangladesh, FAO (relatório disponível em <www.fao.org/forestry/media/15488/0/0/>) • Projetos do LDCF nos seguintes países: Sudão/ Burkina Faso/ Níger/ Cabo Verde, Camboja, projeto do Fundo Especial para Mudanças Climáticas (SCCF) no Quênia
	Perda de renda dos agricultores		<ul style="list-style-type: none"> → Previsão do tempo → Melhoria de indústrias de pequena escala 	A previsão tem componentes de infraestrutura e de gestão; o nível regional é o mais relevante	<ul style="list-style-type: none"> • Honey Care África Limited, Quênia: O mel na luta contra a pobreza • Sistema de vigilância precoce, Etiópia Oxfam America
	Fome e desnutrição		<ul style="list-style-type: none"> → Introdução de animais mais bem adaptados → Diversificação da produção alimentar → Processamento e conservação de alimentos → Bancos de produtos alimentares 	Forte componente de desenvolvimento, a ligação com a mudança climática é indireta	<ul style="list-style-type: none"> • Bancos comunitários de cereais, Practical Action, Quênia • Bancos de Cereais, Gâmbia, Oxfam America • Projetos do LDCF em Níger/ Burkina Faso/ Sudão
Inundações	Poluição por sedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • desmatamento • práticas insustentáveis de uso da terra • infraestrutura em áreas inadequadas 	<ul style="list-style-type: none"> → Reconstituição de encostas de bacias → Recuperação de pequenos lagos sedimentados 	Exige alterações no meio ambiente físico; infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Combate à Erosão do Solo, Bangladesh, • Caritas International
	Perda de fertilidade do solo		<ul style="list-style-type: none"> → Florestamento e reflorestamento 	Projetos de manejo florestal são de longo prazo, ligação direta com a vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Fertilidade integrada do solo, Practical Action, África do Sul • Projeto do LDCF em Bangladesh
	Irrupção de lagos glaciais		<ul style="list-style-type: none"> → Rebaixamento de lagos → Sistema de alerta precoce e conscientização 	Risco imediato, são necessárias medidas de prevenção e de enfrentamento	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto do LDCF no Butão
	Deslizamentos de terra e erosão		<ul style="list-style-type: none"> → Construção de abrigos para populações desalojadas → Planejamento de assentamentos em áreas de pouco risco → Construção de diques 	Necessário o planejamento da infraestrutura; planos integrados de uso da terra	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de mapas de risco, Practical Action, América Latina
	Insegurança energética (distúrbios nos sistemas hidroelétricos)		<ul style="list-style-type: none"> → Micro-estações hidroelétricas → Diversificação da matriz energética (eólica, solar, biogás) 	Os projetos têm um foco indireto, forte contribuição ao desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • WRI: Zimbábue: desenvolvimento de energia eólica em Temaruru e Dumbamwe
	Destruição da infraestrutura		<ul style="list-style-type: none"> → Reassentamento de populações em risco → Comportas e galerias 	Riscos imediatos, medidas preventivas	<ul style="list-style-type: none"> • N/A

Tabela III-1. Principais vulnerabilidades nos PMDs e estratégias de adaptação comumente propostas (continuação)

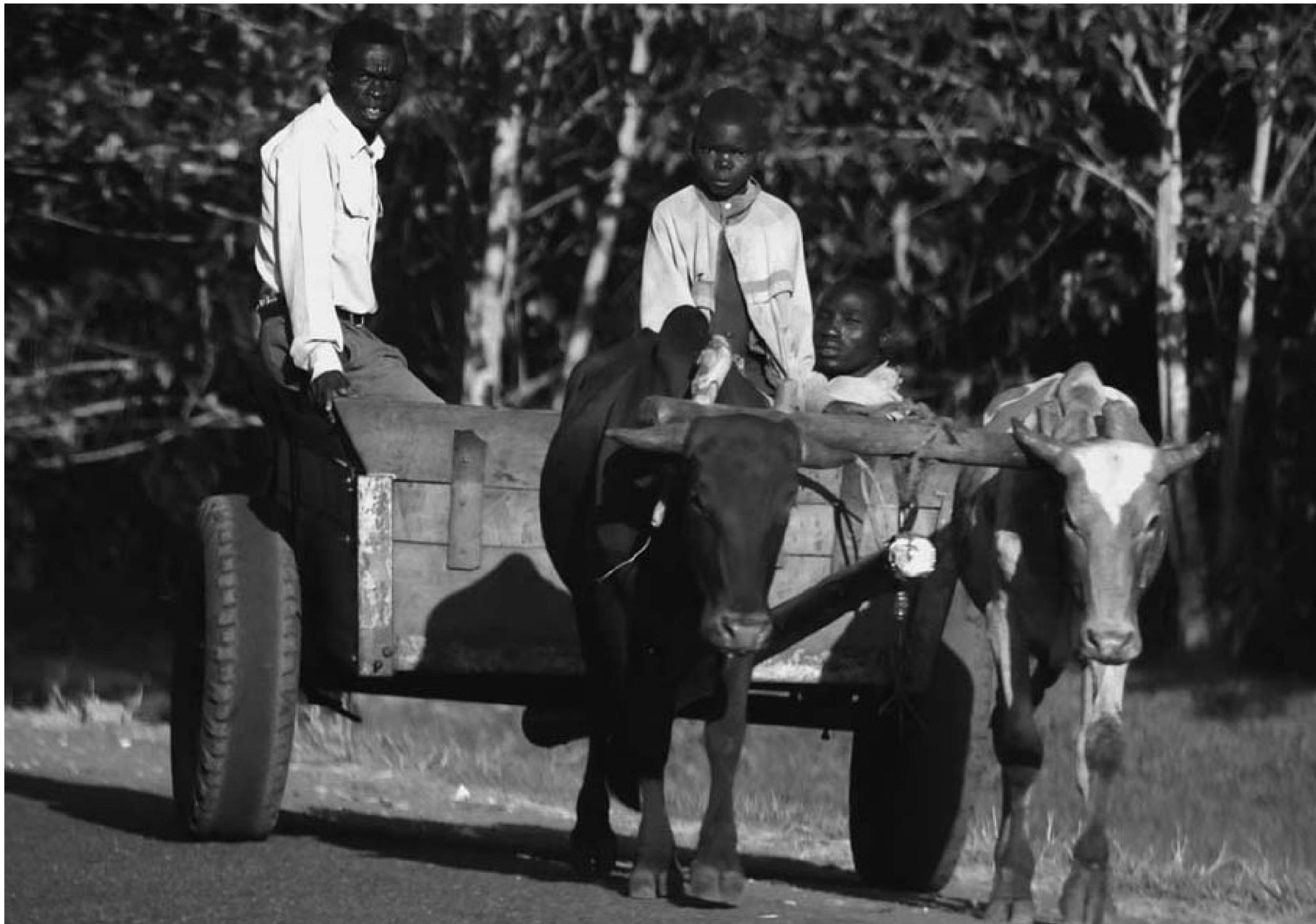
Vulnerabilidade	Impactos	Amplificadores antrópicos	Estratégias de Adaptação	Comentários sob o ponto de vista dos projetos	Exemplos dos projetos
Disseminação de doenças transmitidas pela água e pelo ar	Proliferação de doenças e comprometimento da saúde pública	<ul style="list-style-type: none"> ausência de saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> → Produção de biopesticidas → Campanhas de educação sobre a malária → Criação de bancos de dados sobre doenças e vetores → Planos de contingência → Treinamento profissional na área de assistência médica 	É possível formar sinergias robustas com o setor de saúde; é necessário que haja um planejamento significativo	<ul style="list-style-type: none"> TRACnet, Ruanda: Combatendo Pandemias por meio da Tecnologia da Informação Combate à mosca tsé-tsé, Practical Action, África Projeto do LDCF em Samoa
Perda de ecossistemas florestais e de zonas úmidas	Insegurança energética (biomassa)	<ul style="list-style-type: none"> desmatamento 	<ul style="list-style-type: none"> → Manejo e prevenção de incêndios florestais → Promoção da eficiência energética 	É possível implementar medidas diretas e indiretas, projetos de manejo	<ul style="list-style-type: none"> De Vacas a Quilowatts, Nigéria: Transformando resíduos em energia e fertilizantes
	Perda de biodiversidade e de serviços prestados pelos ecossistemas (erosão, regulação das bacias hidrográficas)		<ul style="list-style-type: none"> → Conservação florestal → Promoção de outros materiais de construção 	É possível implementar medidas diretas e indiretas, projetos de manejo	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Bushbuck Ridge, África do Sul: Protegendo Zonas Úmidas
Degradação de terras e desertificação	Redução da produção agrícola	<ul style="list-style-type: none"> desmatamento práticas insustentáveis de uso da terra intensificação das pastagem e das práticas agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> → Recuperação de terras degradadas → Florestamento 	O projeto aborda diretamente a vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Enfrentamento da seca e da mudança climática, Etiópia, Quênia, Moçambique, e Zimbábue, PNUD/GEF Project ID: 3549
	Migração de populações locais		<ul style="list-style-type: none"> → Produção de forragem para a criação de cabras 	O projeto aborda os impactos	<ul style="list-style-type: none"> Projeto do LDCF na Eritreia
	Perda de produção pecuária		<ul style="list-style-type: none"> → Técnica de pastagem zero → Alteração das rotas de pastagem 	Projeto de manejo	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de atividades de pecuária de pequena escala em Sikkim, Índia, FAO (<http://www.fao.org/GENDER/en/Lesson-e/Sikkim.htm>) Projeto do LDCF na Eritreia
Escassez de água potável	Estresse hídrico, falta de higiene	<ul style="list-style-type: none"> superexploração dos lençóis freáticos sistemas de irrigação ineficiente 	<ul style="list-style-type: none"> → Coleta de água da chuva → Construção ou recuperação de reservatórios/ represas → Gestão integrada dos recursos hídricos → Reposição dos lençóis freáticos → Sistemas de tratamento de águas residuais 	Nível local, prevenção e enfrentamento, aborda diretamente a vulnerabilidade, gerenciamento e infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Projeto hídrico para a vila de Lufumbu, Tanzânia: Compensando a falta de infraestrutura hídrica Coleta de água da chuva Coleta de águas pluviais de escoamento, Practical Action, Sri Lanka Barragens de Areia, Practical Action, África Projeto do LDCF em Cabo Verde
Medidas descentralizadas de adaptação	Má integração da adaptação ao planejamento do desenvolvimento		<ul style="list-style-type: none"> → Integração da adaptação 	No nível nacional, gerenciamento, necessidade de mudanças graduais	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento setorial da adaptação Conscientização sobre as mudanças climáticas Promoção do conhecimento tradicional Seguro Uso da estrutura jurídica para incluir a adaptação à legislação Documentação do conhecimento tradicional

→
Encarte para
a Tabela III-1.

Tabela III-1. Principais vulnerabilidades nos PMDs e estratégias de adaptação comumente propostas (continuação)

Vulnerabilidade	Impactos	Amplificadores antrópicos	Estratégias de Adaptação	Comentários sob o ponto de vista dos projetos	Exemplos dos projetos
Erosão costeira	Alteração da morfologia costeira	<ul style="list-style-type: none"> desmatamento e ocupação em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Florestamento de áreas costeiras Fixação de barreiras para dunas móveis Quebra-mares 	Aborda diretamente a vulnerabilidade, enfrentamento	<ul style="list-style-type: none"> Jardins flutuantes, Practical Action, Bangladesh Projeto do LDCF em Bangladesh
	Destruição da infraestrutura costeira		<ul style="list-style-type: none"> Reelaboração e recuperação da infraestrutura 	Projeto de infraestrutura que necessita de gerenciamento para sua manutenção	<ul style="list-style-type: none"> N/A
Intrusão de água salgada	Contaminação de lençóis freáticos próximos às áreas costeiras		<ul style="list-style-type: none"> Introdução de cultivos costeiros (espécies tolerantes ao sal) Recuperação de manguezais Construção e melhoria de poços 	Projeto integrado no nível local, dependendo das necessidades da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Gestão dos recursos naturais para a mitigação dos impactos climáticos: exemplo da recuperação de manguezais no Vietnã, artigo publicado no Global Environmental Change Journal 8(1), 49 – 61
Desastres Naturais (tempestades, ciclones, furacões)	Destruição da infraestrutura e mortes		<ul style="list-style-type: none"> Gerenciamento, preparo e conscientização relativos a desastres Construção de infraestrutura urbana resistente Modernização dos dados e serviços meteorológicos Concepção de construções sustentáveis 	Preventivo, nível regional, projetos que abordam diretamente a vulnerabilidade não são possíveis	<ul style="list-style-type: none"> Definição do papel da comunidade na Mitigação dos Desastres, Practical Action
Perda de estoques pesqueiros marinhos	Insegurança alimentar e perda de renda dos pescadores	<ul style="list-style-type: none"> sobrepesca 	<ul style="list-style-type: none"> Práticas de piscicultura Introdução de peixes tolerantes ao sal em locais de criação de peixes Pequenos lagos de aquíicultura Introdução de mecanismos de concentração pesqueira Programas de conqicultura 	Projetos de gerenciamento são os mais viáveis, os impactos são graduais	<ul style="list-style-type: none"> Redes de emalhar na Vila de Andavadoaka, Madagascar: Reservas Marinhas para Polvos
Perda de ecossistemas marinhos	Pressão sobre a indústria do turismo	<ul style="list-style-type: none"> poluição marinha sobrepesca 	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciamento dos recursos marinhos e cumprimento da legislação Recuperação de corais Prevenção da sobrepesca Planejamento da expansão turística 	Projetos de gerenciamento são os mais viáveis, devem ser de caráter preventivo	<ul style="list-style-type: none"> Ilha Tiwai, Serra Leoa: Usando o Conhecimento Tradicional em Favor do Turismo

Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras fontes dos estudos de caso e projetos:
 - Oxfam America <http://www.oxfamamerica.org/newsandpublications/publications/briefing_papers/adaptation-101/Adaptation-101.pdf>
 - Practical Action
 - A Ação de Desenvolvimento Ambiental no Terceiro Mundo (Environmental Development Action in the Third World – ENDA), Senegal, apresentou um projeto bem sucedido de manejo florestal na área de Sebijotane, na região oeste do Senegal
 - Projeto Accca – Advancing Capacity to Support Climate Change Adaptation (Melhorando a Capacidade de Suporte à Adaptação às Mudanças Climáticas) – <<http://www.acccaproject.org/accca/?q=node/5>>
 - <http://www.livelihoods.org/lessons/project_summaries/IISD_projsun.html>
 - <http://www.un.org/esa/sustdev/publications/africa_casestudies/index.htm>
 - WWF <<http://www.worldwildlife.org/climate/WWFBinaryitem3831.pdf>>
 - CARE <<http://www.careclimatechange.org/careclimatechange.org/adaptation>>
 - Banco de dados do PNUD <<http://sdnhq.undp.org/gef-adaptation/projects/index.php>>
 - <<http://projects.wri.org/adaptation-database>>
 - Banco de dados do GEF para adaptação <<http://gefonline.org/home.cfm>>



3.1.3. QUAIS SÃO AS ATIVIDADES PRIORITÁRIAS ATUAIS DO NAPA QUE NECESSITAM SER IMPLEMENTADAS?

A lista de projetos prioritários submetidos pelas Partes PMDs no âmbito do NAPA é mantida em um *Banco de Dados de Projetos do NAPA*, no portal dos PMDs do website da CQNUMC <<http://www.unfccc.int/ldc>>. Além das atualizações das descrições e dos projetos do NAPA submetidas pelos países, a lista de projetos a serem implementados também é atualizada à medida que os projetos são implementados pelo LDCF e por outros meios e pode, assim, ser usada para indicar projetos que podem ser financiados no âmbito do LDCF.

Em alguns casos, várias atividades prioritárias são agrupadas em um único projeto para implementação, e essa informação também consta do *Banco de Dados de Projetos do NAPA*. O processo de agrupamento das prioridades do NAPA será discutido mais à frente.

3.1.4. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PLANOS, PROGRAMAS E ATIVIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO?

Uma vez estabelecida a lista de prioridades, deve-se considerar o seu alinhamento com os principais planos, programas e atividades de desenvolvimento previstos em âmbito nacional. Uma síntese desses planos, programas e atividades, assim como o seu cronograma de implementação, proporcionará informações fundamentais à elaboração de documentos relativos ao projeto durante a implementação.

As atividades previstas no âmbito dos planos, programas e atividades nacionais constituem a principal fonte de informações para estimar a linha de base (referência) dos investimentos destinados à adaptação, que podem ser acrescidos de um financiamento adicional específico para a adaptação.

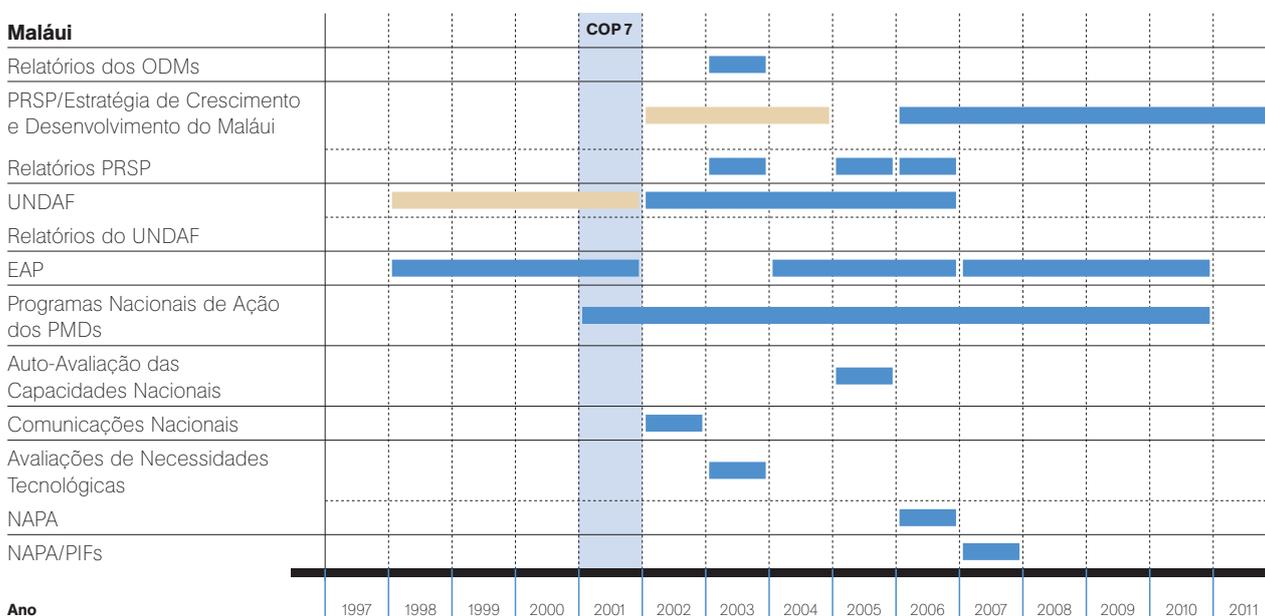
As regras atuais do LDCF, úteis para qualquer fonte de financiamento, determinam que cada projeto deve indicar as atividades de referência nas quais se baseia e justificar a necessidade de cofinanciamento. Portanto, é essencial se concentrar nos planos, programas e atividades de maior relevância, assim como nos principais setores vulneráveis, conforme identificados no NAPA. As fontes de informação que podem ser consultadas incluem:

- Políticas nacionais relativas aos principais setores vulneráveis (como agricultura, recursos hídricos, zonas costeiras ou saúde);
- Os documentos sobre as estratégias nacionais de redução da pobreza (*national poverty reduction strategies papers* – PRSPs);
- Estratégias nacionais de crescimento econômico;
- Metas nacionais de desenvolvimento a médio e longo prazo (como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs);
- Políticas nacionais sobre governança e conselhos comunitários;
- Outras políticas relevantes para a coleta e o gerenciamento de dados e da informação, planos de prevenção a desastres e redução dos riscos;
- Estratégias e planos de ação de agências multilaterais (por exemplo, a Estratégia do Banco Mundial de Assistência ao País – EAP, o Quadro de das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) do PNUD, etc.);
- Atividades e estratégias bilaterais e de cooperação.

As atividades que fazem parte desses planos e programas podem constituir uma boa base para a identificação de áreas nas quais basear os projetos do NAPA. Esse processo ajudaria a identificar potenciais áreas para a integração da adaptação à mudança climática às estratégias nacionais de planejamento e desenvolvimento. Em qualquer momento, haverá um grande número de planos, cada qual com seu cronograma, como mostrado na FIGURA III-3 para o Maláui. Idealmente, os planos elaborados após o NAPA deveriam se vincular ao programa, e oferecer oportunidades de integrar as prioridades do NAPA a programas nacionais subsequentes.

Durante a preparação da implementação, cada país deve produzir uma matriz das principais vulnerabilidades e intervenções propostas no âmbito do NAPA, e mostrar os planos, programas e atividades relevantes relacionados às vulnerabilidades e aos NAPAs.

Figura III-3. Exemplo de estratégias e planos nacionais entre 1997 e 2011 para o Maláui



IV. ETAPA 2

ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO PARA O NAPA

4.1.1. DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA GERAL: UM ÚNICO PROJETO OU TODO O NAPA?

Uma decisão importante que deve ser tomada antes de tudo refere-se a como implementar o NAPA. **As duas principais opções são: buscar financiamento no âmbito do GEF para um único projeto, seguindo todo o processo de submissão de uma proposta, ou elaborar uma estratégia para implementar todo o NAPA. Nesse último caso, o procedimento é elaborar uma abordagem integrada ou programática que compreenda todas as necessidades prioritárias, passando pelo planejamento e as justificativas para a implementação, e então solicitar financiamento no âmbito do LDCF para uma primeira fase de implementação, sem ultrapassar o limite atual de recursos disponíveis para cada PMD.** O projeto único mencionado acima pode incluir múltiplas atividades prioritárias do NAPA, mas elas devem ser agrupadas em um único projeto para fins de processamento pelo GEF.

Entretanto, um país pode inicialmente escolher desenvolver um único projeto por meio do LDCF para iniciar rapidamente a implementação, ou quando não há recursos para elaborar a abordagem mais integrada. A maioria dos PMDs seguiram esse caminho até o momento e solicitaram financiamento do LDCF para um único projeto.

Em discussões mais recentes sobre adaptação, no entanto, os especialistas debateram a possibilidade de as abordagens programáticas melhorarem a efetividade das intervenções e assegurarem a sustentabilidade das atividades nos casos em que elas estão completamente integradas a atividades e programas setoriais, e a outros programas e atividades nacionais. Em tais casos, um país pode analisar os objetivos das atividades prioritárias do NAPA, definir soluções, avaliar os custos e elaborar um plano de implementação que agrupe naturalmente as

atividades em projetos, ou que incorpore as atividades a programas setoriais e outros programas mais amplos (de escopo nacional). Como o financiamento atual no âmbito do LDCF só é repassado a projetos individuais, as atividades agrupadas podem ser apresentadas em fases, sendo o primeiro repasse de fundos para cada Parte no âmbito do LDCF destinado à fase inicial do projeto. Se o LDCF puder disponibilizar mais recursos, fases adicionais do projeto/ programa podem ser financiadas, sem que seja necessário recomençar o ciclo de projeto do LDCF. **Neste caso, a elaboração da estratégia holística de implementação para todo o NAPA pode ser financiada por meio do auxílio para a elaboração do projeto (PPG) atualmente concedido a cada projeto.**

4.1.2. ALINHAMENTO DOS CRITÉRIOS USADOS PARA CLASSIFICAR AS NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DE ADAPTAÇÃO NO NAPA COM METAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A classificação das necessidades prioritárias de adaptação durante a elaboração do NAPA baseia-se em critérios escolhidos pelo país, sendo que alguns deles podem ser úteis para orientar a implementação dos projetos e avaliar os resultados obtidos.

Os critérios que podem ser usados para orientar a avaliação dos projetos de adaptação com base nos NAPAs submetidos incluem:

- Contribuição para a segurança alimentar, aumento da disponibilidade e acesso à água, e outras metas essenciais de desenvolvimento;
- Contribuição para a resolução de problemas imediatos e urgentes relacionados à mudança do clima;
- Impactos diretos e mensuráveis sobre grupos vulneráveis/ Redução de perdas para a população carente;
- Melhoria da situação econômica e impacto sobre o crescimento econômico da população carente (grau de redução da pobreza);
- Contribuição para o combate à pobreza/ para o desenvolvimento sustentável;
- Grau de resposta às necessidades imediatas das comunidades afetadas;
- Número de beneficiários/ proporção do orçamento do projeto despendido em intervenções diretas;

- Melhoria da capacidade adaptativa e da resiliência no nível comunitário e nacional;
- Grau de redução da vulnerabilidade;
- Proteção e melhoria dos modos de subsistência, especialmente em grupos vulneráveis e entre a população carente;
- Redução das ameaças (diretas) relativas à mudança do clima (redução dos desastres/ riscos);
- Prevenção dos impactos negativos da mudança do clima em escalas diferentes;
- Redução do número de mortes/ Melhoria da saúde e do bem-estar humano;
- Proteção do patrimônio cultural e histórico;
- Benefícios múltiplos do projeto, em termos de sinergia com outras metas e acordos relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento;
- Relação custo-benefício.

Esses critérios foram usados para classificar as necessidades prioritárias de adaptação e faz sentido então que os indicadores de progresso se baseiem neles.

4.1.3. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

A estratégia de implementação deve orientar o país sobre como implementar o NAPA, definir um programa ou uma lista de projetos a ser proposta ao GEF e a outras fontes de financiamento, preparar um cronograma e detalhar ao máximo as informações sobre os procedimentos para a implementação. Ela deve ser apresentada no formato de um relatório, que servirá como um documento de orientação para o país e que poderá ser compartilhado com possíveis doadores e agências. **Esse documento deve conter no mínimo uma lista das prioridades e as descrições dos projetos no âmbito do NAPA, mostrando o custo, os resultados esperados e as organizações que ficarão responsáveis pela implementação dos projetos na prática.**

Se a estratégia for desenvolvida para todo o NAPA, será necessário mostrar uma análise de todas as prioridades do NAPA em termos de atividades de referência e necessidades adicionais de adaptação, e um plano sobre como as atividades do programa serão integradas a projetos com o propósito de submeter propostas ao LDCF e a outras fontes de financiamento. As duas opções serão descritas mais detalhadamente nas seções seguintes.

V. ETAPA 3-A

OPÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM ÚNICO PROJETO – ABORDAGEM DE PROJETO

5.1. SELEÇÃO DE UMA OU MAIS PRIORIDADES DO NAPA A SEREM CONTEMPLADAS PELO LDCF

O primeiro passo na implementação do NAPA um projeto por vez é escolher quais prioridades do programa devem ser enfocadas. Os países podem agregar várias prioridades em um único projeto, desde que as atividades estejam relacionadas e que sejam consistentes com o NAPA. O LDCF aplica o

princípio de “acesso equilibrado” para evitar os riscos de política de “atendimento por ordem de chegada”, o que pode resultar no uso de todos os recursos por um número limitado de PMDs. As propostas de projeto submetidas ao fundo atualmente não podem exceder um valor aproximado de US\$ 5 milhões (até pouco tempo o limite era de US\$ 3,6 milhões), para permitir um acesso equilibrado a todas as partes. Essa quantia aumenta proporcionalmente de acordo com o tamanho do fundo.

Uma análise de alguns formulários de identificação do projeto (PIF) aprovados (ver a TABELA V-2) mostra como as prioridades do NAPA foram agregadas e integradas às principais atividades dos projetos do NAPA. A escolha das prioridades a serem enfocadas deve ser feita pelo país, e baseia-se em parte na urgência de cada atividade, levando-se em conta as atividades em andamento e a facilidade de cofinanciamento, assim como os pontos fortes e as vantagens comparativas da agência do GEF escolhida.

Tabela V-2. Agrupamento das prioridades dos NAPAs em projetos para implementação em alguns PMDs

Pais	Projeto prioritário do NAPA em que o projeto do LDCF se baseia	Projeto do LDCF
Bangladesh	1. Redução dos Riscos da Mudança Climática por meio de florestamento costeiro com a participação da comunidade. [O número total de projetos prioritários é 15.]	Fortalecimento da capacidade adaptativa para enfrentar ameaças da mudanças climáticas às estratégias de desenvolvimento das comunidades costeiras em Bangladesh
Benim	1. Implementação de um sistema de previsão para alertas precoces e riscos climáticos para a segurança alimentar em quatro regiões agroecológicas vulneráveis. [O número total de projetos prioritários é 5.]	Programa Integrado de Adaptação para Combate aos Efeitos das Mudanças Climáticas na Produção Agrícola e na Segurança Alimentar no Benim
Butão	1. Estratégia de Gerenciamento de Desastres – planejamento para a segurança alimentar e medicina emergencial para comunidades vulneráveis 2. Rebaixamento Artificial do Lago Thorthomi 8. Instalação do Sistema de Alerta Precoce na Bacia de Pho Chu [O número total de projetos prioritários é 9.]	Redução dos riscos e vulnerabilidades induzidos pelas mudanças climáticas relativos a inundações provocadas por irrupção de lagos glaciais nos vales de Punakha-Wangdi e Chamkhar
Cabo Verde	1. Projeto de mobilização e gerenciamento integrado dos recursos hídricos [O número total de projetos prioritários é 3.]	Fortalecimento de capacidade adaptativa e da resiliência às mudanças climáticas no setor hídrico de Cabo Verde
República Democrática do Congo	2. Fortalecimento da capacidade de produção agrícola: Multiplicação de sementes melhoradas de Milho, Arroz e Mandioca [O número total de projetos prioritários é 3.]	Fortalecimento da Capacidade do Setor Agrícola na República Democrática do Congo de Planejar e Responder às Ameaças Adicionais Impostas pelas Mudanças Climáticas na Produção e Segurança Alimentar

Tabela V-2. Agrupamento das prioridades dos NAPAs em projetos para implementação em alguns PMDs (continuação)

País	Projeto prioritário do NAPA em que o projeto do LDCF se baseia	Projeto do LDCF
Djibuti	<p>1. Implementação de intervenções prioritárias do NAPA para o fortalecimento da resiliência nas zonas costeiras mais vulneráveis do Djibuti [O número total de projetos prioritários é 8.]</p>	<p>Mitigação dos riscos relacionados às mudanças climáticas para o sistema de produção de áreas costeiras por meio de uma gestão integrada, adaptada e participativa, com o envolvimento de organizações comunitárias</p>
Guiné	<p>13. Proteção de áreas de cultivo próximas ao litoral. [O número total de projetos prioritários é 25.]</p>	<p>Melhor Resiliência e Adaptação aos Impactos Adversos das Mudanças Climáticas em Zonas Costeiras Vulneráveis da Guiné</p>
Maláui	<p>1. Melhoria da resiliência da comunidade às mudanças climáticas por meio do desenvolvimento de modos de vida rurais sustentáveis. 1. Melhoria da produção agrícola em situações de chuvas irregulares e condições climáticas variáveis. [O número total de projetos prioritários é 5.]</p>	<p>Adaptação Climática para a Agricultura e Modos de Vida Rurais (CARLA, na sigla em inglês)</p>
Samoa	<p>3. Projeto no âmbito do Programa de Cooperação em Saúde em relação ao clima 4. Projeto de Sistemas de Alerta Precoce em relação ao clima 5. Projeto de Sustentabilidade em Agricultura e Segurança Alimentar 8. Projeto de Estabelecimento de Programas de Conservação em Áreas Comunitárias Marinhas e Terrestres Extremamente Vulneráveis [O número total de projetos prioritários é 9.]</p>	<p>Adaptação Integrada às Mudanças Climáticas em Samoa (ICCAS, na sigla original)</p>
Sudão	<p>1. Fortalecimento da resiliência a uma crescente variabilidade pluviométrica por meio de recuperação de pastos e coleta de água na área de Butana, na região de Gedarf 2. Redução da vulnerabilidade das comunidades em áreas propensas a secas na região sul de Darfur por meio de melhores práticas de coleta de água 3. Melhoria das práticas agrícolas sustentáveis sob condições progressivas de estresse causado pelo calor na região do Rio Nilo 4. Conservação ambiental e recuperação da biodiversidade na região norte de Kordofan como um mecanismo de enfrentamento para a proteção de pastos em condições de variabilidade climática progressiva 5. Adaptação a Estratégias de ajuste à escassez de água induzida pela seca em áreas extremamente vulneráveis da região Equatorial Central [O número total de projetos prioritários é 5.]</p>	<p>Implementação de intervenções prioritárias do NAPA para o fortalecimento da resiliência nos setores agrícola e hídrico aos efeitos adversos das mudanças climáticas no Sudão</p>

Tabela V-2. Agrupamento das prioridades dos NAPAs em projetos para implementação em alguns PMDs (continuação)

Pais	Projeto prioritário do NAPA em que o projeto do LDCF se baseia	Projeto do LDCF
Tuvalu	1. Fortalecimento da resiliência de Áreas Costeiras e de Assentamentos à mudança climática [O número total de projetos prioritários é 7.]	Fortalecimento da Resiliência de Áreas Costeiras e de Assentamentos Comunitários à Mudança Climática
Zâmbia	1. Fortalecimento de sistemas de alerta precoce para melhorar os serviços de resposta e adaptação às mudanças climáticas 2. Promoção de fontes alternativas de subsistência para reduzir a vulnerabilidade as mudanças climáticas/variabilidade das comunidades vivendo em torno das áreas de manejo de animais selvagens 6. Adaptação das práticas de uso da terra (agricultura, pesca, criação de animais) em vista das mudanças climáticas [O número total de projetos prioritários é 10.]	Adaptação aos efeitos da seca e das mudanças climáticas nas Zonas agroecológicas 1 e 2 da Zâmbia

5.2. SELEÇÃO DA AGÊNCIA DO GEF E IDENTIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS EXECUTORAS

Depois de selecionar quais ações prioritárias do NAPA devem ser implementadas, o país deve identificar uma agência do GEF com a qual irá colaborar. Existem dez agências possíveis, cujas vantagens comparativas são apresentadas no documento do Conselho do GEF intitulado ‘Vantagens Comparativas das agências do GEF’ (GEF/C.31/5 rev.1). Adicionalmente, pode-se consultar os projetos atuais em fase de implementação, as experiências anteriores das agências e a relação de trabalho desenvolvida com cada uma delas. Consulte a seção VII.3 para mais informações sobre o assunto.

Paralelamente, o país precisa selecionar uma ou mais agências executoras para a implementação do projeto do NAPA, podendo basear-se em critérios nacionais para a implementação de projetos comunitários. Em alguns casos, é possível que vejam a implementação dos projetos como um esforço nacional que deve envolver agências governamentais e uma colaboração próxima com a sociedade civil e o setor privado. Ao selecionar a(s) agência(s) executora(s), deve-se considerar organizações da sociedade civil, não-governamentais e religiosas, o setor privado e parceiros em ações voltadas ao desenvolvimento.

5.3. ALINHAMENTO DAS PRIORIDADES DO NAPA COM AS METAS DE ADAPTAÇÃO E SELEÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DE ADAPTAÇÃO

O LEG elaborou uma lista de dez metas de adaptação que melhor resumem as necessidades prioritárias identificadas nos NAPAs. Materiais adicionais de apoio serão elaborados de acordo com essas metas de adaptação para uso nas oficinas regionais de treinamento e, nesse estágio, solicita-se que o país alinhe as prioridades estabelecidas no NAPA com as metas correspondentes de adaptação pra facilitar a identificação das estratégias e atividades de adaptação a serem incluídas no projeto. A TABELA V-3 mostra as dez metas e as possíveis estratégias de adaptação.

5.4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE REFERÊNCIA PARA A ADAPTAÇÃO

Depois que as principais estratégias e atividades de adaptação a serem implementadas tiverem sido selecionadas, uma lista de atividades de referência pode então ser compilada de modo a definir a linha de base do desenvolvimento, seguindo o procedimento demonstrado na FIGURA V-4. Essa é uma etapa importante, porque ajuda a identificar as atividades atualmente financiadas que podem ser utilizadas para mostrar o cofinanciamento. Essa etapa também permite averiguar quais iniciativas de desenvolvimento têm recebido investimentos substanciais, e em que casos esses investimentos e atividades necessitariam ser protegidos contra as mudanças climáticas.

5.5. DEFINIÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADAPTAÇÃO E ESTIMATIVA DOS CUSTOS

Um dos principais aspectos do LDCF (e de outros fundos voltados à adaptação), é que ele somente financiará os custos adicionais das atividades necessárias para a adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas⁴. **A estimativa dos custos adicionais da adaptação é, talvez, o passo mais importante da elaboração das propostas de projeto, e requer uma análise cuidadosa das atividades e dos custos de referência, de modo a estimar os investimentos adicionais necessários.** A FIGURA V-5 mostra a ferramenta desenvolvida para facilitar esse processo.

O LDCF permite uma abordagem alternativa para situações em que é difícil precisar os custos adicionais, por meio de uma escala móvel de cofinanciamento. Essa escala foi desenvolvida pelo GEF para facilitar a estimativa da contribuição do LDCF aos projetos com base no custo total do projeto. A escala móvel será descrita na SEÇÃO 7.2.1, mas um resumo é apresentado na FIGURA V-5.

5.6. ELABORAÇÃO DA NOTA CONCEITUAL DE PROJETO COM BASE NOS MODELOS DE PROPOSTA DO GEF

Depois que as informações sobre as atividades de projeto a serem implementadas forem compiladas, e as atividades de referência e estimativas de custos adicionais da adaptação correspondentes tiverem sido incluídas, o formulário de identificação de projeto (PIF) pode ser preenchido e preparado para submissão ao GEF.

O GEF requer que o PIF inclua uma explicação dos resultados esperados para cada componente ou atividade de projeto. Esses resultados serão detalhados nos estágios subsequentes de solicitação do auxílio para a elaboração do projeto (PPG) e de desenvolvimento do documento completo de projeto, de modo a produzir uma matriz lógica detalhada ou uma estrutura de resultados e recursos. **O país pode facilitar o planejamento do projeto analisando a estrutura de resultados e de recursos antecipadamente, já que essa estrutura apresenta um resumo conciso do que o projeto fará e buscará alcançar.**

⁴ Decisão 3/CP.11, parágrafo 2.

Tabela V-3. Principais vulnerabilidades e estratégias de adaptação para cada uma das dez metas de adaptação

Meta de adaptação/Setor	Principais vulnerabilidades	Intervenções do NAPA (estratégias de adaptação)
<p>Agricultura e segurança alimentar: alcançar e preservar a segurança alimentar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estações de cultivo mais curtas • Declínio das populações de peixes • Perda de terras agrícolas (erosão durante inundações, desertificação por causa das secas) • Perda da fertilidade do solo causada por inundações • Salinização do solo devido à intrusão de água salgada • Incerteza quanto ao quê e quando plantar • Secas e imprevisibilidade pluviométrica + ondas de calor → aumento da evapotranspiração • Produção agrícola reduzida 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração das datas de plantio • Diversificação da produção agrícola pela introdução de culturas resistentes (resistente à seca para áreas propensas à seca, e resistentes ao sal para as zonas costeiras etc.) • Produção de forragem • Ressemeadura de pastagens • Coleta d'água • Construção e recuperação de reservatórios/barragens • Técnicas de irrigação para poupar água • Planejamento do uso da terra • Conservação do solo • Preservação e processamento de alimentos pela melhoria das indústrias de pequena escala • Bancos de alimentos/cereais
<p>Recursos hídricos: alcançar e preservar a segurança hídrica e o saneamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Secagem de rios e nascentes • Maior pressão sobre os recursos hídricos • A elevação do nível do mar compromete as fontes de água doce • Escassez da água potável • Uso insustentável dos recursos hídricos subterrâneos 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de água da chuva • Recuperação de áreas úmidas • Manejo integrado de bacias hidrográficas com benefícios para o uso da terra e a proteção de áreas costeiras • Recuperação de perfurações/poços • Projetos resistentes de reservatórios, canais de irrigação, tanques e diques • Eficiência no uso da água • Ecosaneamento
<p>Segurança física: proteger a vida e o patrimônio contra desastres e eventos climáticos extremos, inclusive em áreas baixas e costeiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos eventos extremos e de novos eventos (inundações provocadas por irrupção de lagos glaciais, secas, inundações) • Sistemas tradicionais de alerta precoce incapazes de simular os eventos novos e frequentes • Deslizamentos de terra provocados pelas inundações • Inundação ao longo do litoral • Erosão costeira • Degradação de ecossistemas marinhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento artificial de lagos • Construção de diques, quebra-mares e barreiras para dunas móveis • Refletores de radar e coletes salva-vidas para pescadores • Mapas de perigos/riscos e mapas de respostas correlatas, rotas de escape • Planejamento de assentamentos em áreas de baixo risco • Reassentamento de comunidades em risco • Gerenciamento de desastres, prontidão e conscientização • Recuperação e/ou instalação de novas estações/equipamentos de observação • Estabelecimento de sistemas de comunicação para o alerta precoce

Tabela V-3. Principais vulnerabilidades e estratégias de adaptação para cada uma das dez metas de adaptação (continuação)

Meta de adaptação/Setor	Principais vulnerabilidades	Intervenções do NAPA (estratégias de adaptação)
Proteger os meios de subsistência e melhorar a capacidade adaptativa	<ul style="list-style-type: none"> Degradação de recursos e ecossistemas naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Redes de segurança (ex.: fundos de ação social) Promoção de recursos alimentícios não convencionais Produção familiar de alimentos Integração da perspectiva de gênero Instalações e centros para treinamento vocacional para as comunidades
Preparar os principais componentes das economias nacionais e do desenvolvimento sustentável (mecanismo de crescimento socioeconômico) contra as mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> A mudança climática expõe os agricultores a riscos de incerteza, com grandes prejuízos Os agricultores não têm acesso ao crédito Aumento da frequência e magnitude dos eventos climáticos extremos 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de treinamento em mudança climática Incorporar a mudança climática no currículo nacional Desenvolver e introduzir técnicas de economia de energia Índices de ocorrência de secas Concepção de seguros Fundos de contingenciamento em caso de secas Fundos de contingenciamento para a sobrevivência durante desastres
Amparar e melhorar a saúde e segurança humanas	<ul style="list-style-type: none"> Alteração da transmissão espacial e temporal de vetores de doenças, inclusive malária, dengue, meningite, cólera e diarreia A intensificação da ocorrência de tempestades tropicais aumenta os riscos para a vida 	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição de mosquiteiros tratados Produção de biopesticidas Recuperação e criação de postos de saúde Obtenção de água potável Sistemas de tratamento de águas residuais
Proteger e aperfeiçoar a estrutura e as funções de ecossistemas para a oferta sustentável de bens e serviços prestados por eles	<ul style="list-style-type: none"> Desertificação Desmatamento Degradação de pastagens Substituição de espécie nativas e colonização promovida por espécies exógenas Poluição por sedimentos durante inundações Perda de biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas devido à erosão e regulação das bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> Florestamento costeiro Recuperação de manguezais e manejo de plantações Proteção participativa das barreiras costeiras de sedimentos Otimização do manejo de água doce e drenagem, inclusive a construção de vergas e galerias de desvio Manejo do solo e da vegetação Manejo integrado de bacias hidrográficas Ressemeadura de terras de pastagens Plantação de árvores e gramados em valas Construção de gabiões para conter a erosão e recuperar áreas alagadas Recuperação de pequenos lagos sedimentados e reconstituição de encostas de bacia

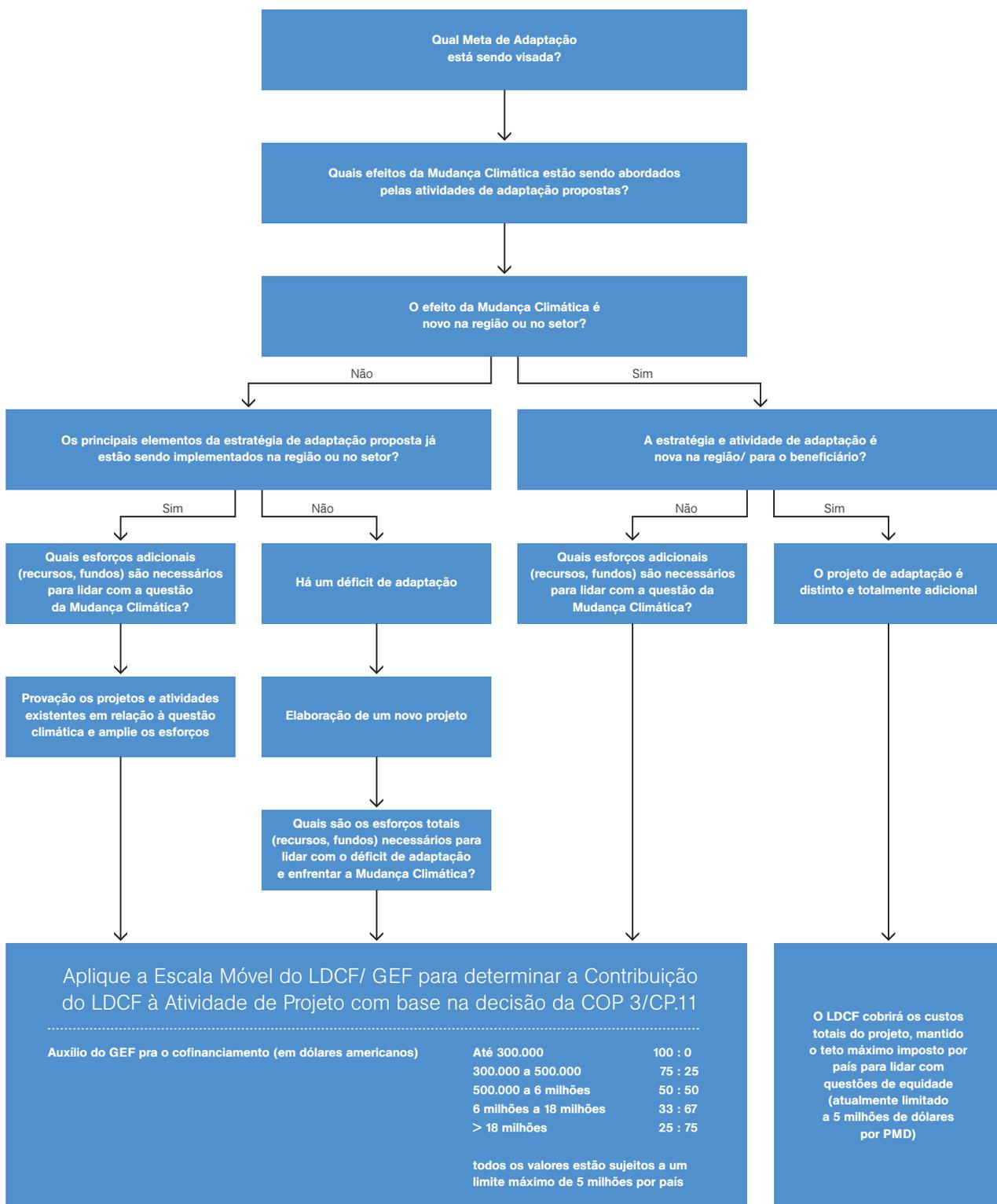
Tabela V-3. Principais vulnerabilidades e estratégias de adaptação para cada uma das dez metas de adaptação (continuação)

Meta de adaptação/Setor	Principais vulnerabilidades	Intervenções do NAPA (estratégias de adaptação)
Preparar as fontes e o fornecimento de energia renovável contra as mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança energética resultante da interrupção dos sistemas hidroenergéticos • Diminuição de recursos de biomassa nativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e manejo de queimadas • Eficiência energética • Usinas micro-hidrelétricas • Diversificação das fontes de energia (solar, eólica, biogás)
Proteger e preservar os valores e sistemas culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As normas e o patrimônio cultural (moradia, vestimenta, medicina e outras tradições) estão intimamente vinculados ao meio ambiente • Uma alteração no meio ambiente exerce pressão sobre e força alterações na cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e conservação de espécies nativas • Preservação de locais tombados como patrimônio cultural e promoção de jardins botânicos
Proteger e aperfeiçoar a projeção da infraestrutura básica	<ul style="list-style-type: none"> • Erosão costeira acelerada • Destruição de infraestrutura durante a ocorrência de eventos extremos (inundações, tempestades) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reformulação e recuperação da infraestrutura • Planejamento de assentamentos em áreas de baixo risco

Figura V-4. Ferramenta para determinar uma linha de base de desenvolvimento para uma atividade de adaptação para um projeto individual no âmbito do LDCF



Figura V-5. Ferramenta para determinar os custos adicionais de adaptação para uma atividade individual de projeto





VI. ETAPA 3-B

OPÇÃO DE ELABORAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE TODO O NAPA – UMA ABORDAGEM PROGRAMÁTICA

6.1. ALINHAMENTO DAS PRIORIDADES DO NAPA COM AS METAS DE ADAPTAÇÃO E SELEÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DE ADAPTAÇÃO

Ao elaborar uma estratégia de implementação para todo o NAPA, é importante buscar alinhar as prioridades do NAPA com as dez metas de adaptação descritas na seção anterior. Isso facilitará a identificação de estratégias e atividades de adaptação a serem implementadas de modo a responder a todas as necessidades prioritárias apresentadas no NAPA. Esse é um exercício importante, que mostrará as atividades que poderão ser implementadas de modo a abordar necessidades variadas. Consulte a TABELA V-3 para ver as metas e estratégias de adaptação selecionadas.

6.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO REFERENCIAIS NO NÍVEL NACIONAL

Quando as estratégias e atividades de adaptação tiverem sido identificadas para todas as prioridades do NAPA, pode-se elaborar uma lista de atividades de desenvolvimento referenciais seguindo as etapas apresentadas na FIGURA VI-6, que apresenta uma ferramenta para identificar a linha de base do desenvolvimento nacional. Essa análise compreensiva de atividades referenciais no nível nacional é um exercício importante, já que permite uma visão ampla de todas as atividades relevantes em todos os setores e programas nacionais. **A ferramenta facilita a integração das novas atividades de adaptação a atividades nacionais existentes, e pode ajudar a identificar as agências mais adequadas para a implementação e execução das principais atividades do NAPA.**

6.3. DEFINIÇÃO DA ADICIONALIDADE DA ADAPTAÇÃO E ESTIMATIVA DOS CUSTOS NO NÍVEL NACIONAL

Depois que a lista de atividades de adaptação tiver sido elaborada para responder a todas as necessidades prioritárias do NAPA, e uma lista de atividades referenciais tiver sido compilada, as duas listas podem ser comparadas para identificar o custo adicional da adaptação.

6.4. ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Nos casos em que as propostas serão submetidas a várias fontes de financiamento, a estratégia de implementação pode agrupar as atividades de adaptação do NAPA em projetos. **A vantagem de se considerar todo o NAPA é que a definição da linha de base (referência) e dos componentes adicionais é feita em uma única etapa, e a elaboração de propostas subsequentes visando uma oportunidade particular de financiamento será simplificada. Se o LDCF disponibilizar um financiamento adicional para a implementação integral dos NAPAs, então o programa inteiro estará pronto para implementação.**

Outra vantagem é que as atividades podem ser implementadas em fases, o que permite que a capacidade seja adequadamente fortalecida e que haja uma preparação para atividades que demandem mais tempo e que tenham pré-requisitos para uma implementação bem sucedida. Idealmente, os recursos para a primeira atividade no âmbito do LDCF seriam usados para definir uma estratégia ampla de implementação por meio do auxílio para a elaboração do projeto (PPG), e o financiamento posterior seria usado de forma complementar aos procedimentos existentes para a implementação do projeto, em vez da elaboração de projetos completamente novos por meio de um novo ciclo completo do GEF/ LDCF.

A estratégia de implementação deve identificar claramente as fontes de financiamento, as agências de implementação e as de execução, e outras informações que facilitem uma abordagem bem sucedida de todas as atividades do NAPA. Se for possível obter um apoio orçamentário direto, as atividades do NAPA devem ser vinculadas de forma clara a planos e programas setoriais. É necessário que haja um rastreamento cuidadoso das atividades por meio de sistema nacional de informações e bancos de dados para assegurar um monitoramento e uma avaliação do progresso adequados.

6.5. ELABORAÇÃO DA NOTA CONCEITUAL DO PROJETO COM BASE EM MODELOS DE FONTES DE FINANCIAMENTO

Depois que uma fonte de financiamento tiver sido identificada, as propostas podem ser elaboradas de acordo com modelos e formatos específicos para aquela fonte. Na próxima seção, a submissão de propostas ao GEF/ LDCF será descrita de modo detalhado.

Figura VI-6. Ferramenta para determinar os investimentos de referência do desenvolvimento correspondentes às atividades de adaptação em todo o NAPA (linha de base do desenvolvimento no nível nacional)





ANEXO I. DEFINIÇÃO DAS METAS DE ADAPTAÇÃO E QUESTÕES RELATIVAS À ESCALA

Um bom modo de integrar as questões relativas ao desenvolvimento à adaptação é definindo *Metas de Adaptação*, ou seja, buscar contextualizar as atividades de adaptação no âmbito de atividades mais compreensivas que visam o desenvolvimento. Esse processo também facilita o alinhamento das ações de adaptação com as metas de desenvolvimento, ajuda a definir estratégias e atividades comuns as duas áreas, e identifica as estruturas analíticas que podem ser usadas em escalas e níveis adequados para cada um dos principais sistemas ou setores. Essa abordagem também facilita a estimativa dos investimentos de referência ao vincular as atividades de adaptação diretamente ao desenvolvimento e a outros investimentos convencionais, e permite estimar os custos adicionais necessários para lidar com as necessidades de adaptação. Atualmente existem dez metas de adaptação definidas, conforme mostradas no QUADRO AI-3. Uma tipologia da meta de adaptação relativa à agricultura e segurança alimentar

é apresentada abaixo, mostrando um detalhamento dos componentes nas devidas escalas, além das estratégias e atividades de adaptação para cada componente.

O exemplo também mostra como alinhar um resultado ideal para a meta com a situação atual. Se a ela estiver abaixo do ideal porque as questões climáticas atuais não estão sendo adequadamente abordadas, então existe um déficit de adaptação, e nesse caso as atividades de adaptação devem suprir esse déficit e as atividades adicionais necessárias para o enfrentamento das mudanças climáticas.

É feita uma distinção entre um projeto no âmbito de um determinado fundo ou entidade financiadora e uma atividade de adaptação, que é implementada com o propósito específico de abordar um determinado objetivo de adaptação. Os projetos acabam sendo uma combinação entre as atividades de adaptação e outras atividades implementadas como parte do tipo de projeto (neste caso, projetos do LDCF), e atividades destinadas a abordar ideais mais compreensivos de desenvolvimento e de combate as mudanças climáticas, incluindo a divulgação, capacitação, integração, etc. Um indicador interessante então seria a proporção dos recursos do custo total do projeto que é destinada às atividades de adaptação.

Quadro AI-3. Metas de Adaptação

<ul style="list-style-type: none">• Agricultura e Segurança Alimentar: Alcançar e Preservar a Segurança Alimentar• Recursos Hídricos: Alcançar e Preservar segurança hídrica e o saneamento• Segurança Física: Proteger a Vida e o Patrimônio contra desastres e eventos climáticos extremos, inclusive em áreas baixas e costeiras• Proteger os modos de vida e melhorar a capacidade adaptativa• Preparar os principais componentes das economias nacionais e do Desenvolvimento Sustentável (mecanismo de crescimento socioeconômico) contra as Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none">• Amparar e Melhorar a Saúde e Segurança Humanas• Proteger e Aperfeiçoar a estrutura e as funções dos Ecossistemas para a Oferta Sustentável dos Bens e Serviços prestados por eles, incluindo o Uso da Terra• Preparar as Fontes e o Fornecimento de Energia Renovável contra as Mudanças Climáticas• Proteger e Preservar os Valores e Sistemas Culturais• Proteger e aperfeiçoar a Projeção da Infraestrutura Básica e do Planejamento do Uso da Terra
--	--

QUESTÕES RELATIVAS À ESCALA

Antes de detalhar as metas de adaptação, mostraremos as escalas em que as atividades normalmente são planejadas e implementadas, como apresentado no QUADRO AI-4. Essas escalas não são exclusivas, ou seja, algumas atividades podem ser implementadas em várias dessas escalas. É importante considerar cuidadosamente a escala de implementação para determinar corretamente as formas de intervenção, o monitoramento e a expectativa dos resultados, assim como para ampliar os esforços. A ampliação da escala de adaptação é um conceito emergente, que somente pode ser realizado de forma bem sucedida se for bem planejado. Por exemplo, ampliar a escala da adaptação não significa simplesmente replicar as ações em um número maior de comunidades ou em todas as comunidades do país – uma tarefa em si impossível – mas implementar uma série de atividades e investimentos de forma metódica em escalas maiores de agrupamento, o que permitiria aperfeiçoar e facilitar as ações em nível local. A ampliação da escala também permite reconhecer os vínculos espaciais e temporais entre os sistemas e, se implementada adequadamente, resultará em impactos permanentes e benefícios sustentáveis.

PRINCIPAIS COMPONENTES DE CADA META DE ADAPTAÇÃO

Para provar nosso ponto, tomamos o exemplo da Agricultura e Segurança Alimentar para mostrar componentes e possíveis atividades e estratégias de adaptação em diferentes escalas. A literatura é rica sobre o assunto, e várias estratégias já foram propostas para abordar a questão da segurança alimentar em geral, muitas das quais são diretamente aplicáveis a questões de segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas. Os exemplos incluem o trabalho da Força-Tarefa sobre a Fome do Projeto do Milênio das Nações Unidas⁵, e o documento elaborado pela Aliança dos Centros do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional – CGIAR – sobre as melhores opções para aumentar a produção agrícola na África Subsaariana (*“best-bets to boost crop yields in Sub-Saharan Africa”*)⁶. Os diagramas a seguir apresentam um exemplo simples dos componentes que integram as metas de adaptação para agricultura e segurança alimentar. Um projeto agrícola então combinaria atividades de modo a implementar algumas das atividades e soluções apresentadas abaixo, junto com atividades de apoio como a coleta e o processamento de dados climáticos para produzir os dados necessários para o planejamento das atividades agrícolas, obter previsões climáticas e perspectivas sazonais de modo a fornecer informações para o planejamento do calendário agrícola, assim como os esforços de capacitação e divulgação para conscientizar os agricultores.

Quadro AI-4. Escalas de implementação das atividades de adaptação

<ul style="list-style-type: none"> • Pequena escala/ Nível Local/ Comunidade • Atividades em Áreas Costeiras • Áreas Urbanas • Projetos e Atividades no Nível Subnacional • Gestão Integrada das Bacias Fluviais 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos e Programas no Nível Nacional incluindo abordagens setoriais • Atividades de Projetos e Programas Regionais – Multinacionais • Atividades e Projetos no Nível Global
---	---

⁵ SANCHEZ P, SWAMINATHAN MS, DOBIE P E YUKSEL N. 2005. *Halving Hunger: It can be done*. UN Millennium Project task Force on Hunger 2005. Earthscan, London. p. 245

⁶ Disponível em <http://cgiar.org/pdf/alliance_bestbets_july2008.pdf>, último acesso em 10 de setembro de 2009.

→
Encarte para
a Figura AI-7b.

Figura AI-7b. Exemplo da Meta de Adaptação de Agricultura e Segurança Alimentar e seus principais componentes

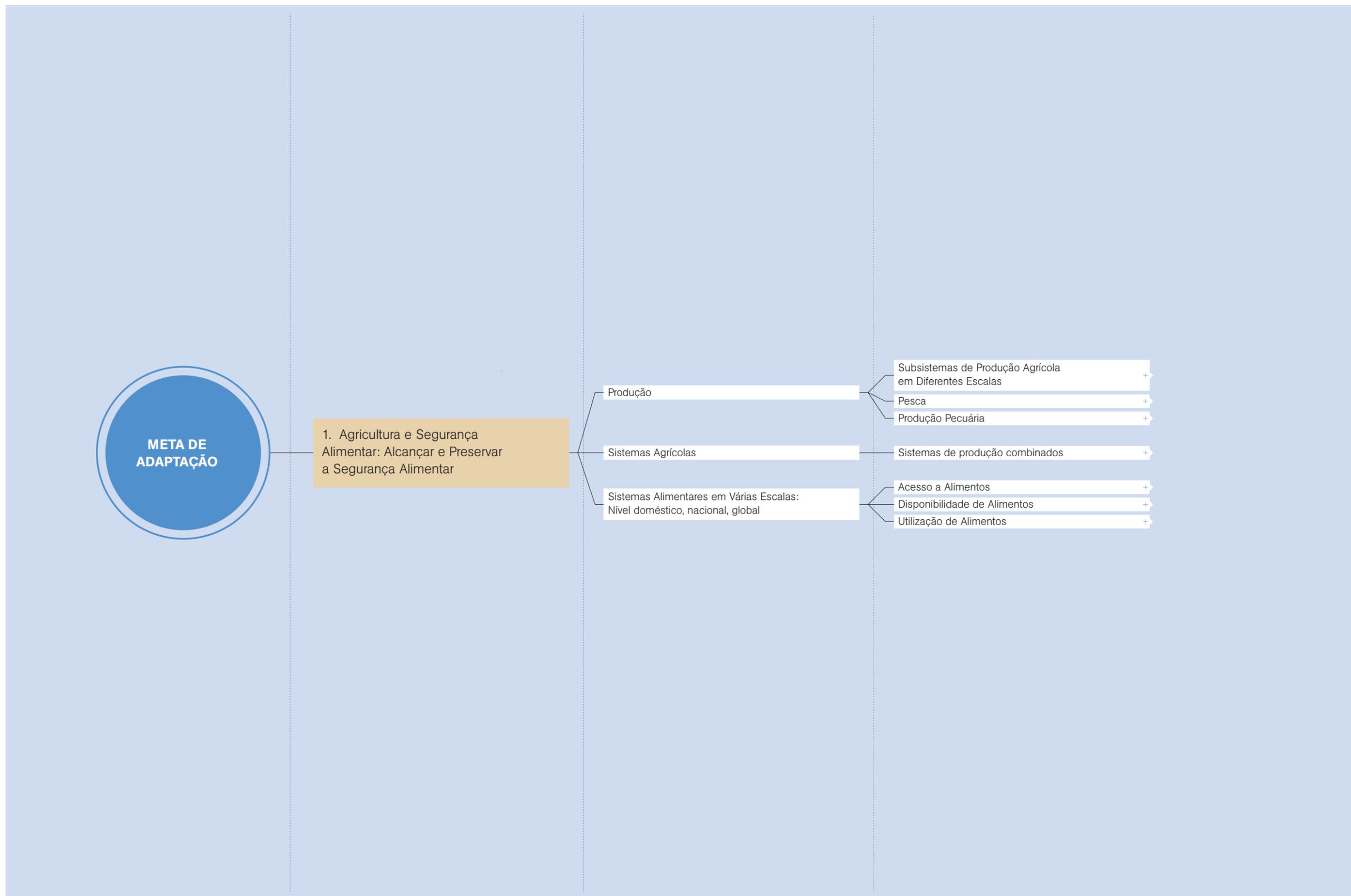
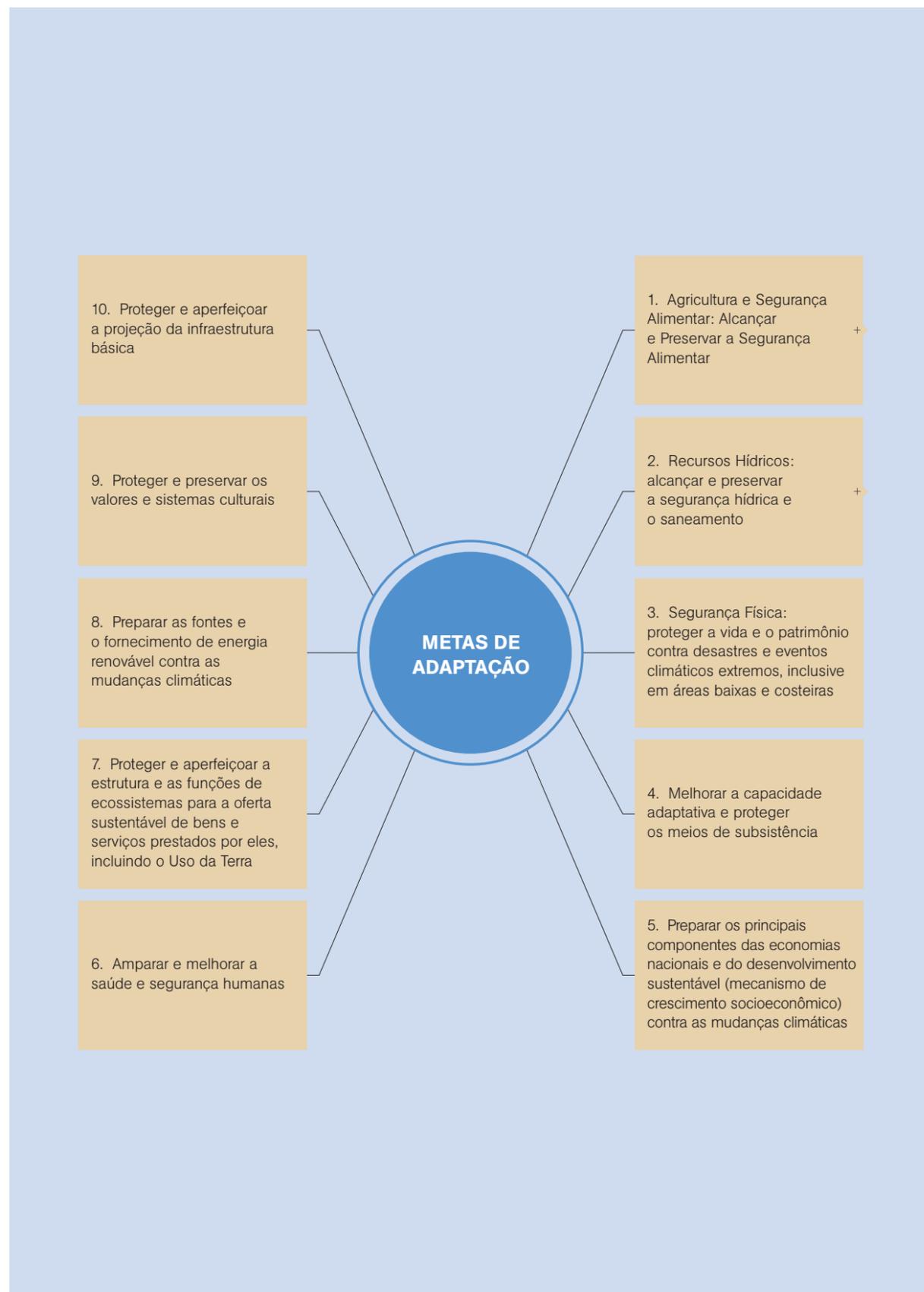


Figura A1-7a. As dez metas de adaptação compreendendo as prioridades identificadas nos NAPAs



→ Encarte para a Figura AI-7d.

Figura AI-7d. Exemplos de estratégias de adaptação no nível regional e multinacional

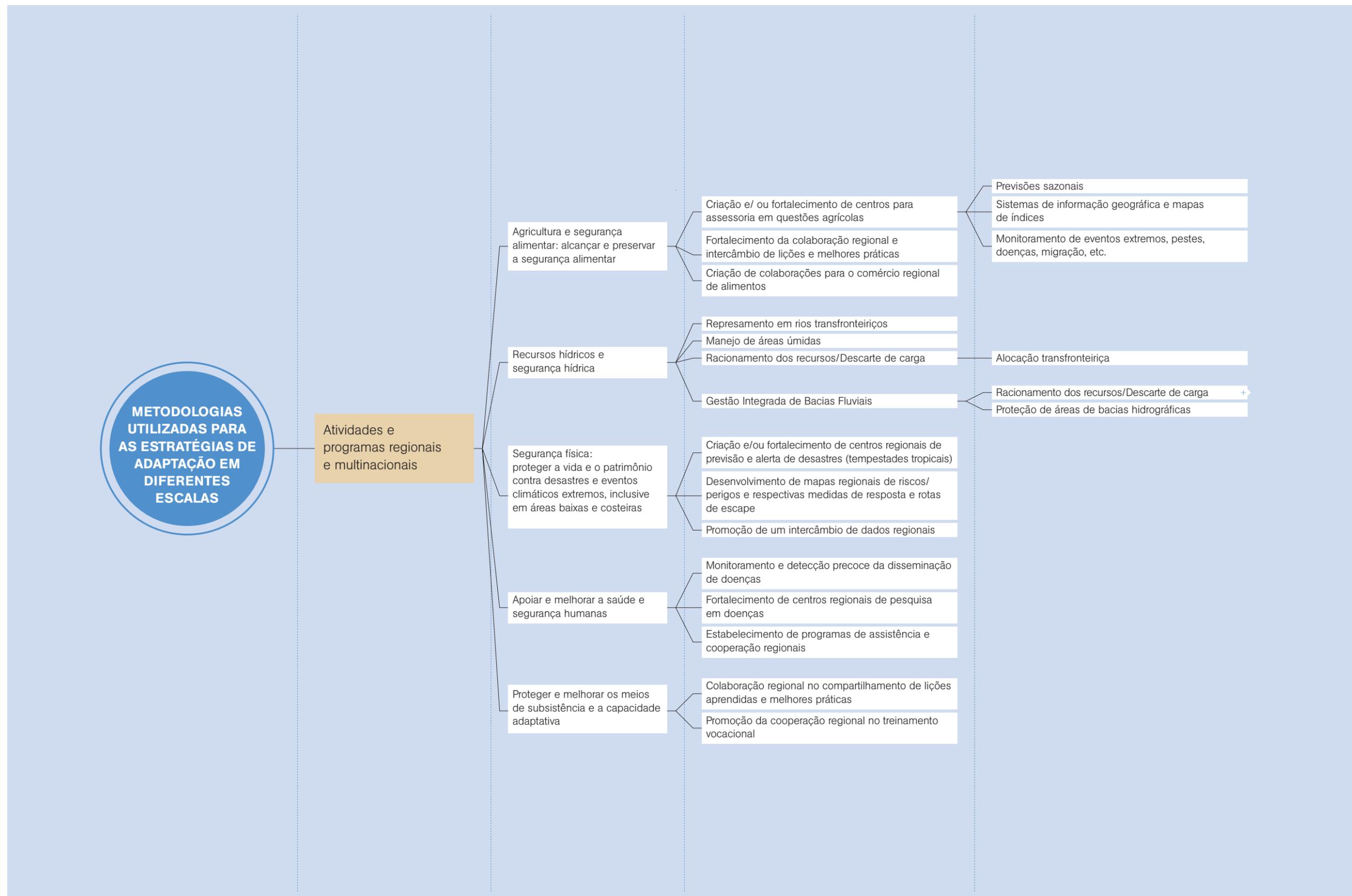
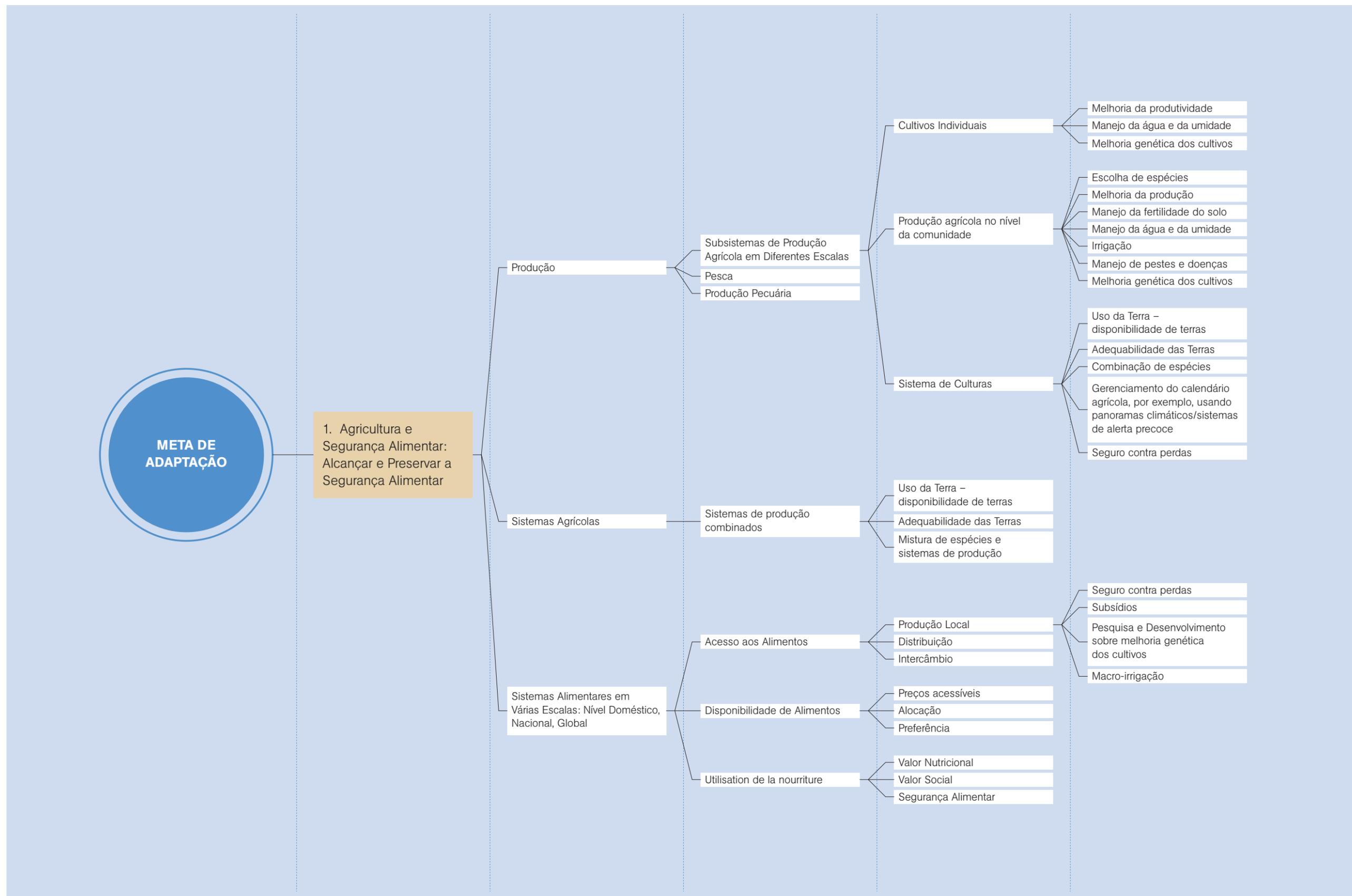


Figura AI-7c. Exemplo da Meta de Adaptação de Agricultura e Segurança Alimentar e seus principais componentes

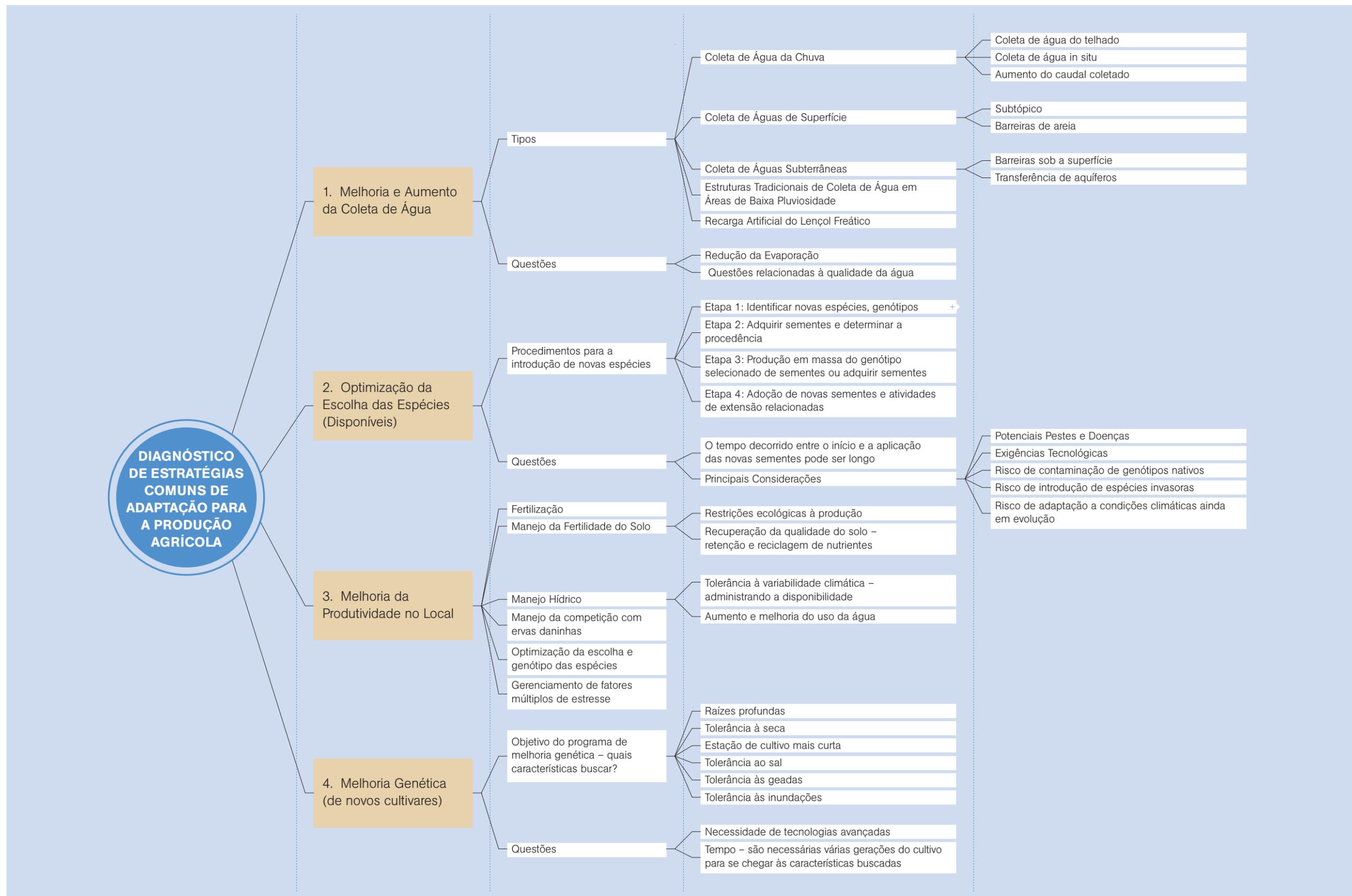


→
Encarte para a Figura AI-9a.

Figura AI-9a. Tipologia das escalas de implementação das estratégias e atividades de adaptação



Figura AI-8. Exemplo de estratégias comuns de adaptação para a produção agrícola e questões a considerar



Encarte para a Figura AI-9c.

Figura AI-9c. Exemplos de estratégias de adaptação no nível nacional, incluindo abordagens programáticas e setoriais

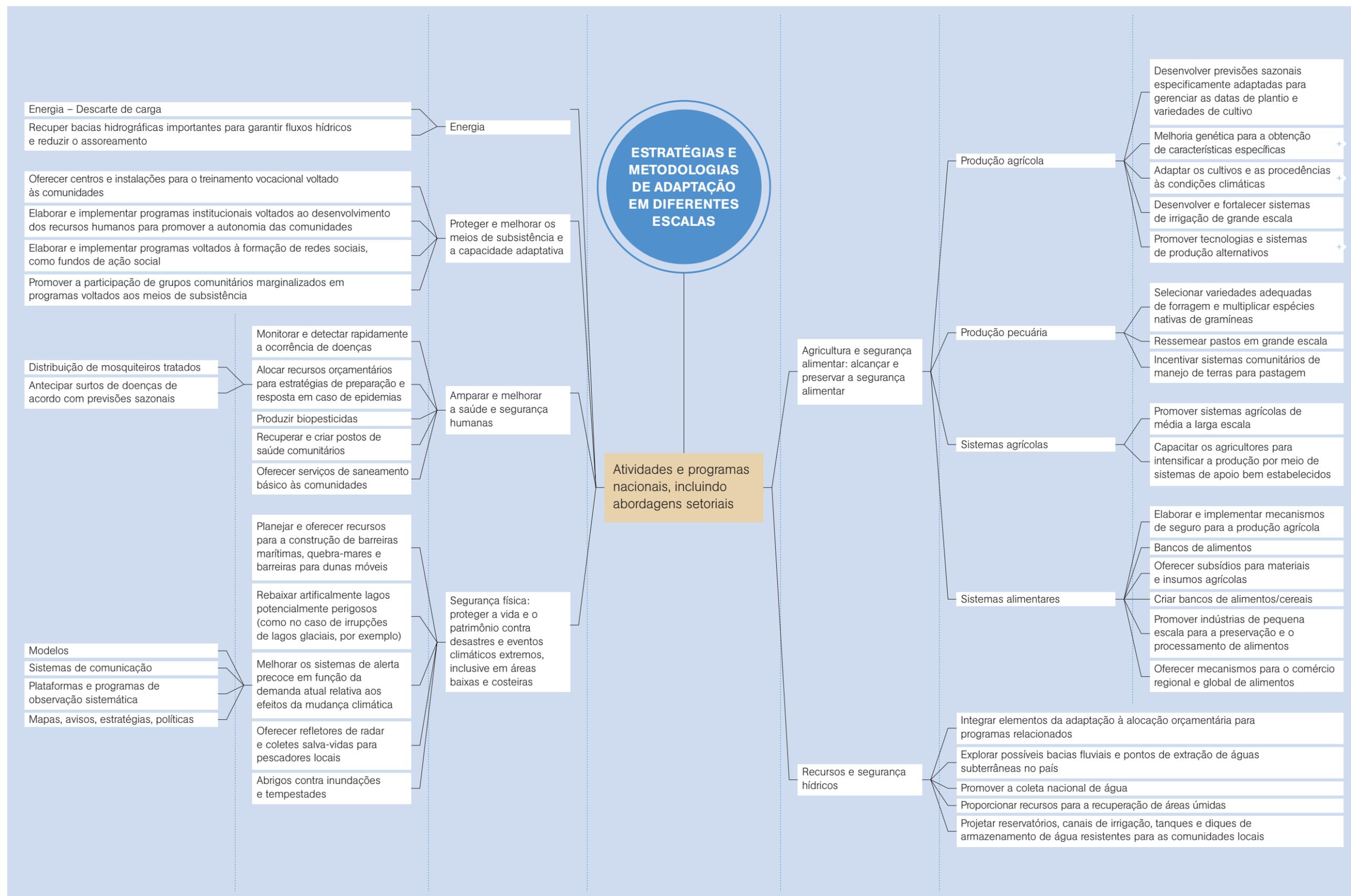
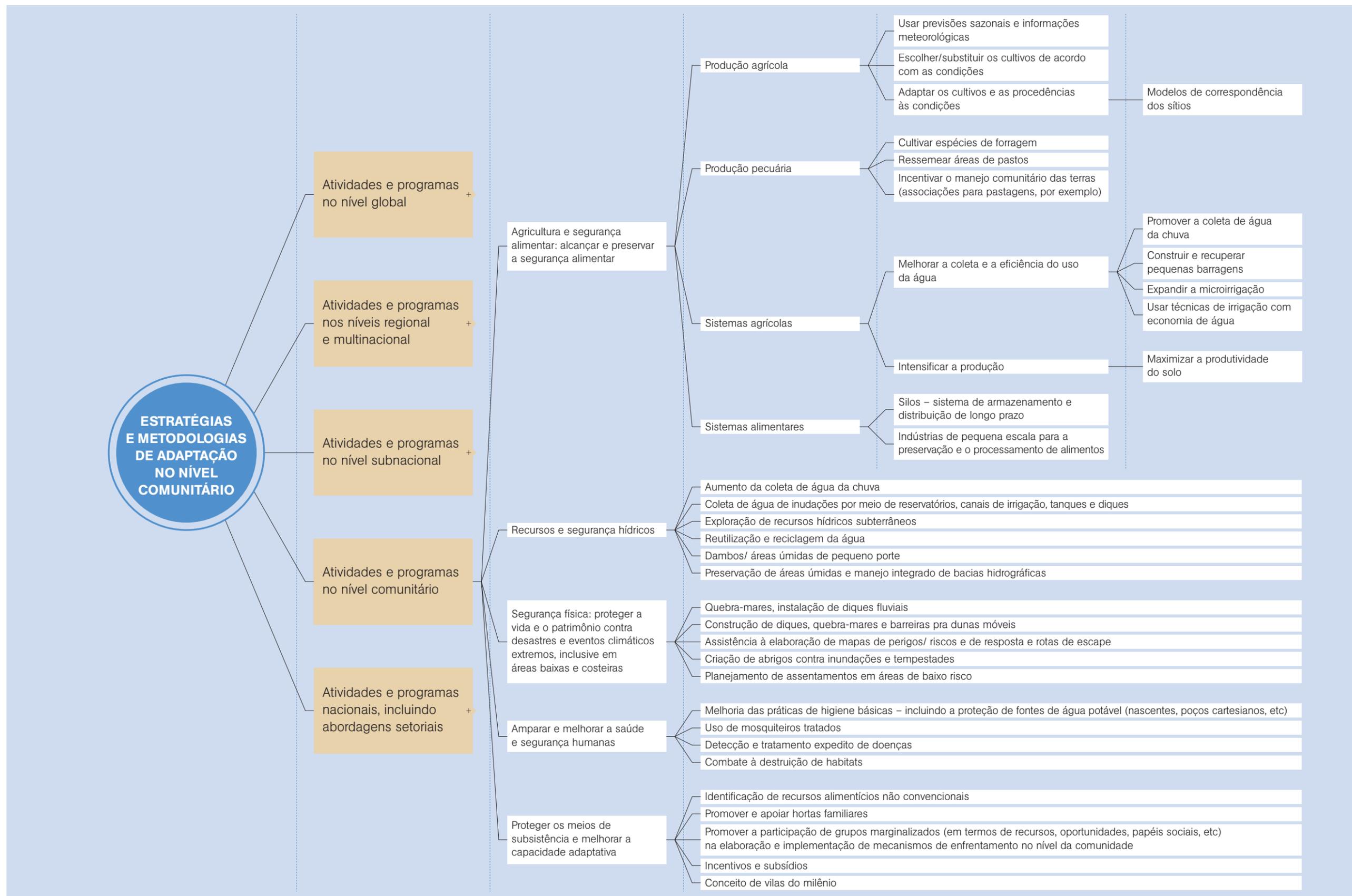


Figura AI-9b. Exemplos de estratégias de adaptação no nível local e comunitário





CQNUMC GUIA PASSO-A-PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO

Capítulo C

GUIA RÁPIDO DO LDCF

GUIA RÁPIDO DO LDCF

VII. DETALHES OPERACIONAIS DO LDCF PARA PROJETOS NO ÂMBITO DO NAPA

7.1. O LDCF

O LDCF foi estabelecido pela Conferência das Partes (COP) em 2001, com vistas a apoiar a implementação do programa de trabalho para os PMDs. A SEÇÃO II deste Guia apresenta uma descrição completa do programa de trabalho.

A COP orientou o GEF (como gestor do LDCF) sobre o financiamento para a elaboração dos NAPAs por meio da decisão 27/CP.7, e a decisão 3/CP.11 forneceu orientações sobre o financiamento para a implementação dos programas. A orientação relativa ao financiamento dos elementos restantes do programa de trabalho para os PMDs foi dada em 2008, por meio da decisão 5/CP.14.

Para obter informações gerais sobre como obter o financiamento no âmbito do LDCF, consulte os documentos GEF/C.19/inf.7 (para a elaboração do NAPA), e GEF/C.28/18 (para a implementação do NAPA).

O LDCF é a principal fonte de financiamento dos NAPAs. Outros fundos, como o Fundo Especial para Mudanças Climáticas e o Fundo para a Adaptação, também podem ser usados pelas Partes PMDs.

7.2. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DOS PROJETOS

Com base na orientação dada pela decisão 3/CP.11, o LDCF desenvolveu vários conceitos especiais com vistas a simplificar a elaboração dos projetos e proporcionar um acesso rápido aos recursos do LDCF. Esses conceitos incluem uma opção de custeio total, o princípio dos custos adicionais, um conceito flexível de cofinanciamento e uma escala móvel para simplificar o cálculo dos custos do projeto.

De acordo com a decisão 3/CP.11, o LDCF financia os custos totais das medidas voltadas às necessidades de adaptação em Países Menos Desenvolvidos. No entanto, na prática, espera-se que a adaptação ocorra conjuntamente com outras atividades. Também

pode-se argumentar que, em geral, os investimentos voltados à medidas de adaptação serão mais sustentáveis e mais eficazes se forem integrados a objetivos de desenvolvimento existentes. Em tais casos, esses objetivos por si só implicarão em certos custos (por exemplo, os custos dos investimentos no setor agrícola para melhorar a produção e aumentar a segurança alimentar). Os custos dos objetivos de desenvolvimento existentes formam os ‘custos de referência’ para alcançar esses objetivos na ausência da mudança climática. Esses custos não podem ser financiados pelo LDCF, mas devem ser obtidos de outras fontes, como por meio de assistência internacional ao desenvolvimento, orçamentos nacionais etc. **O LDCF cobre apenas o valor total dos ‘custos adicionais’ da adaptação, que se referem aos investimentos necessários para tornar os investimentos de referência existentes (mais) resilientes aos impactos das mudanças climáticas.** Em outras palavras, os ‘custos adicionais’ são os custos impostos aos países vulneráveis para que satisfaçam suas necessidades imediatas de adaptação.

7.2.1. COFINANCIAMENTO E A ESCALA MÓVEL

Na prática, o valor exato desses ‘custos adicionais’ elegíveis a financiamento pelo LDCF pode ser determinado de duas maneiras:

- (a) Comparando uma estimativa dos custos totais de um ‘cenário referencial de desenvolvimento’ (sem os investimentos do LDCF), com uma estimativa dos custos totais de um ‘cenário alternativo’ (com atividades adicionais para tornar o cenário referencial resiliente às mudanças climáticas) – a diferença entre esses dois cenários constituiria os custos adicionais elegíveis a financiamento no âmbito do LDCF.
- (b) Usando uma ‘escala móvel’ simplificada, que é uma abordagem desenvolvida para calcular a contribuição que viria do LDCF para os projetos, na ausência de um cálculo explícito dos custos adicionais da adaptação. Os detalhes dessa escala móvel podem ser encontrados no documento de programação do LDCF (GEF/C.28/18).

O cofinanciamento para projetos do NAPA serve para mostrar que as atividades de adaptação propostas estão fortemente vinculadas a atividades de desenvolvimento existentes (previamente financiadas). Não é necessário levantar fundos para o cofinanciamento no sentido tradicional (ou seja, buscar novos recursos financeiros que seriam

aplicados diretamente ao projeto). O cofinanciamento no âmbito do LDCF baseia-se no financiamento existente para projetos de desenvolvimento, que provê o cofinanciamento de facto. Para que o procedimento de cofinanciamento se concretize, o LDCF requer um compromisso firme por parte dos cofinanciadores relevantes das atividades de referência existentes em que as atividades de adaptação propostas se basearão. O(s) cofinanciador(es) devem declarar que irão alocar parte dos recursos existentes para o objetivo do projeto.

7.2.2. ACESSO EQUILIBRADO E RECURSOS DISPONÍVEIS POR PAÍS

Segundo a decisão 6/CP.9, o LDCF deve aplicar o seguinte princípio: *'Acesso equitativo por Partes países menos desenvolvidos ao financiamento para a implementação dos programas de ação nacional para adaptação'*. No documento de programação do LDCF/ GEF (GEF/C.28/18), que também se baseia na orientação adicional prestada pela decisão 3/CP.11, esse princípio de acesso equitativo foi interpretado como um conceito de *acesso equilibrado*. **Esse conceito garante que o financiamento para a implementação dos NAPAs será disponibilizado a todos os PMDs, e não concedidos seguindo o princípio do 'acesso por ordem de chegada' (por exemplo, a países com uma melhor capacidade institucional para a elaboração de projetos).**

Para a primeira rodada de implementação do NAPA, portanto, o financiamento será concedido por país, garantindo o acesso de cada PMD a uma parcela do total dos recursos disponíveis no âmbito do LDCF⁷. Em maio de 2009, os doadores haviam se comprometido com o desembolso de US\$ 176,5 milhões ao LDCF. Com 49 PMDs elegíveis⁸, esse valor equivale a uma alocação disponível de aproximadamente *US\$ 5 milhões* por país.

7.3. AGÊNCIAS DO GEF

O primeiro passo para obter o financiamento para a implementação do NAPA por meio do LDCF é identificar uma (ou mais) agência(s) implementadora(s) dentre o grupo de agências do GEF para ajudar na submissão de uma proposta de projeto ao LDCF, em um processo que não deve exceder 22 meses. Consulte o website do GEF no endereço <<http://www.thegef.org>>, para um status atualizado dos projetos no âmbito do LDCF.

O papel da agência do GEF é ajudar o país a formular uma idéia de projeto coerente, baseada em uma (ou mais) das prioridades mais altas do NAPA, e transformar essa idéia em um Formulário de Identificação do Projeto (PIF) de cerca de 4 a 8 páginas, de acordo com os modelos atuais do LDCF. **O país pode escolher livremente entre as 10 agências do GEF para a implementação do(s) projeto(s). Também é possível implementar projetos distintos com diferentes agências, ou ter duas ou mais agências trabalhando juntas em um projeto de modo a utilizar o conhecimento específico de cada uma em diferentes setores.** A escolha da(s) agência(s) do GEF deve se basear nas vantagens comparativas oferecidas em relação às questões específicas abordadas pelo projeto implementado (para mais detalhes, consulte o documento GEF/C.31/5 na webpage do GEF – <<http://www.thegef.org>>).

As dez agências do GEF atualmente em operação são:

- (a) *Banco Asiático de Desenvolvimento (BASD)*.
A vantagem comparativa do BASD para o GEF inclui projetos de investimento nos níveis nacional e multinacional na Ásia, assim como a habilidade de incorporar a capacitação e a assistência técnica aos seus projetos. O Banco tem uma experiência robusta nas áreas de eficiência energética, energia renovável, adaptação à mudança climática e gestão de recursos naturais, incluindo gestão hídrica e gestão sustentável de terras.
- (b) *Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)*.
A vantagem comparativa do BAD para o GEF reside na sua capacidade como banco de desenvolvimento regional. No entanto, o BAD está nos estágios iniciais de combate a questões ambientais globais. Sua política ambiental só foi aprovada recentemente e está no processo de integração a outras operações. O Banco focará no estabelecimento de um histórico para projetos ambientais relacionados às seguintes áreas focais do GEF: Mudança Climática (adaptação, energia renovável e eficiência energética), Degradação (desmatamento, desertificação) e Águas Internacionais (gestão hídrica e pesca).

⁷ Rodadas subsequentes de financiamento no âmbito do LDCF provavelmente serão mais flexíveis e levarão em conta fatores diferenciados, tais como a vulnerabilidade à mudança climática; circunstâncias nacionais e locais, incluindo o tamanho do país e da população; e a capacidade nacional e local de enfrentar a vulnerabilidade existente e as mudanças futuras.

⁸ Cabo Verde fazia parte do grupo dos PMDs no início do processo do NAPA e, portanto, é elegível para financiamento no âmbito do LDCF. A Somália não é signatária da CQNUMC, e por isso não pode se candidatar ao financiamento do LDCF.

- (c) *Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)*. A vantagem comparativa do BERD para o GEF reside na sua experiência e expertise na criação e transformação de mercados, e na obtenção de sustentabilidade em projetos de infraestrutura ambiental realizados pelo setor privado (incluindo empresas de pequeno e médio porte) e por agências municipais nos níveis nacional e regional em países do Leste Europeu e da Europa Central, especialmente nas áreas de eficiência energética, inclusão da biodiversidade e gestão hídrica.
- (d) *Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)*. O mandato da FAO de “melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial” orienta o seu trabalho em relação à mudança climática. Com base nas suas atividades multidisciplinares nas áreas de agricultura, manejo florestal, pesca, aquicultura, pecuária, economia, desenvolvimento rural e segurança alimentar, a FAO aplica uma abordagem integrada à mitigação e adaptação à mudança climática. Isso significa identificar desafios atuais e potenciais e auxiliar seus Membros, especialmente aqueles mais vulneráveis, a melhorar a sua capacidade de confrontar os impactos negativos da mudança climática e a variabilidade climática associada a ela, e ajudar a identificar os modos de maximizar quaisquer oportunidades que possam surgir. A FAO dá uma importância especial à identificação de oportunidades e práticas com o potencial de promover sinergias entre os objetivos de adaptação e mitigação e de ajudar a alcançar metas de desenvolvimento.

O trabalho da FAO cobre um amplo espectro de atividades, compreendendo desde o nível local até o nível global, e desde ações imediatas até estratégias a longo prazo para lidar com a mudança climática. A FAO adotou uma abordagem ecossistêmica que engloba a agricultura, o manejo florestal e a pesca.

Os princípios básicos que orientam o trabalho da FAO sobre mudança climática incluem:

- integrar a preocupação com a mudança climática ao planejamento da segurança alimentar e do desenvolvimento em todos os setores e em todas as escalas espaço-tempo,
- buscar uma abordagem sistêmica que se baseia em sinergias entre as áreas de mitigação, adaptação e produção alimentar sustentável,
- trabalhar em função da demanda e do local e de forma participativa, considerando as necessidades específicas de gênero, assim como as prioridades das comunidades indígenas,
- abordar a adaptação e a mitigação como um processo de aprendizado social contínuo integrando o conhecimento local e científico,
- promover sinergias entre as convenções e acordos internacionais sobre mudança climática, desertificação, biodiversidade e manejo florestal.

A seis áreas prioritárias de ação da FAO para a adaptação à mudança climática nos setores de agricultura, manejo florestal e pesca são:

- dados e conhecimento para a avaliação dos impactos e adaptação
- governança para a adaptação à mudança climática
- resiliência dos modos de subsistência à mudança climática
- conservação e manejo sustentável da biodiversidade
- tecnologias inovadoras
- um melhor gerenciamento dos riscos de desastres

- (e) *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*. A vantagem comparativa para o GEF inclui projetos de investimento nos níveis nacional e regional na América Latina e Caribe. O BID financia operações relacionadas às seguintes áreas focais do GEF: Biodiversidade (áreas protegidas, recursos marinhos, manejo florestal, biotecnologia), Mudanças Climáticas (incluindo biocombustíveis), Águas Internacionais (gestão de bacias hidrológicas), Degradação do solo (controle da erosão), e poluentes orgânicos persistentes – POPs (manejo de pestes).

- (f) *Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)*. A vantagem comparativa para o GEF reside no seu trabalho relacionado à degradação do solo, ao desenvolvimento rural sustentável, à gestão integrada de terras e seu papel na implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. O FIDA tem trabalhado de modo intensivo em áreas marginais, ecossistemas degradados e em situações pós-conflito.
- (g) *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*. A vantagem comparativa para o GEF reside na sua rede global de escritórios regionais, sua experiência no desenvolvimento de políticas integradas e de recursos humanos, no fortalecimento institucional, e na participação não-governamental e comunitária. O PNUD assiste os países na promoção, elaboração e implementação de atividades coerentes tanto com o mandato do GEF quanto com os planos nacionais de desenvolvimento sustentável. O PNUD também possui extensa experiência em programas entre países. Em relação as atividades de adaptação, o website do PNUD declara que: “O PNUD assiste os países a desenvolver programas nacionais de adaptação abrangentes, onde os riscos das mudanças climáticas são rotineiramente considerados como parte da formulação de políticas fiscais e do planejamento nacional. Tais atividades garantem que as informações sobre a vulnerabilidade e os riscos relacionados à mudança do clima, e opções de adaptação sejam incorporadas ao planejamento e à tomada de decisões em setores sensíveis à questão climática (por exemplo, agricultura, água, saúde, gerenciamento dos riscos de desastres e desenvolvimento costeiro), e também a planos de desenvolvimento e esforços de redução da pobreza existentes (por exemplo, documentos sobre as estratégias nacionais de redução da pobreza – PRSPs)”.
- (h) *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*. A vantagem comparativa para o GEF refere-se ao PNUMA ser a única organização das Nações Unidas com um mandato derivado da Assembleia Geral para coordenar o trabalho da ONU na área do meio ambiente, que é seu principal campo de atividades. A vantagem comparativa do PNUMA é poder oferecer ao GEF uma ampla gama de experiências relevantes, sua capacidade de testar conceitos e idéias, e o melhor conhecimento científico e geral sobre o qual o GEF pode basear seus investimentos. Ele

também funciona como o Secretariado de três dos acordos ambientais multilaterais, para os quais o GEF atua como o mecanismo financeiro. A vantagem comparativa do PNUMA também inclui sua habilidade de servir como um intermediário nas consultas a vários atores.

Em relação às atividades de adaptação, o website do PNUMA declara que: “O PNUMA tem ajudado países em desenvolvimento a reduzir suas vulnerabilidades e a fortalecer a resiliência aos impactos da mudança climática. O PNUMA construirá e fortalecerá a capacidade institucional nacional para a avaliação da vulnerabilidade e o planejamento da adaptação, e apoiará os esforços nacionais de integração de medidas de adaptação à mudança climática ao planejamento do desenvolvimento e a práticas de gestão dos ecossistemas. O trabalho será orientado por e contribuirá ao Programa de Trabalho de Nairóbi sobre Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação. O PNUMA também promoverá a gestão sustentável do uso da terra e a redução das emissões acarretadas pelo desmatamento e pela degradação, de modo a unir a adaptação e a mitigação”.

- (i) *Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)*. A vantagem comparativa para o GEF é que a UNIDO pode envolver o setor industrial em projetos do GEF nas seguintes áreas: eficiência energética industrial, serviços de energia renovável, gestão hídrica, gestão de compostos químicos (incluindo poluentes orgânicos persistentes – POPs – e substâncias destruidoras do ozônio – ODS), e biotecnologia. A UNIDO também conta com um conhecimento extenso sobre empresas de pequeno e médio porte em países em desenvolvimento e em economias em trânsito.
- (j) *Banco Mundial*. A vantagem comparativa do Banco para o GEF refere-se à sua liderança como instituição financeira internacional em escala global em vários setores, similar à vantagem comparativa dos bancos regionais de desenvolvimento. O Banco Mundial tem uma experiência robusta em empréstimos concedidos para o estabelecimento de instituições, desenvolvimento da infraestrutura e reforma de políticas em todas as áreas focais do GEF.

VIII. CICLO DE PROJETO DO GEF PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS NAPAS NO ÂMBITO DO LDCF

O ciclo de projeto do LDCF para a implementação do NAPA compreende duas etapas:

- *Identificação do projeto (aprovação do formulário de identificação do projeto – PIF):* **O principal propósito desta etapa é assegurar que o conceito da idéia do projeto está em conformidade com o mandato do LDCF, e que seja assim elegível ao fundo.** Uma vez aprovado o PIF (e portanto integrado ao Programa de Trabalho do LDCF), são reservados recursos para aquele projeto específico na condição de que uma proposta de projeto completa seja submetida ao Secretariado do GEF antes da data limite indicada na folha de rosto do PIF. **Não há um tempo mínimo de preparação a ser respeitado – um projeto completo pode ser submetido assim que o PIF for aprovado.** No entanto, o limite máximo para a elaboração do projeto é de 22 meses. Depois da aprovação do PIF, o projeto também pode receber um auxílio opcional para a elaboração de projeto (PPG), que visa facilitar o trabalho necessário para a elaboração da proposta completa.
- *Descrição detalhada do projeto (aprovação do Diretor Geral):* O propósito do documento para aprovação do Diretor Geral serve a duas funções: primeiro, ele deve **descrever e detalhar melhor os fundamentos técnicos do projeto** (ou seja, como as atividades propostas reduzirão a vulnerabilidade e aumentarão a capacidade adaptativa no(s) setor(es) almejado(s)). Em segundo lugar, ele deve **demonstrar claramente que todos os detalhes da implementação do projeto foram previstos**, e que o projeto está pronto para ser implementado. O documento deve incluir os seguintes itens:
 - proposta de projeto completa;
 - todas as atividades de projeto integralmente descritas e orçadas;
 - detalhes sobre os procedimentos de implementação;
 - todas as aprovações oficiais;
 - cartas de cofinanciamento devidamente assinadas;
 - determinação de procedimentos para o monitoramento e a avaliação

Além dessas duas etapas, e desde que o PIF possa ser submetido à aprovação do Conselho, o projeto será elegível para recebimento de **um auxílio opcional para a elaboração do projeto (PPG), para cobrir os custos relacionados à elaboração da descrição detalhada do projeto.** Os custos associados à elaboração dos documentos do projeto, às consultas entre o país anfitrião e a agência de implementação e outros custos incluídos na taxa de serviços da agência⁹ não devem ser financiados pelo PPG. O modelo para solicitações de PPG (incluindo diretrizes detalhadas sobre todos os seus componentes) encontra-se disponível no website do GEF (em ‘projetos’) e no ANEXO II deste guia.

⁹ Detalhes sobre o assunto podem ser encontrados no documento (GEF/C.23/8), disponível na webpage do GEF.



IX. ETAPA 4

PROCESSAMENTO DO PIF – PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO DO PIF

O modelo mais recente para submissão de um PIF ao LDCF encontra-se disponível no website do GEF, em ‘projetos’ (<<http://www.thegef.org>>), e também está apensado ao ANEXO II deste guia. **Os PIFs podem ser submetidos assim que estiverem prontos (sem um prazo fixo), que serão analisados e aprovados pelo secretariado do GEF e pelo Conselho do Fundo para os PMDs/ Fundo Especial para Mudanças Climáticas (LDCF/ SCCF¹⁰) à medida que forem recebidos, de modo a acelerar o processo.** Após um período de análise de dez dias no secretariado do LDCF/ SCCF do GEF, os projetos ou são recomendados para análise e aprovação do Conselho (quatro semanas para uma análise adicional por parte do Conselho do LDCF/ SCCF) ou são devolvidos à agência do GEF com uma indicação clara das questões que impedem a recomendação para aprovação do Conselho.

9.1. MODELO DO PIF

O modelo do PIF inclui duas partes principais: uma seção de estruturação e orçamento do projeto e uma seção de justificativa do projeto.

9.1.1. ESTRUTURAÇÃO E ORÇAMENTO DO PROJETO

A seção de estruturação e orçamento do projeto oferece uma visão geral resumida do projeto, incluindo o objetivo geral, os principais componentes do projeto e os resultados esperados de cada componente. Essa seção também deve conter um orçamento indicativo para cada componente, e uma especificação das fontes e cofinanciamento esperados. **As informações orçamentárias são simplesmente indicativas, e não é necessário fornecer estimativas detalhadas de custos e compromissos finais de cofinanciamento nesse estágio.**

9.1.2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Essa segunda seção apresenta uma breve descrição da situação de referência no país/ região e setor visados, a vulnerabilidade específica às mudanças climáticas abordadas pelo projeto, as atividades adicionais necessárias para reduzir a vulnerabilidade as mudanças climáticas no setor almejado (a chamada ‘argumentação de custos adicionais’), a conformidade das atividades propostas com os planos e prioridades nacionais existentes (principalmente as prioridades do NAPA), e uma descrição breve de atividades correlatas (planejadas e em andamento) no setor/ região alvo.

Como regra geral, o PIF deve, no mínimo, prover respostas satisfatórias aos critérios fundamentais de análise descritos abaixo. Uma orientação mais detalhada sobre cada seção do modelo do PIF pode ser encontrada nas diretrizes de elaboração anexadas a esse modelo.

9.2. CRITÉRIOS DO PIF PARA APROVAÇÃO

Apresentamos abaixo uma lista de questões que é repassada durante o processo interno de análise no estágio de submissão do PIF no secretariado do GEF. As perguntas encontram-se agrupadas em quatro categorias de ‘informações fundamentais’ que um PIF deve conter:

9.2.1. IDÉIA BÁSICA DO PROJETO (ARGUMENTAÇÃO DE CUSTOS ADICIONAIS)

- Qual é a provável linha de base do desenvolvimento do setor visado sem o investimento do LDCF?
- Quais são as vulnerabilidades às mudanças climáticas?
- Quais são as atividades adicionais específicas a serem implementadas de modo a tornar a linha de base do desenvolvimento (mais ‘resiliente ao clima’)?

¹⁰ SCCF – Special Climat Change Fund.

9.2.2. CONFORMIDADE COM AS PRIORIDADES DO NAPA

- O projeto responde às principais prioridades identificadas no NAPA e, em caso negativo, por quê não?

9.2.3. IMPLEMENTAÇÃO

- Quem implementará o projeto e por quê (incluindo a vantagem comparativa da(s) agência(s) de implementação e de execução)?
- O projeto está sendo coordenado com os projetos e programas correlatos de modo a evitar a duplicação das atividades?

9.2.4. COFINANCIAMENTO E ORÇAMENTO INDICATIVO

- Como o orçamento será dividido entre os componentes do projeto e por quê?
- Quais são os montantes e fontes de ‘cofinanciamento’ (ver definição abaixo) previstos para o projeto?

Por definição, um projeto é recomendado quando todos os critérios de elegibilidade, em conformidade com as orientações da Convenção, tiverem sido satisfeitos. Se um ou mais dos itens de ‘informação fundamental’ descritos acima estiver faltando, ou se sua descrição no PIF for considerada insuficiente, a pessoa responsável pela análise do formulário não poderá responder às questões mencionadas de forma clara, e terá que solicitar que tais informações sejam fornecidas pela agência de implementação, ou em um PIF revisado. Tais solicitações por informações adicionais é a razão mais comum para que os projetos não sejam recomendados dentro do período de avaliação inicial de dez dias (consulte o processamento do PIF na seção abaixo).

É importante enfatizar que o secretariado do GEF não impõe nenhuma orientação estratégica ao LDCF além daquela proporcionada pela COP, e aquela definida nos NAPAs de cada país.

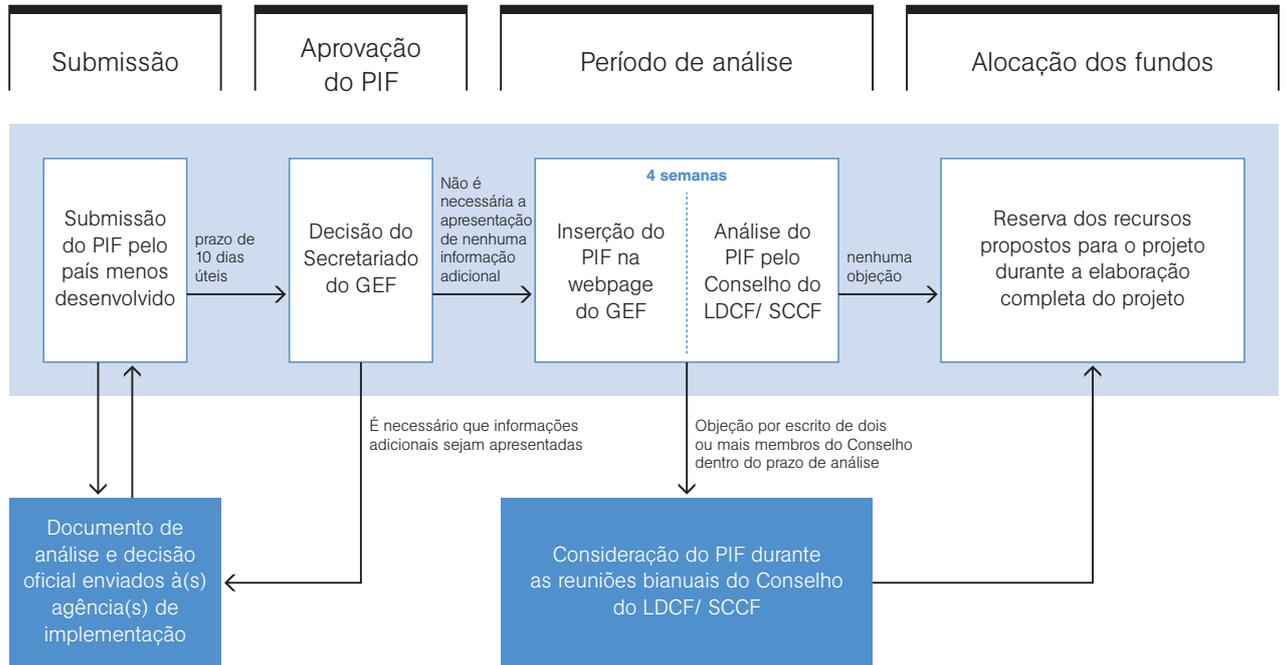
9.3. PPROCEDIMENTOS E PROCESSAMENTO DO PIF

Ao receber uma solicitação de um país por meio de uma carta de aprovação e uma nota conceitual em anexo sobre o projeto a ser desenvolvido, a agência do GEF trabalhará conjuntamente com o ponto focal da CQNUMC no país na elaboração do PIF. O PIF é então submetido ao Secretariado do GEF para processamento. O secretariado do GEF analisa e libera o PIF para um processamento adicional e então coloca o documento na webpage do GEF, etc., como mostrado na FIGURA IX-10.

Os PIFs são submetidos e processados à medida que são recebidos, ou seja, não há um prazo fixo para a submissão. O procedimento tem início assim que a agência de implementação submete o PIF ao secretariado do GEF.

Deve-se observar que todas as agências e todos os PMDs têm a oportunidade de se reunir com os Gerentes de Programa do Secretariado do GEF, assim como enviar e-mails ou telefonar para eles, e solicitar esclarecimentos sobre o ciclo do projeto ou propor questões específicas sobre seus projetos por meio de ‘consultas hierárquicas’, e/ ou reuniões bilaterais.

Figura IX-10. **Procedimentos e processamento do formulário de identificação do projeto (PIF) para projetos no âmbito do LDCF**





X. ETAPA 5

AUXÍLIO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO (PPG)

10.1. DESENVOLVIMENTO DE UMA PROPOSTA COMPLETA DE PROJETO

Uma Parte pode solicitar um Auxílio para a Elaboração do Projeto, caso seja necessário. A proposta do PPG deve descrever um processo lógico para a elaboração de uma proposta completa de projeto (aprovação do Diretor Geral), incluindo um orçamento aceitável e um cronograma detalhado de atividades preparatórias a serem implementadas. Além desses princípios norteadores, não há nenhum critério técnico imposto sobre o PPG.

Um cofinanciamento adicional deve ser obtido para a elaboração do projeto, uma vez que isso demonstra um maior compromisso e envolvimento por parte do proponente de projeto (uma contribuição em espécie geralmente é aceitável).

10.1.1. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

A TABELA AII-4 mostra um cronograma típico de atividades para o PPG. Normalmente as Partes PMDs incentivam o uso de consultores nacionais e regionais durante a elaboração do projeto e, à medida que a adaptação evolui, haverá uma demanda crescente por serviços relacionados à elaboração das propostas de projetos. **O LEG já começou a compilar uma lista de especialistas em adaptação por país, que poderá ser um recurso útil para as agências do GEF.**



XI. ETAPA 6

APROVAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO GEF

O propósito do documento para aprovação do Diretor Geral serve a duas funções:

- Primeiro, para descrever e detalhar melhor os fundamentos técnicos do projeto (ou seja, como as atividades propostas reduzirão a vulnerabilidade e aumentarão a capacidade adaptativa nas comunidades/ setor(es) visados).
- Em segundo lugar, para demonstrar claramente que todos os detalhes da implementação do projeto foram previstos, e que o projeto está pronto para ser implementado.

11.1. MODELO

O Diretor Geral normalmente recebe dois documentos distintos: o ‘modelo de documento para aprovação do Diretor Geral’ que resume (de modo relativamente sucinto) todas as informações técnicas/ orçamentárias necessárias para responder as questões de análise do documento no estágio de aprovação do Diretor Geral, e o documento de projeto da agência do GEF, que normalmente inclui informações detalhadas, tais como um orçamento pormenorizado, a descrição de cada uma das atividades de projeto, etc. As questões colocadas no estágio de aprovação do Diretor Geral são muito parecidas com aquelas feitas no estágio do PIF, mas com requisitos adicionais em relação a: o nível de detalhe geral esperado, uma descrição orçamentária mais elaborada, uma estrutura de monitoramento e avaliação, a descrição detalhada dos procedimentos de implementação do projeto e documentação oficial na forma de cartas de aprovação para ‘cofinanciamento’ devidamente assinadas. O modelo do documento para aprovação do Diretor Geral deve incluir as informações mais fundamentais, mas pode referenciar seções relevantes do documento do projeto para uma argumentação e descrição mais abrangente (mas essencial!).

O modelo mais recente para a submissão dessas informações ao LDCF encontra-se disponível no website do GEF, em ‘projetos’ (<<http://www.thegef.org>>). A solicitação de aprovação do Diretor Geral pode ser submetida assim que estiver pronta (sem prazos fixos), mas dentro do prazo máximo indicado no PIF e na sua carta de aprovação. Essas solicitações são analisadas e aprovadas pelo secretariado do GEF e pelo Conselho do LDCF/ SCCF assim que são recebidas, de modo a acelerar o processo. Após um período de análise de dez dias no secretariado do GEF, os projetos ou são aprovados pelo Diretor Geral (sujeito a um período de quatro semanas para análise do Conselho do LDCF/ SCCF) ou são devolvidos à agência do GEF com uma indicação clara das questões que impedem a recomendação para aprovação do Diretor Geral.

11.2. CRITÉRIOS PARA A APROVAÇÃO DO DIRETOR GERAL

Uma lista completa de questões propostas durante o processo interno de análise do secretariado do GEF encontra-se pensada no ANEXO III.

Por definição, um projeto é recomendado quando todas as questões de análise relevantes no estágio de aprovação do Diretor Geral têm uma resposta satisfatória para o responsável pela análise. Assim como ocorre com o PIF, essas questões podem ser divididas em quatro categorias de ‘informações fundamentais’.

11.2.1. IDÉIA DO PROJETO E ARGUMENTAÇÃO DE CUSTOS ADICIONAIS

- Informações similares àquelas prestadas no estágio do PIF, mas com um nível bem maior de detalhamento – especialmente em relação a atividades específicas de adaptação para cada um dos componentes do projeto, e como tais atividades contribuirão ao objetivo geral, resultados e produtos resultantes do projeto.

11.2.2. IMPLEMENTAÇÃO

- Informações similares àquelas prestadas no estágio do PIF, mas com um nível bem maior de detalhamento sobre os procedimentos de implementação e coordenação.

11.2.3. ORÇAMENTO INDICATIVO E COFINANCIAMENTO

- Informações similares àquelas prestadas no estágio do PIF, mas com um orçamento detalhado e pormenorizado, incluindo os custos relacionados a consultorias e Termos de Referência sucintos para todos os consultores a serem contratados.
- Cartas de aprovação referentes a *todos* os 'cofinanciamentos' obtidos pelo projeto.

11.2.4. ESTRUTURA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Uma descrição clara do processo e um cronograma para o processo de monitoramento e avaliação.
- Uma estrutura de resultados estratégicos do projeto mostrando indicadores claros de impacto (em vez de unicamente indicadores do processo), assim como valores de referência e almejados para cada um dos resultados e produtos gerados pelo projeto.

Se um ou mais dos itens de 'informação fundamental' descritos acima estiver faltando, ou se sua descrição for considerada insuficiente, a pessoa responsável pela avaliação do documento não poderá responder às questões mencionadas de forma clara, e terá que solicitar que tais informações sejam fornecidas pela agência de implementação em um documento revisado. Entretanto, desde que a proposta de projeto esteja em conformidade conceitual e orçamentária com a proposta apresentada no PIF original, a elegibilidade geral do projeto não é questionada nesse estágio.

11.3. ESTRUTURA DE RESULTADOS ESTRATÉGICOS/ MATRIZ LÓGICA

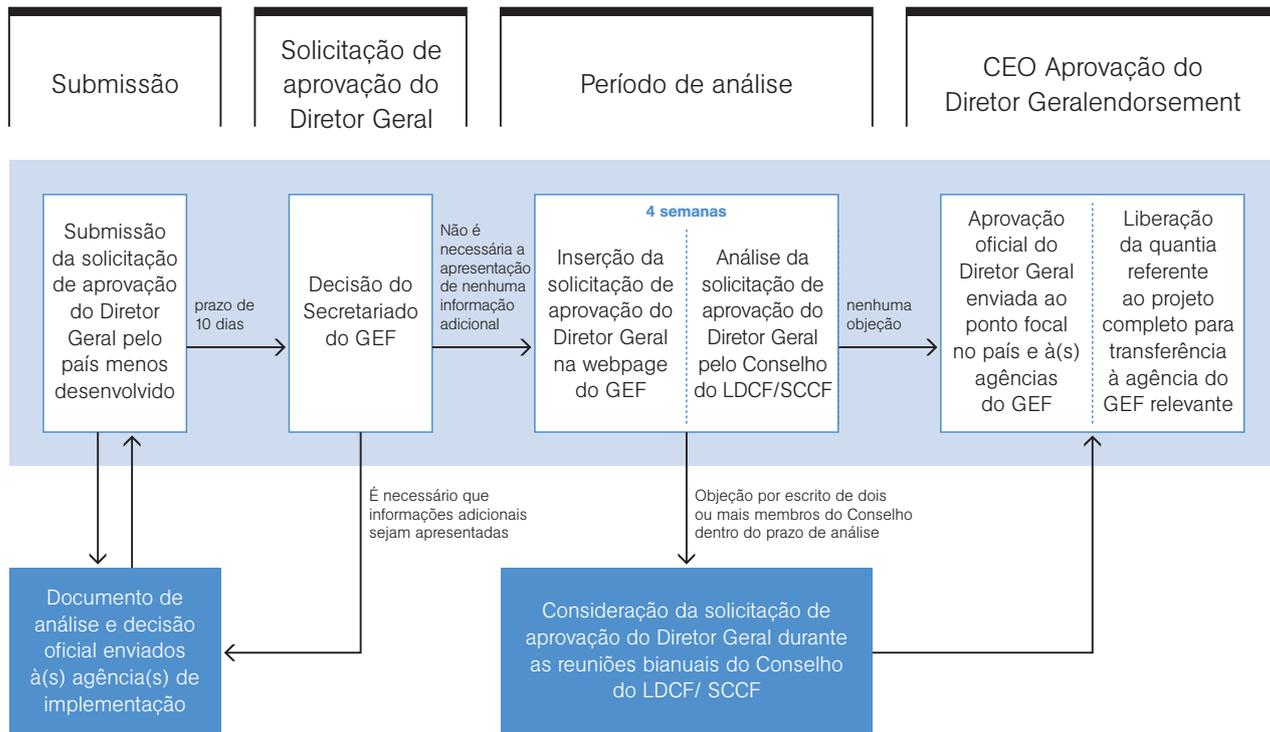
Uma estrutura de resultados estratégicos é uma tabela que mostra os objetivos, resultados, produtos gerados e indicadores do projeto. É um componente chave de cada documento de projeto, já que resume os principais elementos do projeto. Considerando os vários projetos de adaptação em andamento em diferentes setores nos PMDs, pode-se consultar alguns desses quadros nos documentos de projeto publicados, de modo a orientar a elaboração dos projetos e promover um aprendizado entre os países.

11.4. PROCEDIMENTOS DE APROVAÇÃO DO DIRETOR GERAL E PROCESSAMENTO DA SOLICITAÇÃO

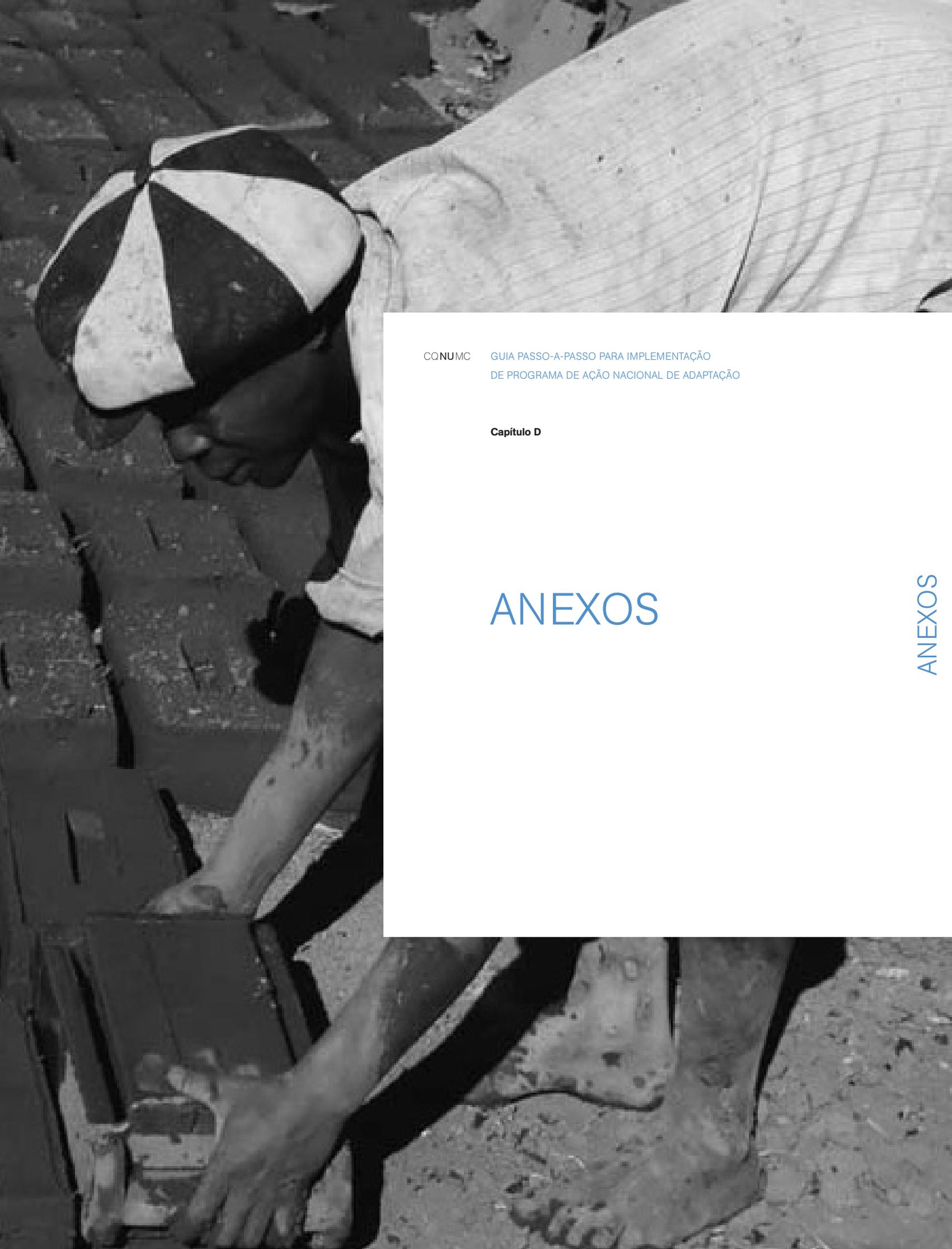
11.4.1. SUBMISSÃO

As solicitações de aprovação do Diretor Geral podem ser submetidas assim que estiverem prontas (sem prazos fixos), mas dentro do prazo máximo indicado no PIF e na sua carta de aprovação. O procedimento tem início assim que a agência de implementação submete a aprovação do Diretor Geral ao secretariado do GEF. A FIGURA XI-11 abaixo apresenta os procedimentos e o processamento.

Figure XI-11. Flow of procedures and processing for the CEO endorsement of LDCF projects







CQNUMC GUIA PASSO-A-PASSO PARA IMPLEMENTAÇÃO
DE PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO

Capítulo D

ANEXOS

→
Encarte para a Figura AII-14.

Figura AII-14. Categorização dos projetos do NAPA em implementação no âmbito do LDCF (em junho de 2009)

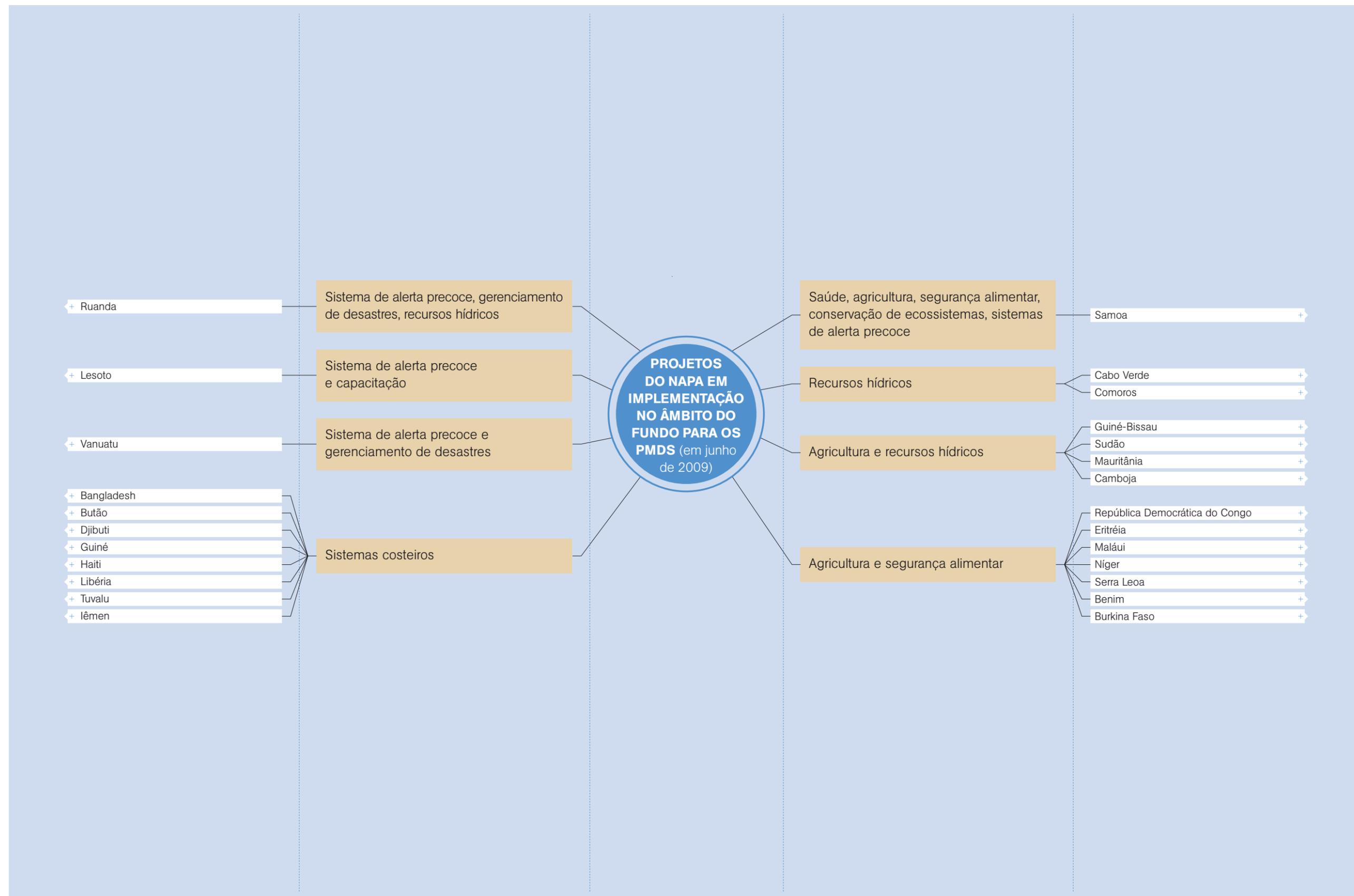


Figura AII-12. Visão geral das principais etapas de elaboração do projeto entre o país, o secretariado do GEF e a agência do GEF, mostrando o fluxo de contribuições e o processamento

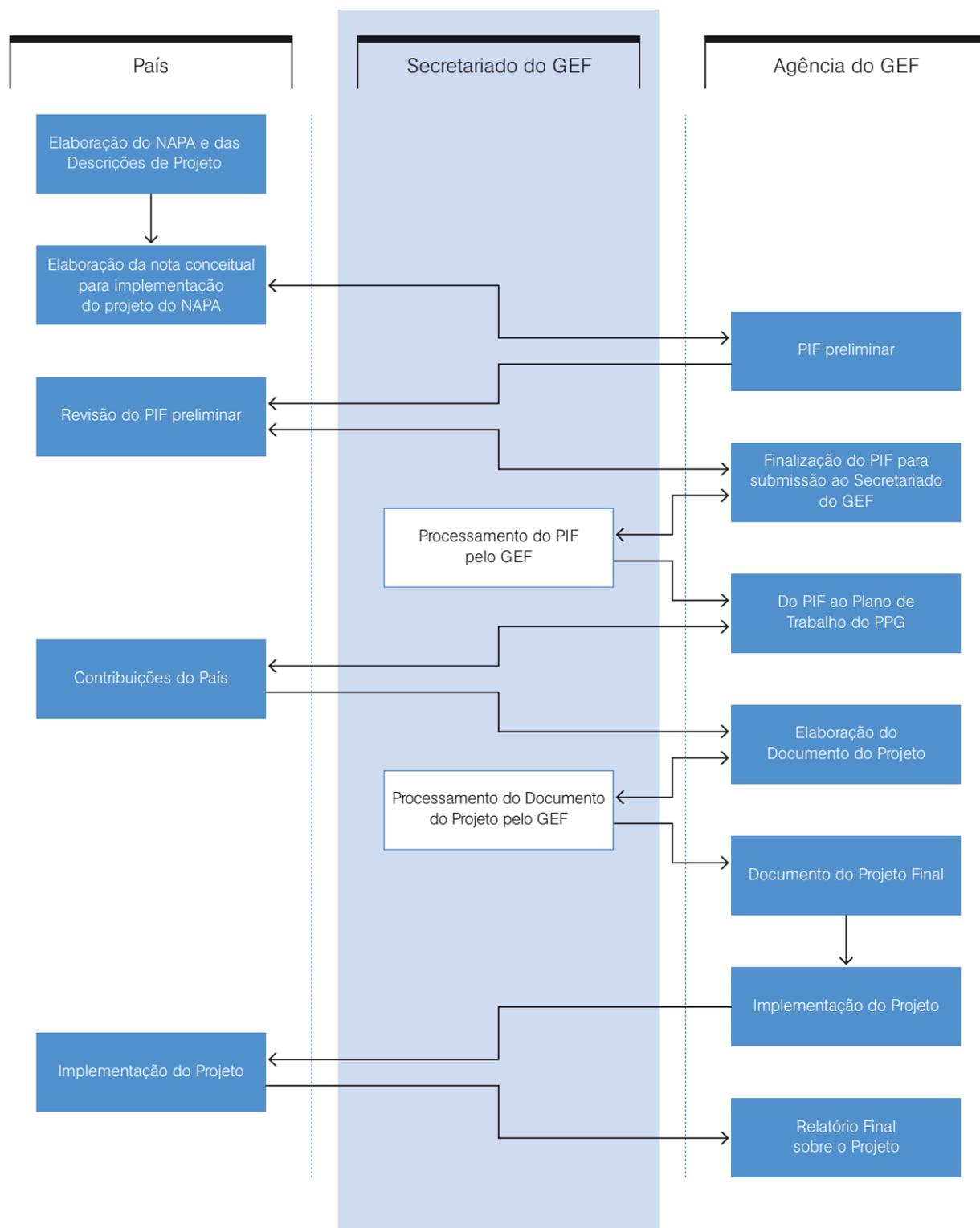
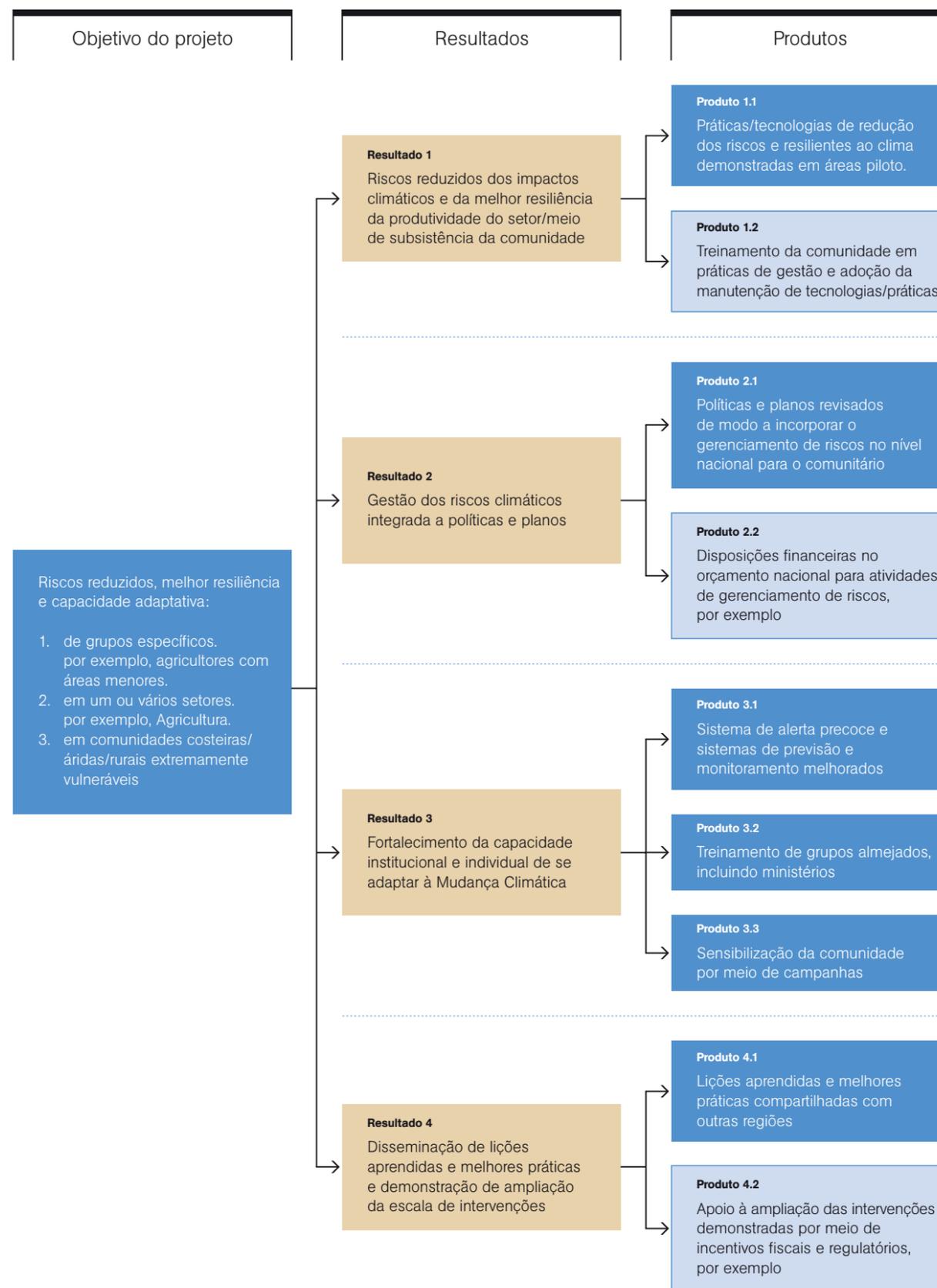


Figura AII-13. Concepção básica dos projetos do LDCF no âmbito do PNUMA com base nos projetos em implementação até março de 2009



→
Encarte para a Tabela AII-4.

Tabela AII-4. Dados e conhecimento: Caracterização de dados e avaliações necessárias para o efetivo planejamento, design e implementação da adaptação

Tipo de dado/Tema	Fonte	Situação típica	Situação ideal	Soluções propostas no contexto dos NAPAs
Dados sobre o clima, situações normais/extremas, histórico, tendências	<ul style="list-style-type: none"> Serviços meteorológicos e/ou hidrológicos nacionais (NMHS, na sigla em inglês) 	<ul style="list-style-type: none"> Algumas estações de observação básicas subequipadas. Essas estações muitas vezes não capturam todas as variáveis essenciais do clima. A falta de dados em nível local e nacional leva à avaliação incorreta dos efeitos potenciais da mudança climática e da concepção de estratégias de adaptação.^a 	<ul style="list-style-type: none"> Estações de observação regionais e nacionais de alta densidade fornecem dados para a avaliação de impactos e atividades de adaptação. A rede de observação deve fornecer observações diárias e/ou horárias para determinar os eventos extremos.^b 	Alocação de uma porcentagem de fundos (5%) de projetos de adaptação para subsidiar as observações do clima.
Sistemas de monitoramento e alerta precoce referentes ao clima e a impactos	<ul style="list-style-type: none"> Serviços meteorológicos e/ou hidrológicos nacionais (NMHS, na sigla em inglês) Institutos de gestão de desastres 	<ul style="list-style-type: none"> No nível nacional, a maioria dos NMHSs é atrapalhado pela infraestrutura deficiente, incapacidade de prestar serviços básicos e uma falta generalizada de recursos para a consecução de objetivos de desenvolvimento.^c Dependem unicamente de centros de monitoramento regionais e globais para o fornecimento de informações. 	<ul style="list-style-type: none"> Estão disponíveis, nos níveis local e nacional, sistemas de monitoramento de índices climáticos, situações extremas, tendências, secas, enchentes, elevação do nível do mar, fenologia, pobreza e outras variáveis, bem como capacidade e recursos para a manutenção e uso desses sistemas. As informações ali geradas alcançam e beneficiam as comunidades. 	Alocação de uma porcentagem de projetos de adaptação para subsidiar as observações e os sistemas de alerta precoce.
Modelos e ferramentas	<ul style="list-style-type: none"> Serviços meteorológicos e/ou hidrológicos nacionais (NMHS, na sigla em inglês) Instituto nacional para a mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> Os modelos simplificados disponíveis possuem baixíssima resolução temporal e espacial, além de não ser adequados para a criação de projetos de adaptação da comunidade. Falta conhecimento para a interpretação dos resultados provenientes dos modelos climáticos globais e regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade e meios para filtrar dados e informações dos modelos globais. Capacidade e recursos para a operação de modelos de áreas limitadas Disponibilidade de SIG, sensoriamento remoto, simulação e geradores climáticos, com recursos adequados para sua operação. 	Como parte das atividades, os projetos de adaptação devem: <ul style="list-style-type: none"> oferecer bolsas de formação e treinamento na modelagem climática e estudos de impacto, promover a integração dos estudos sobre o clima nas escolas, apoiar a participação de especialistas dos PMDs nas atividades de pesquisa regionais e internacionais.
Modelos de processos de diferentes sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Instituto nacional para a mudança climática Ministérios governamentais 	Não há modelos de processos nos PMDs. A maioria dos PMDs usa produtos gerados por centros regionais e globais.	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de modelos para vincular o clima a diversos processos, cadeias alimentares, equilíbrio hídrico, biodiversidade, fauna silvestre, históricos de vida, fenologia etc. nos níveis local e nacional nos PMDs. Disponibilidade de capacidade local para a interpretação e aplicação das informações geradas pelos modelos. 	Como parte das atividades, os projetos de adaptação devem subsidiar e promover sistemas centralizados de gestão de bancos de dados.
Informações de linha de base sobre setores vulneráveis essenciais	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios, agências nacionais e setores competentes 	<ul style="list-style-type: none"> Informações básicas disponíveis em comunicações nacionais e PANAs. É necessário mais trabalho para a atualização das informações e para os sistemas de informações sobre adaptação. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade e fácil acesso, para o planejamento e implementação da adaptação, a informações de linha de base sobre setores vulneráveis essenciais, como agricultura, recursos hídricos, uso da terra, recursos costeiros e saúde. 	A criação e atualização de informações de linha de base acerca de setores essenciais são integradas no âmbito dos fundos de elaboração do projeto para a formulação dos projetos de adaptação, não podendo estas se limitar aos setores abrangidos pelo projeto de adaptação.
Atividades de adaptação de linha de base, adaptação inadequada e lacunas	<ul style="list-style-type: none"> Governos locais Instituto nacional para a mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> A adaptação à mudança climática muitas vezes é abordada indiretamente por programas e políticas nacionais em andamento, inclusive programas bilaterais e multilaterais. Em algumas situações de ponderação insuficiente da mudança climática, pode haver casos de adaptação inadequada. 	<ul style="list-style-type: none"> Atividades de linha de base alinhadas de modo a seguir os caminhos da adaptação à mudança climática. Programas de desenvolvimento de parceiros bilaterais e multilaterais supervisionados com o intuito de incentivar a capacidade de adaptação, gerar resistência ao clima e gerenciar efeitos adversos. 	Durante a elaboração do projeto, os fundos devem ser ajustados de tal modo a permitir aos países avaliar e atualizar um banco de dados de atividades de adaptação de linha de base, mesmo aquelas que não são necessariamente relevantes para o projeto, porém importantes para o país para fins de planejamento.
Distribuição da população e demografia	<ul style="list-style-type: none"> Institutos nacionais de estatísticas 	<ul style="list-style-type: none"> As pesquisas demográficas atualmente estão limitadas ao estudo tradicional do tamanho, estrutura e distribuição das populações no que diz respeito a nascimentos, idade, óbitos, escolaridade, nacionalidade, religião, etnicidade etc. Não há sistemas especiais para a coleta de dados demográficos essenciais para a análise do impacto da mudança climática e o planejamento e implementação da adaptação. 	<ul style="list-style-type: none"> Um sistema para a medição dos impactos e vulnerabilidade à mudança climática que atenda as necessidades de dados nacionais e internacionais para o planejamento e implementação da adaptação. Esse sistema deve ser integrado no âmbito das pesquisas demográficas nacionais. 	Os projetos de adaptação devem incluir apoio aos estatísticos locais e nacionais para a criação de um sistema para a medição dos impactos e vulnerabilidade à mudança climática que atenda as necessidades de dados nacionais e internacionais para o planejamento e implementação da adaptação.

Tabela AII-4. Dados e conhecimento: Caracterização de dados e avaliações necessárias para o efetivo planejamento, design e implementação da adaptação (continuação)

Tipo de dado/Tema	Fonte	Situação típica	Situação ideal	Soluções propostas no contexto dos NAPAs
Inventário e monitoramento de meios de subsistência	<ul style="list-style-type: none"> Institutos nacionais de estatísticas 	<ul style="list-style-type: none"> A maioria dos países hoje conta com sistemas de coleta de dados para as pesquisas domésticas, porém com graus variáveis de experiência e infraestrutura.^d Contudo, não houve ênfase específica nos impactos, vulnerabilidade e adaptação à mudança climática. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização periódica de pesquisas domésticas para setores vulneráveis essenciais, como agricultura, recursos hídricos, uso da terra e recursos costeiros; pesquisas que incluam dados sobre a impactos, vulnerabilidade e adaptação à mudança climática. 	<p>Pesquisas demográficas para a obtenção de informações sobre o clima devem ser consideradas como parte dos projetos de adaptação. Cada projeto de adaptação deve possuir pesquisas demográficas como uma das atividades, sem limitações, em sua área de concentração.</p>
Padrões, planos e políticas de uso da terra	<ul style="list-style-type: none"> Ministério ou autoridade para questões de terras do país 	<ul style="list-style-type: none"> Para muitos PMDs, não há dados precisos sobre o uso da terra, e os dados disponíveis estão desatualizados e são desprovidos de periodicidade para o monitoramento dos padrões de mudança de uso da terra. Planos e políticas não reconhecem articulações entre o uso da terra e a vulnerabilidade e adaptação à mudança climática. 	<ul style="list-style-type: none"> Os PMDs são capazes de mapear e atualizar os padrões de uso da terra por categorias, como florestas, terras plantadas, pastagens, áreas alagadas, assentamentos etc. As políticas, planos e práticas de uso da terra levam em consideração a mudança climática, e maximizam a preservação da integridade e biodiversidade dos ecossistemas, aproveitando ao máximo os benefícios das práticas agrícolas e incentivando os ambientes verdes. 	<p>Todo projeto de adaptação deve ter em seu orçamento uma rubrica para a geração e atualização de informações sobre o uso da terra.</p>
Políticas, planos de desenvolvimento, programas, elaboração de orçamentos	<ul style="list-style-type: none"> Governos locais Ministério do Planejamento central Ministério da Fazenda 	<ul style="list-style-type: none"> Há uma série de intervenções relativas à integração da adaptação à mudança climática às políticas de desenvolvimento. A maioria das políticas deve ser traduzida em ação pelos governos locais. Isso traz responsabilidades substanciais para os governos locais sem aumentos nos recursos humanos ou financeiros.^e 	<ul style="list-style-type: none"> Os riscos da mudança climática são considerados rotineiramente como parte do planejamento nacional e da formulação de políticas fiscais^f As políticas, planos e programas levam os PANAs em consideração. As ações dos governos locais e nacionais recebem o apoio de ações internacionais na forma de capacidades e recursos adequados.^g 	<p>O apoio internacional ao desenvolvimento e implementação de marcos de políticas deve, também, promover a capacitação em nível local a fim de subsidiar as políticas adicionais por meio da oferta de recursos financeiros e técnicos.</p>
Impacto de programas e atividades passadas	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios do planejamento central e da fazenda Instituto nacional para a mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> É limitada a capacidade no âmbito do país para avaliar o impacto de intervenções anteriores em diversos setores. Compartilhamento de dados entre as instituições e eficiente catalogação dos impactos. 	<ul style="list-style-type: none"> Um sistema para a avaliação dos impactos de programas passados em relação à adaptação à mudança climática. Modelos de lições e práticas recomendadas, e um sistema para a consolidação desses elementos. 	<p>Fundos de projetos de adaptação custeiam pesquisas domésticas para investigar os impactos dos programas.</p>
Um sistema de sistemas	<ul style="list-style-type: none"> Instituto nacional de estatísticas 	<ul style="list-style-type: none"> Há dados e informações acerca das análises de impacto, vulnerabilidade e adaptação à mudança climática em blocos independentes e isolados, que são de difícil e incômoda assimilação. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas de bancos de dados harmonizados contendo os requisitos de dados e informações essenciais para o enquadramento e implementação da adaptação em todos os PMDs. Esses sistemas devem, também, estar disponíveis para as comunidades locais em códigos e linguagem apropriada e de fácil compreensão. 	<p>Os projetos de adaptação dedicam uma parcela de seu orçamento para construir um sistema de banco de dados harmonizado em nível nacional. Esse banco de dados deve ter uma interface de fácil uso para os formuladores de políticas locais e nacionais.</p>

^a <http://www.wmo.int/pages/themes/lcds/documents/WMOLD06_web.pdf>.

^b GCOS-82 (WMO/TD No. 1143) – O Segundo relatório acerca da adequação dos sistemas de observação global do clima em apoio à CQNUMC.

^c <http://www.wmo.int/pages/prog/gcos/Publications/gcos-82_2AR.pdf>.

^d <http://www.wmo.int/pages/themes/lcds/documents/WMOLD06_web.pdf>.

^e Nações Unidas (2005). Household Sample Surveys in Developing and Transition Countries (Pesquisas de amostras de residências em países em desenvolvimento e transição). Trabalhos estatísticos, Série F, Nº 96. ST/ESA/STAT/SER.F/96. Nova York

^f Comissão de mudança climática e desenvolvimento (2009). Fechando as lacunas. <<http://www.ccdcommission.org>>.

^g PNUD (2009). Integrating Adaptation into Development (Integrando adaptação ao desenvolvimento). <<http://www.undp.org/climatechange/adapt/mainstream.html>>.

^h Comissão de mudança climática e desenvolvimento, 2009. Fechando as lacunas. <<http://www.ccdcommission.org>>.

→
Encarte para
a Tabela AII-5.

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh

Título do projeto	Adaptação da comunidade à mudança climática por meio do florestamento costeiro em Bangladesh				
Agência executora	PNUD				
Agências de implementação	Departamento de Silvicultura, Ministério do Meio Ambiente e Florestas (MoEF), Instituto de Pesquisa Florestal de Bangladesh; Ministério das Terras (MoL); Departamento de Extensão Agrícola, Ministério da Pesca e Pecuária, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				
Duração do projeto	Março de 2009 a abril de 2013				
Orçamento total	US\$ 5.400.000				
GEF/LDCF	US\$ 3.300.000				
PNUD (Paralelo, TRAC)	US\$ 1.100.000				
Governo (em espécie)	US\$ 1.000.000				
Estratégia do projeto	Indicadores de verificação objetiva				
Metas	Promover o desenvolvimento resistente ao clima nas áreas costeiras de Bangladesh				
Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Objetivo – Reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras aos impactos dos riscos induzidos pela mudança climática em 4 upazilas nos distritos costeiros de Barguna e Patuakhali (Região Oeste), Bhola (Região Central), Noakhali (Região Central) e Chittagong (Região Leste)	<ul style="list-style-type: none"> Número de famílias que aumentaram sua capacidade de adaptação aos riscos induzidos pela mudança climática em distritos costeiros-alvo 	<ul style="list-style-type: none"> As comunidades costeiras estão expostas a riscos da mudança climática principalmente por causa da falta de capacidade de adaptação Constatações científicas recentes projetam um aumento de 15% na salinidade, eventos ciclônicos e inundações em áreas costeiras, com até 35 milhões de pessoas se tornando refugiados do clima das áreas costeiras até 2050 	<ul style="list-style-type: none"> Até o fim do projeto, mais de 80% das famílias inseridas em comunidades do projeto são capazes de prever riscos climáticos e selecionar as opções de redução de risco mais eficazes Até o fim do projeto, pelo menos 75% das autoridades do MoL e MoEF e planejadores de manejo costeiro em distritos-alvo são capazes de identificar riscos induzidos pelo clima em áreas costeiras, e são capazes de priorizar, planejar e implementar medidas de adaptação eficazes com o envolvimento das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisas qualitativas (QBS, na sigla em inglês)/ Entrevistas/Avaliação de redução de vulnerabilidade (VRA, na sigla em inglês) Legislação DMB Relatório de avaliação de conclusão de projeto 	<ul style="list-style-type: none"> As partes interessadas são capazes de perceber reduções na vulnerabilidade ao longo da escala de tempo determinada pela duração do projeto Há uma efetiva coordenação entre o MoL e o MoEF, e as articulações institucionais com outros ministérios e instituições competentes são funcionais e prestativas
Resultado 1 – Melhoria da resistência das comunidades costeiras vulneráveis e sistemas de proteção contra os riscos climáticos	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem das medidas de adaptação sustentáveis projetadas em nível local que demonstram a efetividade da redução da vulnerabilidade ao clima 	<ul style="list-style-type: none"> Esforços para a gestão de desastres aumentaram a prontidão para ciclones em algumas áreas; contudo, faltam medidas planejadas e uma análise estruturada de opções de adaptação a uma ampla gama de riscos extremos e graduais induzidos pela mudança climática em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Ao término do projeto, mais de 80% das medidas de adaptação empregadas pelo projeto demonstram sua eficácia e sustentabilidade na redução da vulnerabilidade ao clima nas comunidades costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de andamento de projeto e relatório de avaliação de conclusão de projeto 	<ul style="list-style-type: none"> As comunidades continuam a apoiar a adaptação da comunidade (CBA, na sigla em inglês) Eventos climáticos extremos não destruíram irreparavelmente terras costeiras em locais de projetos A corrupção não impede significativamente a implementação de medidas de adaptação Espécies de áreas cobertas e não cobertas por manguezais selecionadas para o florestamento podem se desenvolver bem em locais de projetos

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Produto 1.1 – Definição de iniciativas de adaptação da comunidade para 4 Upazilas	<ul style="list-style-type: none"> Número de planos de CBA relativos a florestamento, diversificação dos meios de subsistência e sistemas locais de alerta desenvolvidos com a participação ativa de comunidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> Não há planos de adaptação em nível local para lidar com os riscos da mudança climática nas upazilas-alvo 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um plano de CBA sobre florestamento costeiro para cada upazila-alvo ao término do 1º ano (4 no total) Desenvolvimento de um plano de CBA sobre diversificação dos meios de subsistência para cada upazila-alvo ao término do 1º ano (4 no total) Desenvolvimento de um plano de CBA sobre a comunicação de alertas sobre eventos climáticos extremos para cada upazila-alvo ao término do 1º ano (4 no total) 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de CBA Relatórios que descrevem o envolvimento da comunidade no processo, inclusive o seguinte: relatórios de avaliação de vulnerabilidade e necessidades, relatórios de viabilidade, metodologias de avaliação e mapas 	<ul style="list-style-type: none"> As comunidades estão dispostas a participar e contribuir para o processo de avaliação e criação de planos de CBA Pessoal de campo do Departamento de Florestas, Instituto de Pesquisa Florestal e administrações distritais/locais estendem a assistência necessária para a equipe do projeto e comunidades
Produto 1.2 – Implementação de medidas de florestamento costeiro comunitárias resistentes ao clima	<ul style="list-style-type: none"> Número de hectares de espécies do manguezal e de fora do manguezal plantadas e continuamente mantidas pelas comunidades Número de pessoas treinadas e participantes do viveiro e manutenção de manguezais 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de florestamento costeiro estão em andamento desde 1960 em algumas áreas costeiras (p.ex.: Projeto do Cinturão Verde Costeiro); contudo, não foram implementadas medidas para assegurar a sustentabilidade de terras cobertas por florestas, e o potencial de proteção contra os riscos induzidos pela mudança climática não é realizado em sua totalidade 	<ul style="list-style-type: none"> Ao término do projeto, 6.000 ha de espécies de manguezais, 600 ha de espécies de fora dos manguezais, 1.000 km de faixa costeira e 100 ha de espécies de demonstração de modelo são plantadas em cada uma das upazilas-alvo (6.700 ha e 1.000 km no total) Até o término do projeto, 15.000 pessoas são treinadas no estabelecimento de viveiros de manguezais e manejo comunitário de florestas Até o término do projeto, pelo menos 4.000 moradores participam do manejo e proteção de novas plantações financiadas pelo projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de andamento do projeto Relatórios de avaliação independente Lista de estoque de inventário de mudas Protocolos de treinamento 	<ul style="list-style-type: none"> As comunidades estarão dispostas a participar das atividades de florestamento costeiro. Um número suficiente de mudas sobrevivem à etapa de viveiro e podem ser plantadas Terras das áreas piloto não são perdidas para um evento extremo durante o projeto
Produto 1.3 – Habilitação e promoção de opções de subsistência resistentes	<ul style="list-style-type: none"> Número de famílias das upazilas-alvo com acesso a opções de subsistência resistentes ao clima 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de subsistência permanentes em algumas áreas costeiras (ex.: Chittagong); contudo, não levam em consideração impactos da mudança climática e não são integrados a medidas de florestamento 	<ul style="list-style-type: none"> Até o ano 2, pelo menos 60% das aldeias das upazilas-alvo promovem opções de subsistência alternativas e criam estruturas favoráveis que permitem que pelo menos 1.600 famílias as adotem ativamente. Até o término do projeto, 400 famílias de cada uma das upazilas-alvo expandiram ativamente suas opções de subsistência ao longo do projeto (1.600 no total) 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de andamento do projeto QBS/VRA 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos naturais necessários para as opções de subsistência não são danificados em eventos extremos Governos e ONGs continuam dispostos a prestar o apoio necessário para as opções de subsistência Opções de subsistência resistentes ao clima oferecem no mínimo a mesma renda que as opções não resistentes ao clima
Produto 1.4 – Melhoria da comunicação de alertas de eventos climáticos extremos	<ul style="list-style-type: none"> Número de comunidades com sistemas de alerta locais eficazes para riscos climáticos cada vez mais frequentes Porcentagem de pescadores capazes de receber e responder a sinais de alerta do sistema em tempo de evitar perdas humanas e materiais 	<ul style="list-style-type: none"> Há sistemas básicos de alertas de ciclones em áreas limitadas (ex.: exibição de bandeiras coloridas diferentes em torres conforme as condições do mar); contudo, a maioria das comunidades das upazilas-alvo possuem acesso adequado a informações de alerta para a comunicação de informações para pescadores vulneráveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Até o ano 3, avaliações de necessidades locais de alertas precoces, conforme necessário para a sustentabilidade de opções alternativas de subsistência resistentes ao clima, realizadas em comunidades nas upazilas-alvo (4 avaliações no total) 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de andamento de projeto, inclusive relatórios sobre campanhas de conscientização pública Relatórios de exercícios simulados QBS 	<ul style="list-style-type: none"> Na eventualidade de alertas, há ações seguras de resposta para os pescadores vulneráveis Governos e ONGs continuam dispostos a prestar o apoio necessário para os sistemas locais de alerta Existe infraestrutura para o recebimento de alertas de ciclones dos serviços nacionais de informações sobre o clima, nos níveis do distrito e local, em tempo hábil

→
Encarte para
a Tabela AII-5.

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Resultado 2 – Incorporação de medidas de redução do risco climático em marcos de manejo de áreas costeiras	<ul style="list-style-type: none"> Porcentagem de planejadores nacionais, autoridades distritais e comunidades capazes de identificar riscos climáticos e priorizar, planejar e implementar medidas de adaptação eficazes 	<ul style="list-style-type: none"> Os planejadores do desenvolvimento costeiro atualmente levam em consideração certos eventos extremos nos níveis nacional, distrital e local, mas a capacidade de planejamento e reação a riscos dinâmicos de mudança climática é muito baixo. Falta um marco integrado e capacidade humana e institucional para avaliar, enfrentar e fazer planos acerca de riscos induzidos pela mudança climática nas áreas costeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Até o fim do projeto, pelo menos 75% de servidores do MoL e MoEF em nível nacional e nos distritos-alvo são capazes de identificar riscos climáticos e priorizar, planejar e implementar medidas de adaptação em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> QBS/entrevistas Relatórios de treinamento 	<ul style="list-style-type: none"> Autoridades do MoL e MoEF continuam a apoiar a iniciativa de capacitação do projeto Membros adequados do pessoal recebem treinamento e a rotatividade do pessoal não invalida os benefícios do treinamento MoL e MoEF continuam a apoiar a adaptação no âmbito dos programas de desenvolvimento costeiro, e a aplicar e manter a capacidade de adaptação gerada durante o projeto
Produto 2.1 – Treinamento dos planejadores e legisladores nacionais no desenvolvimento costeiro resistente ao clima	<ul style="list-style-type: none"> Número de materiais e ferramentas de capacitação desenvolvidos Número de seminários de treinamento nacionais Porcentagem de planejadores setoriais nacionais com melhor compreensão dos riscos da mudança climática e respectivas medidas de adaptação 	<ul style="list-style-type: none"> A atual capacidade em nível nacional relevante à integração do planejamento e manejo da mudança climática e questões de adaptação é limitada a um grupo básico de especialistas no âmbito da Célula para a Mudança Climática, instituições de pesquisa e a equipe do PANA 	<ul style="list-style-type: none"> Até fim do 1º ano, desenvolvimento e difusão de 5 notas explicativas, 5 fichas informativas e uma diretriz multissetorial para o planejamento costeiro resistente ao clima Até fim do 1º ano, desenvolvimento e difusão de 2 notas explicativas, 2 fichas informativas e 2 diretriz multissetorial para o planejamento costeiro resistente ao clima Até o fim do projeto, pelo menos 80% dos planejadores nacionais competentes são capazes de prever riscos induzidos pela mudança climática em seu setor profissional e defender/planejar medidas de adaptação adequadas correspondentes 	<ul style="list-style-type: none"> Notas explicativas, fichas informativas e diretrizes multissetoriais Relatório de avaliação de capacidades, relatórios de treinamento e QBS/entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios competentes e outras organizações interessadas dispostos a participar de iniciativas de desenvolvimento de capacidades Participará do treinamento o pessoal que não tem familiaridade com a mudança climática, em vez de especialistas em mudança climática já identificados ou pontos focais em ministérios Partes interessadas competentes para o processo decisório e de formulação de políticas no manejo da zona costeira são corretamente identificadas
Produto 2.2 – Treinamento de autoridades distritais na mediação da adaptação da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Número de seminários regulares sobre mudança climática em nível distrital Número de autoridades distritais com uma compreensão mais aprofundada dos riscos climáticos e opções de CBA em seus distritos Porcentagem de autoridades distritais capazes de prever riscos de mudança climática e mediar medidas de CBA em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Embora haja uma certa competência no manejo de desastres, sobretudo no planejamento de respostas, a atual capacidade das autoridades distritais é baixíssima no que diz respeito a questões de mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 3 seminários sobre mudança climática em cada distrito-alvo ao término do 3º ano (12 no total) Ao término do 3º ano, pelo menos 20 autoridades distritais realizam visitas de exposição a aldeias do projeto para melhorar o conhecimento sobre a CBA e o manejo sustentável de sistemas de proteção (80 no total) Até o término do projeto, pelo menos 90% das autoridades distritais-alvo capazes de prever riscos de mudança climática e mediar medidas de CBA em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de treinamento e relatório de avaliação de capacidades Relatórios de visitas de exposição QBS/entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> Autoridades governamentais competentes participariam de eventos de capacitação e as mesmas autoridades seriam capazes de comparecer a todos os três seminários para se beneficiar ao máximo das séries de treinamento Medidas de CBA terão produzido sucessos reproduzíveis em tempo para as visitas de exposição das autoridades distritais

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Produto 2.3 – Treinamento de autoridades das upazilas na promoção e mediação da resistência local ao risco climático	<ul style="list-style-type: none"> Número de autoridades e representantes locais que trabalham com o manejo costeiro capazes de prestar apoio à CBA Número de planos de desenvolvimento setoriais que integram medidas de resistência ao clima Número de "centros locais de apoio e recursos sobre o clima" funcionais Número de redes da sociedade civil para a resistência à mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> Atual conhecimento e capacidade é baixíssima com relação ao enfrentamento das questões da mudança climática, e os riscos da mudança climática não são integrados em quaisquer planos de desenvolvimento setoriais no nível das upazilas 	<ul style="list-style-type: none"> Até o final do 2º ano, 10 representantes de UzDMCs (comitês de manejo de desastres nas upazilas) e UzDCCs (comitês de coordenação de desenvolvimento das upazilas em cada upazila-alvo treinados e capazes de avaliar, planejar e implementar medidas de CBA (40 no total) Integração da resistência ao clima em pelo menos 2 planos de desenvolvimento setorial de upazilas ao término do 3º ano (8 no total) Ao final do 3º ano, uma instituição local, como o UzDMC, atua como o "centro local de apoio e recursos sobre o clima" para a CBA em cada uma das upazilas-alvo. Os centros atenderão a upazila (4 centros no total) Uma rede da sociedade civil é criada em cada upazila-alvo ao término do 3º ano (4 no total) 	<ul style="list-style-type: none"> QBS/entrevistas Relatórios de treinamento Planos de desenvolvimento setorial Relatórios de avaliação independente 	<ul style="list-style-type: none"> Autoridades governamentais e outras partes interessadas continuam dispostas a participar do treinamento e outros eventos de capacitação Ao menos 8 planos de desenvolvimento setorial das upazilas serão redigidos ou revisados durante os três primeiros anos do projeto Ao menos uma instituição local em upazilas-alvo está disposta a atuar como o centro local de apoio e recursos sobre o clima A rotatividade de pessoal não invalida os benefícios do treinamento Existem defensores em cada upazila dispostos a estabelecer e manter as redes da sociedade civil O clima político é favorável a uma rede da sociedade civil
Produto 2.4 – Treinamento de autoridades sindicais e organizações comunitárias na redução do risco climático	<ul style="list-style-type: none"> Número de pessoas vulneráveis treinadas em riscos da mudança climática Número de redes sindicais para a resistência à mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> O conhecimento e capacidade atuais são baixíssimos para o enfrentamento das questões da mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> Até o final do 3º ano, 200 pessoas vulneráveis (inclusive pelo menos 100 mulheres membros de Parishads sindicais e outros grupos) em cada upazila-alvo treinadas e capazes de avaliar, planejar e implementar medidas de CBA (800 no total) Até o fim do 3º ano, uma rede sindical dedicada à mudança climática criada para promover a conscientização da comunidade acerca da redução do risco climático, participação local, processo decisório e segurança da subsistência em cada upazila (4 no total) 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de treinamento QBS/entrevistas Relatórios de avaliação independente 	<ul style="list-style-type: none"> Ao menos 800 mulheres e outras pessoas vulneráveis dispõem de tempo e disposição para participar de eventos de capacitação regularmente Existem defensores em cada sindicato dispostos a estabelecer e manter redes de mudança climática O clima político é favorável a uma rede da sociedade civil

→
Encarte para
a Tabela AII-5.

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Produto 2.5 – Realização de campanha de conscientização da comunidade acerca dos riscos climáticos e definição e implementação de adaptação da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Número de Avaliações Rurais Participativas (ARPs) Número de famílias cientes dos riscos da mudança climática e de medidas de adaptação 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de prontidão para desastres (p. ex.: os programas implementados pela Red Crescent Society e CARE Bangladesh) para o caso de ciclone promoveram a conscientização acerca dos atuais riscos de eventos climáticos extremos. Contudo, não há atividades de treinamento e conscientização relativas à mudança climática em implementação nas comunidades-alvo atualmente 	<ul style="list-style-type: none"> Até o fim do 2º ano, uma ARP realizada em cada upazila-alvo para melhorar a compreensão das necessidades de capacidade nas comunidades-alvo quanto a mudanças climáticas e ambientais (4 no total) Ao final do 3º ano, são desenvolvidas ferramentas apropriadas do ponto de vista cultural sobre os impactos em setores relevantes Até o término do 3º ano, 25 pessoas, inclusive voluntários do Red Crescent e outros membros, treinadas e capazes de aplicar métodos de ARP especificamente na avaliação do risco climático e planejamento e implementação em CBAs (100 no total) Até o término do projeto, pelo menos 80% das famílias em 4 upzilas estão cientes das questões de mudança climática em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de PRA Material de conscientização do público Materiais de treinamento e relatório de andamento de projeto QBA/entrevistas Avaliações independentes 	<ul style="list-style-type: none"> Os membros da comunidade continuam dispostos à aprendizagem, difusão e uso de informações em materiais de treinamento e didáticos
Resultado 3 – Revisão de Políticas para aumentar a resistência ao risco climático das comunidades costeiras	<ul style="list-style-type: none"> Número de políticas e planos de ação do governo que favorecem o desenvolvimento de resistência ao clima Porcentagem de funcionários públicos informando que as políticas foram revistas para melhorar o clima de resistência nas comunidades costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Atualmente, há uma política de manejo costeiro nacional e uma política de uso da terra, além de diversas outras que afetam o desenvolvimento costeiro; contudo, não tratam de mudança climática e questões de adaptação de forma integrada 	<ul style="list-style-type: none"> Ao término do projeto, ao menos 2 políticas nacionais ou planos de ação para o manejo costeiro e 2 para o uso da terra são revistos a fim de promover o desenvolvimento sustentável e resistente ao clima Ao término do projeto, pelo menos 75% dos servidores nacionais do MoL e MoEF informam que as políticas desses ministérios sofreram ajustes para melhorar a resistência ao clima em comunidades costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas, planos de ação, explicações de políticas e relatórios de comunicação QBS/entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> As partes interessadas em políticas estão dispostas a fazer alterações na política e planos de ação com base em questões emergentes e necessidades das comunidades O governo permanece estável e a mudança climática permanece como uma prioridade de políticas ao longo de todo o projeto

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Produto 3.1 – Análise dos efeitos das políticas sobre a subsistência e formulação de recomendações de políticas	<ul style="list-style-type: none"> Número de revisões de políticas Número de legisladores que recebem notas de apoio e recomendações de políticas acerca meios de subsistência resistentes ao clima 	<ul style="list-style-type: none"> Não houve um exame sistemático dos impactos de políticas de manejo costeiro relevantes em relação à resistência à mudança climática em nível comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> Até meados do 2º ano, é realizada uma revisão abrangente das políticas que sustentam ou inviabilizam os meios de subsistência resistentes ao clima nas comunidades costeiras Até meados do 3º ano, ao menos 75% dos legisladores do MoA, MoEF, MoFL, MoFDM, MoL, MoLGRDC e MoWR recebem recomendações de políticas acerca dos impactos de diversas políticas setoriais acerca da resistência dos meios de subsistência em áreas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de revisão de políticas Notas de apoio e recomendações de políticas QBS/entrevista Diretrizes de desenvolvimento resistente à mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> As partes interessadas das políticas permanecem favoráveis à revisão das políticas para apoiar a resistência ao clima em nível comunitário e estão dispostas a receber contribuições de instâncias locais Existe capacidade para empreender revisões de políticas Os membros da comunidade fornecem informações precisas acerca dos impactos das políticas nos meios de subsistência
Produto 3.2 – Políticas de uso da terra promovem a sustentabilidade de sistemas de proteção em áreas costeiras	<ul style="list-style-type: none"> Número de revisões de políticas sobre o uso da terra Número de políticas sobre o uso da terra que promovem a sustentabilidade dos ecossistemas de proteção costeira Número de regulamentações sobre o zoneamento costeiro que incorporam questões de mudança climática 	<ul style="list-style-type: none"> Há uma série de políticas sobre o uso de terras costeiras; contudo, não levam em consideração os riscos da mudança climática e não promovem a sustentabilidade de ecossistemas de proteção 	<ul style="list-style-type: none"> Até meados do 2º ano, produção de uma análise dos impactos das políticas de uso da terra existentes sobre a sustentabilidade de estruturas do cinturão verde de proteção Ao término do projeto, ao menos uma política de uso da terra ou plano de ação é revisto de modo a refletir as recomendações de políticas, e promove a sustentabilidade dos ecossistemas de proteção costeira em cada distrito-alvo (4 no total) Ao término do projeto, ao menos 2 regulamentações sobre o zoneamento costeiro promovem meios de subsistência resistentes e a sustentabilidade dos sistemas de proteção 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de revisão de políticas Políticas de uso da terra Regulamentações do projeto de zoneamento do uso de terras costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> O governo permanece estável e assegura que as políticas de uso da terra resistentes ao clima permanecem como uma prioridade Boa cooperação entre MoL e MeEF continua A corrupção não impede a apreciação e aprovação de políticas, planos de ação ou regulamentos de zoneamento que promote meios de subsistência resistentes e a sustentabilidade de ecossistemas de proteção

→
Encarte para
a Tabela AII-5.

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Produto 3.3 – Criação do mecanismo de coordenação para o desenvolvimento de política e planejamento costeiro	<ul style="list-style-type: none"> Número de avaliações institucionais realizadas Número de convênios documentados entre o MoL e o FD Número de reuniões de coordenação que apoiam a criação de políticas resistentes ao clima em níveis distritais 	<ul style="list-style-type: none"> Projetos de zoneamento do uso de terras costeiras do MoL são ininterruptos. Cooperação entre MoL e FD, MoEF, apresenta oportunidades para incluir a a mudança climática e questões de adaptação no plano de zoneamento O atual convênio entre o MoL e o FD para o reflorestamento de manguezais em terras costeiras recém-incorporadas não assegura adequadamente a sustentabilidade das florestas, pois a terra é distribuída para fins de assentamento e agricultura após o amadurecimento dos manguezais. 	<ul style="list-style-type: none"> Ao término do 1º ano, realização de uma avaliação das funções e coordenação institucionais relativas ao manejo da zona costeira em distritos-alvo Ao término do 2º ano, consecução e documentação de um convênio entre o MoL e o FD que assegura a sustentabilidade dos ecossistemas de proteção em distritos-alvo de terras costeiras recém-incorporadas Durante os 2º, 3º e 4º anos do projeto, realização de uma reunião de coordenação trimestral do Comitê Gestor Distrital e organizações listadas na Tabela III-1 em distritos selecionados Ao fim do projeto, ao menos 80% das autoridades governamentais e representantes de organizações de manejo costeiro comparecem a reuniões de coordenação trimestrais e relatam apoio completo na prestação de informações sobre a resistência ao clima e a coordenação com outras organizações no planejamento do desenvolvimento costeiro 	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de avaliação institucional Convênio, como um Memorando de Entendimento, entre o MoL e o FD QBS/entrevistas Políticas de desenvolvimento costeiro e documentos de planejamento Atas das reuniões trimestrais de coordenação 	<ul style="list-style-type: none"> O projeto Zoneamento do Uso da Terra Costeira e o MoL continuam a dar apoio à inclusão das questões de mudança climática na regulação Prioridades concorrentes não impedem a redação de um convênio entre o MoL e o FD visando ecossistemas de proteção sustentáveis Os planejadores setoriais participam de reuniões de coordenação sempre para assegurar o compartilhamento efetivo de informações
Resultado 4 – Aperfeiçoamento da aprendizagem, avaliação e manejo adaptativo	<ul style="list-style-type: none"> Número de propostas, jornais e outros documentos que incorporam aprendizagem do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos de desenvolvimento no momento não se beneficiam automaticamente das práticas de aprendizagem e das lições de projeto sobre a adaptação da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> Ao término do projeto, ao menos 4 programas de florestamento costeiro, subsistência ou CBA acerca de lições e conhecimento gerados através do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma ALM Propostas, papéis e outros documentos 	<ul style="list-style-type: none"> A ALM está em funcionamento, e as circunstâncias nas áreas de Bangladesh se aplicam a outras iniciativas de florestamento costeiro, meios de subsistência e CBA
Produto 4.1 – Lições do projeto capturadas no mecanismo de aprendizagem de adaptação, e difundidas por meio deste	<ul style="list-style-type: none"> Número de contribuições do projeto para o ALM 	<ul style="list-style-type: none"> Sem contribuições de Bangladesh para o ALM acerca do florestamento costeiro e outras iniciativas CBA 	<ul style="list-style-type: none"> Até o fim do projeto, todos os relatórios de monitoramento e avaliação passam por uma triagem para a inclusão no ALM Até o fim do projeto, lições básicas do projeto são capturadas e disseminadas por meio do ALM 	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma ALM 	<ul style="list-style-type: none"> O ALM está em funcionamento para facilitar a aprendizagem

Tabela AII-5. Quadro de resultados estratégicos (SRF, na sigla em inglês, antes Matriz Lógica do GEF): Bangladesh (continuação)

Resultado/Produto	Indicador	Linha de base	Alvo	Fontes de verificação	Riscos e pressupostos
Produto 4.2 – Compartilhamento de conhecimento sobre o projeto com outras regiões e países com riscos induzidos pela mudança climática em áreas costeiras	<ul style="list-style-type: none"> Número de organizações e indivíduos ativamente envolvidos em atividades de transferência de conhecimento dentro e fora de Bangladesh 	<ul style="list-style-type: none"> Não há uma transferência de conhecimento sistemática sobre o florestamento costeiro e iniciativas de meios de subsistência resistentes ao clima dentro de Bangladesh e de Bangladesh para outros países 	<ul style="list-style-type: none"> Ao término do projeto, realização de uma oficina de trabalho nacional e uma oficina internacional sobre o florestamento costeiro e outros meios de subsistência resistentes ao clima (2 no total) com no mínimo 100 participantes cada 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de oficinas de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Outras regiões e países acreditam que experiências do projeto serão valiosas para o futuro reflorestamento costeiro e meios de subsistência resistentes ao clima
Produto 4.3 – Incorporação do conhecimento do projeto em outros programas de florestamento costeiro e meios de subsistência em Bangladesh	<ul style="list-style-type: none"> Número de projetos de seguimento/reprodução dentro de Bangladesh projetados com base em lições dos projetos Número de projetos de seguimento/reprodução fora de Bangladesh projetados com base em lições dos projetos Número de iniciativas de pesquisa baseadas em constatações e lições dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Não há iniciativas de florestamento costeiro, meios de subsistência e CBA dentro ou fora de Bangladesh inspiradas em lições do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Até o término do projeto, ao menos 2 projetos de seguimento/reprodução dentro de Bangladesh são projetados com base em lições dos projetos Até o término do projeto, ao menos 2 projetos de seguimento/reprodução fora de Bangladesh são baseados em lições dos projetos Ao término do projeto, ao menos 3 novas iniciativas de pesquisa para adaptação costeira baseiam-se em lacunas de conhecimento identificadas durante o projeto 	<ul style="list-style-type: none"> Documentos do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> As lições do projeto aplicam-se a iniciativas propostas ou em andamento de florestamento costeiro, meios de subsistência e CBA em outras regiões dentro e fora de Bangladesh

VULNERABILIDADES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS PMDS

